



VIRIATO CORRÊA

*Terra de
Santa
Cruz*

ESTANTE AUTORES BRASILEIROS
edit. Getulio Costa

T. Magre 15.10.46

V. Anita
Com as felici-
dades das colegas
Teresas q. b. presidente
da Associação..
Moseroff..

Terra de Santa Cruz

DO MESMO AUTOR:

MINARETES — Contos — (Tip. Teixeira, Maranhão) esgotado.

ERA UMA VEZ — Contos infantis — colaboração com João do Rio (2.^a edição — Francisco Alves).

CONTOS DO SERTÃO — (3.^o milheiro — H. Garnier)

NOSSA GENTE — Comedia (2.^a edição — Braz Lauria).

HISTÓRIA DA NOSSA HISTÓRIA — Crônicas e contos históricos. 3.^a edição.

CONTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL — (Livraria Castilho) — Crônicas e contos históricos.

NOVELAS DOIDAS — 2.^a edição.

ARCA DE NOE' — Contos infantis (edição da Livraria Castilho).

BICHOS QUE FALAM — Contos infantis (edição da Livraria Castilho).

VARINHA DE CONDÃO — 1.^a edição, 4 milheiros.

BAU' VELHO — 2.^a edição — (Com. Editora Nacional)

O BRASIL DOS MEUS AVÓS — 2.^a edição, 13 milheiros.

HISTÓRIAS ASPERAS — 1.^a edição, 10 milheiros.

A BALAIADA — 2.^a edição, 10 milheiros.

VIRIATO CORRÊA

Da Academia Brasileira de Letras

Terra de Santa Cruz

CONTOS E CRÔNICAS DA HISTÓRIA
BRASILEIRA

4.^a EDIÇÃO



EDITOR - GETULIO COSTA

Rua Teófilo Otoni, 42

Caixa Postal, 1829 - Rio de Janeiro

A

AFRANIO PEIXOTO

E

JORGE DE MORAES.

TERRA DE SANTA CRUZ

TERRA DE SANTA CRUZ

Era à margem do mar, no recanto arenoso do Iperoig, na aldeia de Grão-Palmeira — o velho Pindobossú.

Começava a tarde. À beira da praia, à sombra dos rochedos, Nobrega fitava distraidamente as aguas.

Adiante movia-se a figura esguia de Anchieta, a escrever na areia, com o bastão, as primeiras estrofes do seu poema à Virgem.

Desde muitos dias que eles pisavam aquelas plagas tamoias. Vieram ali, os dois, implorar aos indios a paz para a Terra de Santa Cruz.

Aquella guerra começara, havia mais de um ano, com o ataque de Piratininga. A tirania dos colonos portuguezes, as suas ciladas pelos matos para escravizar os filhos das selvas, o rigor do cativoiro, o saque ás aldeias pacificas, tinham irritado furiosamente os selvagens. Ao lado disso a intriga dos franceses de Wille-gaignon, que, expulsos das aguas da Guanabara, açulavam o rancor dos indios contra a gente de Portugal.

Pela imensa região que vai de Cabo Frio aos campos de S. Paulo rebentavam odios desencadeados.

Os tamoios confederaram-se para repelir os invasores. Tribus que nunca se puderam harmonizar, confraternizavam agora: os guaianazes do campo, os guaianazes do mato, tupiniquins e carijós vieram aumentar o poder dos tamoios,

É um dia, inesperadamente, todo esse povo investiu sobre Piratininga. Não foi uma guerra, foi uma carnificina. Ao clarear da manhã, entraram tremendamente na vila, como um cataclisma. E, não fosse o pulso guerreiro de Tibiriçá, a vila seria irremediavelmente arrastada.

Mas, ao lado do seu valor, Tibiriçá fôra de uma crueldade implacável, que nem Anchieta e Nobrega puderam conter. A religião não conseguira apagar-lhe das veias de velho selvícola convertido, o prazer da vingança que sempre escaldou o sangue de seus avós. Não perdoou a ninguém: os que lhe caíram nas mãos morreram aos golpes de suas armas.

Nem mesmo para o seu sobrinho Jogoanhara teve clemência — matou-o, quando o viu escalar a trincheira de uma igreja.

Essa derrota exacerbava os animos tamoiós. Ao que se sabia, eram eles, agora, para mais de cem mil, aprestando gente para virem reduzir São Vicente a cinzas.

Guerreiros destemidos como eram, canoeiros habéis que sempre foram, conhecendo palmo a palmo a costa, em numero tão grande, devastariam fatalmente a capitania de Martim Afonso. E depois, no ímpeto da primeira vitória, derramar-se-iam pelo norte, arrasando Ilhéus, Baía e Pernambuco. Seria a desgraça total do domínio português no Brasil.

O único remédio era evitar o golpe, contendo, pela brandura, a tempestade de odios, que se ia formando na floresta.

E como? A abnegação de Anchieta e Nobrega foi além da temeridade humana. Ofereceram-se os dois para ir às aldeias inimigas negociar a paz.

Nunca nenhuma empresa fôra tão arriscada. As disposições dos tamoiós eram inexoráveis. Enquanto

não se vingassem da morte de Jogoanhara e das monstruosidades dos portugueses, ninguém os conteria.

Guiava-os a vaidade arrogante de Cunhambebe, o mais sanguinario dos selvagens, o homem que tinha orgulho de sua ferocidade, que se gabava de já ter comido cinco mil inimigos, e que passava, às vezes, dias inteiros sem comer, quando não tinha carne humana á mesa.

Guiava-os o inflexível Aimbire, teimoso como nenhum outro, que, além do odio natural de toda a sua raça aos portugueses, já deles tinha sofrido a humilhação de ser uma vez aprisionado e metido a ferros no convés de um navio.

Havia mais o arrojo da juventude de Paranaguassú, filho de Grão-Palmeira, ardente e destemido nos seus impulsos de guerreiro novo.

Quando, no porto de Bertioga, se soube que os dois padres partiriam para o meio dos tamoios, foi uma desolação. Iam morrer, inevitavelmente, nas mãos daquelas tribus enfurecidas.

Mas nada os desanimou. Era necessario que alguém sacrificasse sossêgo e vida a bem da grandeza de Portugal e da expansão da cruz. Nada os poderia demover — vieram. E estavam em Iperoig, sózinhos, a cumprir a missão da paz.



E Nobrega, estendendo os olhos pelo mar que a tarde ia dourando, revia a manhã em que chegaram àquela praia. Tinham vindo da Bertioga no barco de Francisco Adorno, o mais rico fidalgo genovês que havia no Brasil. Mal a embarcação apontou na enseada, coalhou-se repentinamente o mar de ubás tamoias. À frente, vogavam as canôas de Coaquira e Grão-Palmeira, os dois velhos patriarcas daquelas tribus. Troavam

nos ares as buzinas de guerra; os selvagens mais afoitos entesavam a corda dos arcos. Ia começar o ataque.

Mas, eis que surge, à proa do barco, a figura suavíssima de Anchieta. Ha, naquele instante, como que um milagre: todas as flechas ficam paradas nos arcos retesados; os guerreiros imobilizam-se diante do vulto do moço jesuita, em pé, no alto da prôa.

Até mesmo, entre inimigos furiosos, impunha-se o prestígio daqueles homens de batina. Ali, em Iperoíg, como em toda a imensidade das florestas, sabia-se que o coração daqueles homens era diferente do coração dos outros brancos. Ninguém mais do que eles amaldiçoava a ambição dos seus patricios e o cativoiro a que se queria reduzir o povo caboclo.

E não houve um selvagem que tivesse animo de arremessar a flecha.

E Anchieta começou a falar. Lembrou os serviços dos jesuitas no fundo das matas, protegendo os índios, fraternizando-os nas discordias e prevenindo-os das ciladas dos escravizadores.

Lembrou o grande trabalho pelas aldeias longinquas, educando crianças, aliviando doentes, consolando velhos, sempre na defesa dos fracos contra os opressores. Ali estavam ele e Nobrega. Vinham pedir a paz, a reconciliação dos brancos com os selvícolas. E apelava para o coração dos chefes da guerra: o sangue de cada homem tamoio era precioso e nobre, e para que derramá-lo, se se podia, para a grandeza da Terra de Santa Cruz, conjuga-lo com o sangue dos brancos?

A sua voz tinha o dom de ir diretamente ao coração. Grão-Palmeira e Coaquira ouviam-no numa mudez comovida. Nos seus rostos de velhos guerreiros as palavras do moço jesuita faziam correr, de quando em quando, arrepios de enternecimento.

E, quando Anchieta se calou, as ubás dos dois chefes encostaram-se amigamente à borda do barco de

Adorno. Queriam ouvir mais de perto os padres, queriam levá-los às suas aldeias para discutir, com os caciques de outras tabas, as condições da paz.

Coaquira abriu-lhes então a entrada de sua oca. Em sinal de hospitalidade mandou armar duas redes, fe-los sentar e ouviu-os em silencio, com Grão-Palmeira.

Até ali tudo correria bem. E tão bem correria que, no dia seguinte, conseguiram que os indios erguessem a igrejola de palha brava, que ficava lá em cima na esplanada fitando o mar.

O primeiro obstaculo viera, havia uma semana, quando se realizara a primeira conferencia da paz. Nobrega estremecia ao lembrar-se dos incidentes. Grão-Palmeira e Coaquira tinham mandado chamar os chefes dos aldeamentos vizinhos. Vieram todos. Veio Cunhambebe com toda a sua vaidade de guerreiro nunca vencido. Veio Aimbire, intratavel e façanhudo, representando as numerosas hordas da Guanabara.

A conferencia foi ruidosa e longa. Cada chefe tinha um numero sem fim de queixas contra os portugueses: ora uma atrocidade; ora uma traição, ora uma aldeia queimada e todos levados a ferro, como escravos, ora intrigas tecidas pelos brancos para desunir nações irmãs.

Nem mesmo a autoridade de Coaquira e Grão-Palmeira pôde conter o furor dos maiores do norte. Aimbire portou-se como uma fera. Começou por exigir que três caciques da confederação, que se tinham bandado para os inimigos, lhes fossem entregues para serem comidos. E, como Anchieta e Nobrega não querem ceder, todo ele se enfurece, levanta o tacape, vai descarrega-lo sobre a cabeça dos padres, quando Grão-Palmeira lhe tolhe o braço. E termina a conferencia tumultuosamente, sem que nada fique assentado.



E ali, à sombra daquele rochedo, Nobrega construiu os planos de uma nova assembléia. Era urgente outra reunião para apaziguar aquele povo.

As coisas tinham tomado uma feição perigosa. Dia a dia, chegavam emissarios dos chefes da Guanabara, que os franceses instigavam, insistindo pela morte dos jesuitas.

Aimbire voltara aos seus dominios e devia estar açulando tremendamente as vinganças. Na vespera, chegara de Cabo Frio um indio, contando que Paranguassú, que voltava da Paraíba, aonde fôra levantar tribus irmãs, ao saber que o pai — Grão-Palmeira — trabalhava pela paz, jurara matar os padres, mesmo de baixo do teto paterno.

E Paranguassú era esperado a todo instante.

Anchieta, que deixára de escrever o seu poema na areia, aproximou-se.

— Em que pensa, mestre

— Que devemos aceitar as condições dos inimigos. Todas. Mesmo a condição da entrega dos três caciques.

Anchieta corou e depois empalideceu. Nobrega pôs-lhe a mão nos ombros, sorrindo:

— E' um meio de protelar. Aceitamos a condição, exigindo que ela seja proposta ao governador de S. Vicente. E, enquanto proposta vai, e proposta vem, ganha-se tempo e é possível que, nesse espaço de dias, consigamos abrandar o coração desta pobre gente.

— Mas ha de ser necessario um de nós levar as propostas a S. Vicente e outro ficar como refém, observou Anchieta.

— Pois um de nós ficará como refém e outro irá, disse Nobrega, calmamente.

— Ficarei eu, atalhou Anchieta, com firmeza.

— Não. Quem deve ficar sou eu. Se morre, nas mãos dos indios, morre uma carcassa que já não presta.

— Ficarei eu, mestre. Que morra quem não tem serviço algum prestado a Deus.

Um vento forte começava a soprar. Estava o mar como que tocado por um arrepio de coegas. Era a maré que começava a encher.

Lá de cima, da aldeia, vinha a grasnada de crianças brincando sob o arvoredado.

No horizonte uma canôa apontou. Ouviu-se, vindo do mar, o surdo rumor de uma buzina de guerra. A aldeia, que dormia à tranquilidade da tarde, subitamente despertou. Uma onda de selvagens correu alarmada para a praia.

Ao longe, um cocar vistoso palpitou à proa da ubá que se aproximava.

— Paranaguassú! Paranaguassú! gritaram festivamente os caboclos, reconhecendo o filho de Grão-Palmeira.

Anchieta e Nobrega fitaram-se. Todo aquele povo indígena olhou para os jesuitas.

Era o feroso Paranaguassú que, ao que já se sabia, vinha correndo para cumprir a promessa de matar os dois padres.

Aquele soar de buzina era o sinal mais vivo da sua colera de tamoio. E seria difícil conte-lo. Até para a autoridade paterna, não se podia recorrer: Grão-Palmeira estava fora, pelas aldeias distantes, serenando os odios.

Nobrega segurou a mão de Anchieta.

— Esperemos em Deus, dise erguendo os olhos para o céu.

A canoa aproximava-se. Uma flecha veio cair a dois palmos dos pés do velho jesuita. Era o ataque começado lá do mar.

— Fugam! fugam! bradaram os índios aos padres.

Eles não se moviam. Outra flecha passou rasgando os ombros de Anchieta.

— Fugam, que Paranaguassú os mata! gritaram todos.

Era preciso fugir, sim! Um arrebatamento tão cego não podia ser contido, assim, de longe. E eles fugiram. Havia, lá em cima, o refúgio da igrejola de palha brava, entre arvores. Entraram. Tinham inevitavelmente que morrer e morreriam junto de Deus.

A ubá de Paranaguassú meteu a proa na areia da praia.

De olhos em fogo, ele saltou, vibrando, o tacape na mão, o arco atravessado aos ombros e a aljava a tiracolo cheia de setas.

Debalde tentaram os companheiros acalma-lo. Contaram-lhe da bondade encantadora dos apóstolos, da amizade que os ligava, agora, a Grão-Palmeira. Nada o conteve.

— Por isso mesmo devem morrer. Seduziram um pobre velho, em sacrificio da honra do nome tamoió.

E subiu a ribanceira da praia, à procura dos padres.

A porta da igrejinha estava aberta. Investiu pela porta a dentro.

Nobrega e Anchieta, de joelhos, a cabeça profundamente pendida ao peito, rezavam aos pés de um crucifixo.

Paranaguassú enfrenta-os e suspende desvairadamente a maça sobre a cabeça de Nobrega.

Anchieta ergueu para ele, numa suplica, o brilho pacifico de seus olhos azues. Foi uma cena que se não descreve. À luz daquele olhar parou, repentinamente dentro do filho de Grão-Palmeira, a furia sanguinaria que lhe queimava as veias. Apagou-se-lhe o frenesí selvagem e, com o olhar cravado no olhar do moço jesuita, ali ficou aturdidamente, sem uma palavra, sem um movimento, como se de subito o tivessem petrificado. A clava não desceu.

Anchieta ergueu-se. A sua mão poisou carinhosa-

mente nos ombros do jovem tamoió. E falou. Com uma voz que parecia vir do fundo do coração, lembrou as tradições da tribo, os seus feitos de glória nos combates, a nobreza dos gestos nos perigos. Era preciso perdoar agora. Era o inimigo quem corria a implorar a paz. Um forte não repele nunca a mão que o vencido lhe estende. E ele, Paranaguassú, tão varonil, em toda a magnanimidade da juventude, devia ser o primeiro a apoiar e proteger a paz pedida.

E falou, falou mais. À proporção que as palavras lhe iam saindo da boca, o braço vigoroso do moço guerreiro ia amolecendo e caindo. A maça pendia-lhe frouxamente da mão.

E Anchieta falava. A cabeça do selvagem ia-se pouco a pouco inclinando para o peito, os seus dedos se foram abrindo um por um, um por um, e a clava caiu pesadamente no chão.

Quando Anchieta acabou de falar, Paranaguassú estava de joelhos em frente ao crucifixo...

UM REI NA INTIMIDADE

A tendencia moderna dos historiadores brasileiros é dar a d. João VI um vulto excepcional no reinado do Brasil.

Ha quem lhe descubra fulgores de homem de Estado, há até quem no veja como uma das mais argutas e das mais progressistas inteligencias dos monarcas do seu tempo.

Nada disso. O filho de Maria I foi uma das criaturas mais mediocres, mais atrasadas, mais casmurras e, talvez, mais pacovias da estirpe bragantina.

Lá que o seu reinado tivesse sido de um grande impulso para o Brasil, nada significa.

Há desses fenomenos na história. D. Manuel o "Afortunado", nunca descobriu a polvora. No entanto foi, pelas circunstancias dos acontecimentos, um grande soberano. Ha reis que fazem os momentos historicos; mas, na maioria das vezes, são os momentos historicos que fazem os reis.

A mudança da cõrte, as necessidades de restabelece-la em terra brasileira, a urgência de dar empregos à comitiva, os incidentes que se seguiram, a evolução natural do país, guindaram d. João às expoências da história.

Pessoalmente, porém, não passou de um pobre homem.

Quem quiser conhecer uma criatura, more com ela, diz o povo. Ninguem pode julgar um homem publico sem esmiuçar-lhe a intimidade.

A intimidade de d. João é rasteira e, às vezes, de uma comicidade irresistível.

Percorrendo-se os documentos da família real portuguesa, guardados na Biblioteca Nacional, a figura do pai de Pedro I aparece de uma mediocridade e de uma ridicularia chatíssimas.

D. João era um homem bragantinamente porco. Não ha noticia de que tenha tomado um banho no Brasil, nos treze anos que aqui viveu.

A sua *toilette* caseira, mesmo a *toilette* das audiências — uma vergonha. Era uma camisa de cambraia que ele conservava no corpo três e quatro dias; calças de pano preto, já ruças; colete preto; casaca de Saragoça, tudo tão usado e tão gasto que o seu alfaiate Tomás Carneiro, remendava de vespera para sua majestade vestir no dia seguinte.

Nunca um criado do paço usou chapéu armado tão velho e sujo como o chapéu do rei.

Só nos dias de gala vestia as suas roupas ricas e, isso mesmo, só nos grandes dias de gala.

Aí, envergava as fardas rutilantes, os calções de casemira, meias de sêda com fivelas de ouro e brilhantes, condecorações reluzentes de diamantinos, a majestosa e rica peça da Ordem do Tosão de Ouro, a bengala de ouro em que cintilava um grande diamante da coroa portuguesa.

Era o egoismo em figura humana. Chegava mesmo a ser avarento. Todos os diamantes que vinham de Minas, Goiaz, Mato-Grosso e São Paulo, tomava-os para si, desde que fossem de primeira agua. E namorava-os como um usurario namora as suas arcas de ouro. Ao recebe-los, pesava-os, punha-lhes rotulos, guardava-os em gavetinhas feitas de proposito para guarda-los e, desde que tinha uma escapula, os ia contar e mirar (1). Aquilo era seu, só seu.

(1). Documento da Biblioteca Nacional.

Quando as filhas se casaram e tiveram de seguir para a Espanha, o porteiro da camara veio preveni-lo de que as princesas não tinham joias. Fez ouvidos de mercador e, como o outro insistisse, ele junto dos escaninhos de seus brilhantes, exclamou amolado:

— O erario que dê. Estes aqui são meus.

A sua filha Izabel chegou a pedir-lhe um fio de diamantes, por não ter um enfeite para o pescoço. Negou. O erario que lho desse. E foi o erario quem lho deu.

Quando as princesas partiram para a Espanha iam pauperrimas de joias, e as poucas que levavam, essas mesmas, foram presenteadas pela mãe e pela tia. D. João não ofereceu às filhas um anel, ao menos.

E não consta que, em dias de sua vida, tivesse dado, do seu bolsinho, um presente a quem quer que fosse.

Interesse pelas coisas do Estado, nunca teve. Só se preocupava com aquilo que podia atingir direta ou indiretamente a sua pele.

Pouco se lhe dava que o tesouro pudesse ou não pagar as despesas fabulosas de sua casa.

As contas da ucharia, das cavalariaças, da mordomia reais, eram um clamor de desperdicio e ladroeiras. Nunca examinou uma só. Rei sem constituição, sem orçamento, sem dotação certa, gastava o que queria. Quando lhe faltava dinheiro, enviava ao erario o tesoureiro do seu bolsinho e o tesoureiro, a seu talento, levantava as somas.

A historia denominou-o o rei clemente. Têm-no como uma excelente alma, de uma piedade sem par. Mentiras da historia.

Foi, já sob a sua regencia, que se deu o epilogo da Inconfidencia Mineira foi no seu reinado que se ergueram as forcas para os revolucionarios de 1817. Execu-

tou Tiradentes, como executou o padre Roma e os outros rebelados de Pernambuco.

Com aquele ar de songa-monga, com aquela preocupação de passar por monarca liberal e democratico, era, no fundo, um absolutista vermelho. Tinha odio feroz aos republicanos, rancor desenfreado a tudo que fosse ideal de democracia. De constituição nem queria ouvir falar. Reis constitucionais, repetia sempre, eram reis de baralhos de cartas.

Quando Fernando VII foi obrigado a aceitar a constituição da Espanha, teve d. João esta frase desolada:

— Está o meu cunhado feito rei de copas (1)

Um inquerito sobre a vida intima de d. João, sobre as suas occupações diarias, os seus habitos domesticos, os seus pendores, mostra que ele foi uma criatura rigidamente inferior.

Um dos maiores glutões do seu tempo. Só frangos, ele, só ele, dizem as cronicas intimas, comia nove por dia, — três ao almoço, três ao jantar e três à ceia. Eram uns frangos pequeninos, quasi pintos, tenros, que ele devorava cozidos ou assados.

A esse respeito ha, na Biblioteca Nacional, um documento interessante: é uma representação datada de outubro de 1819, pedindo providencias contra os empregados do galinheiro da real ucharia, que açambarcam todas as galinhas apparecidas nas vizinhanças do Rio. O documento mostra que as aves não chegam ao seu destino, que não ha doentes que possam tomar a sua canja ou beber o seu caldo. Os empregados do rei andam pelas estradas, pelos portos da baía, tomando as capoeiras de galinaceos já vendidos.

(1) Ibidem.

Sua majestade devorava todas as galinhas que chegavam à capital da corte!

Um dia de d. João, apanhado desde que amanheça até que o monarca se deite para dormir, é de um ridículo lamentável.

Às seis da manhã o soberano estava de pé. O primeiro cuidado era fazer as orações no oratório particular. Levava consigo Matias Lobato, depois barão e visconde de Magé, seu guarda-roupa. Após a reza entregava o rosto ao barbeiro. (Era este o seu unico luxo de hygiene — fazia a barba todas as manhãs). Vestia-se com aquela roupa remendada e suja que Tomás Carneiro consertava de vespera.

Já no seu quarto particular estava a mesa posta. À hora em que, no paço e em todas as casas da cidade, se tomava a ligeira refeição do café, o monarca engulia três franguinhos assados, sem mólho, com fatias torradas sem manteiga e bebia uma chicara de chá.

A sua maneira de comer era a mais grosseira desta vida. O talher parecia não ter sido feito para os seus dedos augustos.

D. João estraçalhava os franguinhos a mão e mastigava e engulia apressadamente, fungando, como se alguém lhe quisesse tomar a comida. Os ossos das aves, à proporção que os ia descarnando, atirava-os tranquilamente no chão.

Quando acabava isso tinha as mãos lambuzadas de gordura. Lavava-as e ia pedir a benção à mãe, a rainha louca. Diante dela, ajoelhava-se, beijava-lhe os dedos, perguntava-lhe pela saúde, pedia-lhe as ordens e seguia para a sala do Conselho, a tratar com os ministros.

Aí ficava até duas da tarde, digerindo o almoço e esperando o jantar.

O jantar era às duas em ponto. À mesa não figurava, como pela manhã, sómente a sua pessoa real.

Vinham os filhos varões e os sobrinhos. O monarca devorava uma sopa, outros franguinhos tenros, assados ou cozidos, outras fatias torradas e três ou quatro laranjas da Baía. D. João nunca suportou as “seletas” do Rio, por serem muito doces, afirmava.

Não bebia vinho ou qualquer outra bebida que tivesse alcool. Era agua, agua da Armação, dormida em moringues, que os criados da ucharia iam buscar do outro lado da baía.

Ao terminar o jantar, deitava-se, arrotando, já em começo de digestão. Tinha sempre um livro à cabeceira, mas não chegava ao fim da pagina. Cinco minutos depois dormia e roncava como uma giboia que tivesse comido um bezerro.

Antes das cinco acordava e, às cinco, partia para a Quinta da Boa-Vista. O acompanhamento era o que havia de mais comico. Dois cadetes de cavalaria, como batedores, iam à frente; atrás — um lacaios de libré, montado num burro, levando na anca do animal uma frasqueira com agua para o monarca beber, se lhe desse sede no caminho; no encaço do burro, o criado particular, brandindo uma longa vara de marmelo. A traquitana do rei, forrada de damasco encarnado, vinha em seguida, tirada por duas bestas magras (os animais das cavaliças reais eram magrissimos) e guiada por um cocheiro velho, de calças e meias cinzentas, agaloado de prata, chapéu armado e grande espada pendente. Em seguida, galopava uma guarda de cavaleiros. Logo após, numa sége, ia d. Miguel, acompanhado de d. Pedro Carlos, o marido de dona Maria Tereza. Fechava o prestito um criado, tambem montado num burro, como aquele da frasqueira d’agua, levando à garupa da montaria, uma caixa com uma albarda coberta de pano carmezim. Na caixa (parece incrivel, mas é verdade) ia um vaso sacreto! Sua majestade era providente...

Baloçando nas almofadas do carro, d. João, de

chapéu enterrado na cabeça, não tirava o chapéu a ninguém.

Ao seu lado ia d. Pedro. E ia como? Na posição mais extravagante que podia ter um príncipe: em pé, com um martelo empunhado, a bater o martelo, como um garoto, na maçaneta de metal da traquitana, afim de abrir passagem entre o povo. O pai achava infinita graça nas marteladas do filho, que fez tal façanha até aos 14 anos.

Ao chegar a São Cristovão, os príncipes dispersavam-se, a cavalc, pelas redondezas, e o rei, acompanhado da filha querida, dona Maria Tereza, do genro d. Pedro Carlos e dos cortejãos que por ali apareciam, fazia uma volta pelas alamedas frescas da Quinta.

Ao bater a ave-maria o palacio estava apinhado de gente. Sua majestade dava o beija-mão e depois tocava para o paço da cidade, com o mesmo acompanhamento da ida.

Agora, vão moços à estribeira e à boléia das séges, com archotes acesos.

Era um espetáculo funebre pelas ruas escuras e esburacadas do Rio antigo. Tinha-se a impressão de um enterro em aldeia do sertão, fora de horas.

Isto quasi todos os dias, sem uma variante. Chovesse ou não chovesse, voltava ele da Boa-Vista, para receber a benção da velha rainha. Só um motivo o impedia desse movimento de ternura filial (uma das poucas virtudes de d. João) — a trovóada.

Se o trovão roncava, ficava mesmo lá pela Quinta e mandava o conde de Paratí à cidade, avisar a louca.

Era o seu grande pavor — a tempestade. Mas os relâmpagos clareavam no céu, corria para o quarto, trancava-se, envolvia-se num velho cobertor de sêda, o rosario na mão, a rezar, a acender velas a Santa Barbara, a São Jeronimo e a todos os santos que se encarregam de serenar as borrascas.

As audiências de d. João realizavam-se à noite. Quando, já no escuro, voltava de São Cristovão e beijava a mão de sua mãe, dava audiência.

Aí recebia os requerimentos, atendia às partes, enviava-as aos ministros. Apesar de absolutista, não era aristocratico — ouvia toda a gente. Tinha mesmo um gostinho especial em escutar alguma queixa contra os ministros e governadores.

Terminando a audiência, já outros franguinhos o esperavam, para a ceia. Depois deitava-se e dormia na santa paz de um bem-aventurado.

Quando dona Maria I morreu, houve ligeiras modificações na vida de el-rei. Mudou-se inteiramente para a Boa-Vista e só vinha à cidade nos dias de festas religiosas ou oficiais. Continuou a acordar às mesmas horas e a comer o mesmo numero de frangos.

Depois do almoço, que ele fazia de portas fechadas no seu quarto, falava aos filhos que lhe vinham pedir a benção, e às nove da manhã recebia Paulo Fernandes Viana, o intendente geral da policia.

Acabada a conferencia, metia-se de novo no quarto, a rever requerimentos e outros papeis do serviço publico. Aí tomava um pouco mais a serio a sua função de governante.

Os filhos, que moravam na Quinta, invadiam-lhe os aposentos. À hora do jantar, retiravam-se as princezas para os seus quartos e ele, com os descendentes varões, ia para a mesa. As princezas não tinham talher na mesa do pai. Comia cada uma nos seus aposentos, sosinhas.

D. João pouco variava de pratos: eram os frangos assados ou cozidos, as fatias torradas, sem manteiga, e as laranjas da Baía.

No fim das refeições d. Pedro pegava no jarro, d. Miguel na bacia e d. Sebastião, o neto, na toalha. El-rei lavava as mãos lambusadas de gordura.

Ao jantar muitas vezes assistiam os camaristas, oficiais-móres da casa, o guarda-roupa, físico-mór, medico da semana e todos que se encontrassem no palacio, no momento. Havia gente que lá ia, de proposito, para ter a honra excelsa de ver o rei jantar.

Mal acabava de engulir as laranjas, d. João, ainda com as mãos sujas, punha-se de pé com os filhos e dava graças a Deus e, já de mãos lavadas, seguia com o visconde de Magé, para o oratorio, rezar.

A's cinco da tarde, um ligeiro passeio de carro descoberto, com d. Sebastião, até a Ponta do Cajú. Ele proprio governava uma das parelhas de bestas. Seguiam-no os aulicos, a cavalo.

Quando voltava, estava a varanda da Quinta completamente cheia — o beija-mão. Seguia-se a audiencia, mas, antes disso, o monarca ia cear os seus franguinhos. Primeiro que tudo, a sua augusta barriga. A audiencia começava ás sete da noite e terminava, muitas vezes, às onze.

Isso, invariavelmente, todos os dias. Uma ou outra vez el-rei não recebia ninguém — era quando voltava adormecido e roncando no carro que o levava ao passeio da Ponta do Cajú.

Um homem destes poderia ter sido o estadista como o querem os historiadores brasileiros? Nunca.

Uma criatura rasteira, rigorosamente mediocre, é que ele foi.

A DURA VIDA EM SANTO ANDRÉ' DA BORDA DO CAMPO

Desde que o Brasil é Brasil não houve, certamente, multas mais extorsivas que as que se cobraram na vila remota de Santo André da Borda do Campo.

Ao mais ligeiro estudo das atas da municipalidade do rude arraial de João Ramalho, o leitor se escandaliza diante da disparidade das multas, comparadas com o valor do dinheiro naquela fase quinhentista.

Quer sobre a vila de Santo André, quer sobre a vida de João Ramalho, anda a historia ainda às tontas.

João Ramalho tem sido tudo na historia, ao sabor dos historiadores. Para uns foi o precursor de Colombo, pisando em terras americanas antes que as caravelas do navegador genovês fundeassem nas aguas das Antilhas. Para outros é o naufrago que, ao Brasil, aportou nos dias sombrios em que Portugal deixou a terra de Santa-Cruz em pleno abandono. Para Candido Mendes não é outro senão o muito conhecido bacharel de Cananéia, que a historia até hoje não pôde identificar definitivamente. Para outros, um aventureiro ignorante.

O que ele é, até hoje, nestes dias de pesquisas, é um ponto de interrogação.

O arraial de Santo André continua com a mesma sorte do seu fundador. Ninguém sabe em que local do planalto paulista João Ramalho fundou o seu povoado.

Até o presente, não se pôde determinar o lugar preciso em que existiram os primeiros fundamentos do mais antigo dos nucleos populosos de S. Paulo.

Que ambos existiram — o arraial e o fundador — é que não ha mais duvida. Para muitos, o arraial de Santo André da Borda do Campo não era mais que uma furna de bandidos, um numeroso rancho de malfeitores, colocados no planalto paulista, logo após as muralhas da cordilheira do Mar, ali vivendo como salteadores terriveis, escravizando indigenas, de arcabuz e flechas impedindo que alguém transpusesse os sertões incultos. João Ramalho não era mais que o maioral dessa quadrilha.

E' provavel, é mesmo quasi certo, que a população que fervia nas ruas de Santo André, não fosse a mais docil e a mais angelica, daqueles tempos asperos.

Não seria possivel existir no coração da selva, numa quadra de aventura e fome de riquezas, uma população de santos. As surpresas da floresta desconhecida, as emboscadas dos indios indomaveis, e principalmente o ambiente da época, haviam de tornar os homens afoitos e bravios.

Mas, a verdade é que Santo André da Borda do Campo teve uma organização social e uma organização politica. Ninguém hoje pode duvidar disso, depois que o sr. Washington Luiz fez publicar as velhas atas da municipalidade do remoto arraial de João Ramalho.

Em Santo André não mandava quem queria, nem João Ramalho era o poder autoritario e supremo. Havia uma municipalidade, havia um poder legislativo, havia o que hoje chamamos prefeito e que, naquele tempo, era chamado juiz.

A lei tinha um rigor feroz; os assuntos publicos, um tom de seriedade, que hoje absolutamente não existe nas mais perfeitas sociedades organizadas.

Ao ler-se a **Era das Bandeiras** de Afonso de Taunay, verifica-se que, em Santo André da Borda do Campo, os deveres de um vereador eram coisas rigorosamente sérias. Basta citar este caso hoje espantoso para nós: os vereadores sofriam multas quando não compareciam às sessões da Camara.

A moradia em Santo André não era para qualquer pé rapado. Ninguém punha a trouxa às costas e entrava, sem mais aquela, no arraial, para morar. Devia pedir licença à Camara e obtê-la. Em 1556, consta de uma ata da vila, citada por Taunay, Manoel Ribeiro, que já possuía “casa, roças, vaca e mulher” no povoado, requeria aos vereadores que o “assentassem por morador”.

Se se não entrava sem licença, sem licença também não se saía. Havia rigorosas penas em dinheiro para os transgressores. De uma ata de 1555, consta que Francisco Alves requerera permissão para viver algum tempo no campo.

Entre nós, em pleno século XX, o pistolão destrói o rigor das multas impostas pelos poderes publicos.

Em muitas localidades do interior os amigos do chefe politico não pagam impostos.

No arraial de João Ramalho o caso era serissimo. Uma multa imposta era uma multa paga. Não havia empenho capaz de demovê-la. O almotacel João Pires Gago, por desleixo, não mandou limpar os monturos das ruas. Multaram-no em quinhentos réis. O pobre diabo fez tudo para livrar-se da pena. Nada conseguiu. E, como não tinha com que pagar, viu-se obrigado a fugir.

Diante das atas da municipalidade de Santo André da Borda do Campo, o que mais espanta, não é o rigor das leis: é o vulto, o extorsivo vulto das taxações que se impõem ao povo.

E' necessário que nos reportemos à época.

No periodo quinhentista o dinheiro não tinha o mesmo valor de hoje. Basta dizer que o descobrimento da America não custou muito mais de sete contos de réis ao governo de Espanha. Um cruzado era quantia fabulosa.

Cabral, quando fez a viagem às Indias, da qual resultou o descobrimento do Brasil, ganhava regiamente. Vencia, pela viagem de ida e volta, a soma incrível de quatro contos de réis. Cada um dos comandantes das naus recebia um conto e duzentos, ida e volta. Os pilotos ganhavam duzentos mil réis pela viagem; os marinheiros quatro mil réis por mês; e os soldados dois mil réis apenas.

Fernão de Magalhães não descobriu, para Portugal, o estreito que tem o seu ultimo nome, porque el-rei d. Manoel não o quis gratificar com seis escudos, cerca de nove mil e seiscentos réis na moeda atual.

Na época em que o povoado de João Ramalho floresceu, o governador geral do Brasil percebia dos cofres publicos o imenso ordenado de trinta e três mil trzentos e trinta e três réis mensais. O bispo não recebia mais que a metade. O official do governador geral só recebia quinhentos réis por mês e vivia como um principe.

Na propria vila de Santo André os ordenados eram apertadissimos. O prefeito ganhava oitocentos réis por ano (dois cruzados). O porteiro da Camara satisfazia-se com quatrocentos réis anuais.

Numa quadra em que os valores eram esses, as multas impostas pelas municipalidades deviam ser relativas aos valores. Não o eram em Santo André.

As penas impostas pela Camara são as mais díspares. Um tostão, naquela época, tomava o vulto de uma

fortuna. Era quanto pagava o vereador que não comparecia a uma sessão da Camara.

Certamente não existiram, no Brasil, taxas mais pesadas que as da vila ramalhense. Tem-se a impressão de que a municipalidade, não podendo arcar com os encargos normais por falta de numerario, quer arrancar, seja como for, o pelo do povo.

A vila de João Ramalho, ao fundo da floresta paulista, era pobre. A municipalidade tinha que refletir a pobreza da vila. O patrimonio municipal, em 1556, constava apenas de uma balança de pau, um peso de ferro de quatro arráteis, dois taipais com seus aparelhos e um machado grande de carpinteiro.

Em 1557 era mais rica. Tinha a mesma balança, os mesmos taipais, e isso agora acrescido com três agulhas e uma medida de três alqueires e o fabuloso saldo de quatrocentos réis em dinheiro.

Apesar de pobre, a municipalidade andréense fazia empréstimos aos seus munícipes preeminentes. Em 1556 emprestou a João Fernandes — o Gago — a quantia de quatrocentos réis.

Aquele machado, de que se fala acima, era a caução que João Fernandes deixara, ao receber o grande empréstimo. No mesmo ano emprestou três cruzados a Paulo Proença. No ano seguinte, João Pires Gago conseguia, com a caução de um arcabuz, o empréstimo de mil e duzentos réis.

Parece que esse estado de penuria explica de alguma maneira o exagero das multas impostas em Santo André. Se se não extorquir o povo, os cofres municipais nunca terão dinheiro.

As penas são horripilantes. Na vila a criação de vacas e porcos, dia a dia aumenta. Os bichos vivem a estragar as roças da redondeza. A Camara toma uma medida energica contra o abuso, em 1556. Pelo animal

que fôr recolhido ao curral do Conselho pagará o dono cem réis, por cabeça. Mais tarde o imposto é diminuído, aos reclamos do povo. A vaca desce a cinquenta réis e o porco a um vintem.

Os índios das florestas vizinhas fazem, de quando em quando, surpresas desagradáveis à vila, destruindo o que podem. Todo o mundo é obrigado a recolher, à tardinha, o gado à fortificações. O criador desleixado pagará cem réis por animal.

Cem réis é uma das penas menores impostas em Santo André da Borda do Campo, no tempo em que o ordenado maior era o do prefeito (juiz) e não ia além de oitocentos réis anuais.

As taxas são sempre de quinhentos réis para cima. O morador que se retirava da vila, sem licença, pagava quinhentos réis ao volta. Quando pusesse raízes de mandioca a fermentar nas fontes publicas entrava com dez tostões para os cofres municipais.

Era uma multa feroz. Talvez possa ser explicada pelas razões da saúde publica: a mandioca, antes de fermentada, é um veneno terrível.

O fiscal da Camara, que deixava de cumprir o seu dever, entregava ao município a soma de quinhentos réis. Foi a pena imposta ao almotacel João Pires Gago, por não ter mandado "halimpar os monturos", pena que, por pesada, o fez fugir da vila.

Santo André, plantada à borda do campo paulista, na virgindade inculta do planalto brasileiro, vivia numa constante ameaça de ataques. A mata, em redor, era a hostilidade dos índios. Não se podia deixar a vila desprevenida. Acontecia, porém, que os lavradores seguiam para as roças, deixando nas casas apenas as crianças e os enfermos. A Camara tomou medidas contra a negligencia. Designou as turmas de lavradores a

trabalhar e as turmas vigiadoras do povoado. A transgressão custava cento e cinquenta réis.

As noções de higiene moderna já eram conhecidas no agrupamento humano de João Ramalho.

Hoje, depois de quatro séculos, a trinta minutos do Rio de Janeiro, os médicos da profilaxia rural não conseguiram ainda que a população dos subúrbios compreendesse a necessidade das sentinas. Nem as fossas simples, cavadas no solo, quer o suburbano usar.

Em Santo André da Borda do Campo, em mil quinhentos e tantos, havia o abuso das fossas.

Ha uma ata, de 1557, em que os edis, reunidos, impõem a multa de dez tostões a quem fizer privadas dentro dos muros da vila.

No Brasil, quanto aos defeitos administrativos, não ha nada de novo. O atraso dos governos para com o funcionalismo publico, que muita gente supõe ser coisa moderna, é velhissimo.

Já a municipalidade de Santo André vivia em atraso. Conhece-se um requerimento do escrivão Gaspar Nogueira solicitando pagamento dos seus ordenados esquecidos. Devia-lhe a Camara mil cento e sessenta réis, dos quais ele só havia recebido oitocentos.

Ha quem afirme que o desfalque é, no Brasil, uma criação da Republica. Tem quatro séculos. Nasceu com os nossos primeiros vagidos.

Em 1555, em Santo André da Borda do Campo, deu-se um desfalque. De uma ata constam sérias medidas tomadas contra o procurador João Fernandes, que teve a clamorosa improbidade de não entrar para os cofres municipais com a soma de cinquenta réis, de uma multa que cobrou.

Sempre a multa! A municipalidade de Santo André da Borda do Campo foi a mais extorsiva criadora de impostos que houve no Brasil.

PEDRO I — PAI

Rarissimos monarcas foram pais extremosos como Pedro I.

E' a unica feição imutavel de sua alma. Em tudo mais não houve criatura mais oscilante, mais imprevisita e mais inconsequente.

O carater do nosso primeiro imperador é, na historia brasileira, uma das charadas mais dificeis de decifrar. Não ha figura mais complexa, mais complicada e mais cheia de claros escuros, do que a desse principe estoirado que, num dia de mau humor, com um gesto e com um grito, resolveu o embaraço da nossa Independencia.

Ha, no carater de Pedro I, as arestas mais disparatadas. Ora tem espinhos e garras, ora meiguices de ternuras infantis. Ora é o impeto desencadeado e em seguida a calma sedutora. Ora o grosseirão, ora o fidalgo. Tem-se a impressão de que ha dentro dele um calidoecopio de temperamentos.

Os filhos de d. João VI nunca puderam ter uma educação regular de principes, ou mesmo qualquer outra educação que se aproximasse da burguesa.

O pai era aquele pobre homem que, além de dar a vida por uma digestão ociosa, atravessou a existencia com o coração magoado pelas leviandades e perfidias da esposa. A mãe era a famigerada Carlota Joaquina, a quem a natureza brindou com um temperamento

que era um brazeiro e uma ansia amorosa que era um escândalo. Os gosos da alcova distraíram-na das emoções maternas. Quando a carne cansou e os estos da maternidade lhe sacudiram o peito, já os filhos eram rapazes, com todos os defeitos das arvores crescidas ao léo, aos embates dos sóis e dos ventos. A avó, coitada, era a triste e dolorosa rainha louca.

Com uma educação tão descuidada, d. Pedro devia ser uma resultante do desleixo dos pais. E foi. As arvores, crescidas ao desamparo, são fortes, mas, quasi sempre, são tortas. Ele foi de fato um forte, mas, o seu carater atravessa a historia com uma tortuosidade desnorteante.

Tudo, nele, era a irregularidade, o imprevisto. A feição normal do seu carater é justamente essa — a anormalidade.

Em d. Pedro tudo era instavel. Nunca se lhe viu uma idéia firme, uma opinião determinada. Teve, na cabeça, um catavento em rodopio. As soluções de continuidade fraccionam os seus gestos bons, como mutilam os seus movimentos maus. Quasi que não ha periodo de transição nas suas mudanças.

A's vezes está de uma juvenildade encantadora: brinca, sorri, graceja, festeja e acaricia, para, immediatamente, cair numa tristeza pesada. De uma gargalhada clara de rapaz, passa, de subito, a uma irritação tempestuosa de carroceiro.

E' ao mesmo tempo, arrieiro e fidalgo. Está com uma criança nos joelhos, brincando: todo ele é doçura, veludo e mimos; mas, entra um dos aulicos do paço, trazendo uma notícia má de fora: estalam-lhe então, inesperadamente, todas as cordas da grosseria; despreza, com brutalidade, a criança que mimava e desencana numa procela de palavrões que assustam e aterram.

Não tem a menor idéia do que seja discreção. Nos assuntos mais graves é de uma inconveniência perigosa. À porta fechada, com os ministros, trata dos casos secretos do governo, mas aqui fóra, já se não lembrando da gravidade deles conta aos serviçais da Boa Vista tudo que lá dentro se conversou.

O seu carater foi um pendulo que oscilou do primeiro ao ultimo dia de sua vida.

Até mesmo na moralidade, que teve muito pouca, encontra-se a oscilação, o claro escuro. Em certos dias, tem escrúpulos de entrar em casa da marquesa de Santos. Espera as horas caladas da noite, embuça-se, mede os passos, esgueirando-se cautelosamente pelos muros. Em outros, é apanhado, no proprio paço, aos beijos com a marquesa, quasi diante dos olhos da esposa.

No proprio lar, tem desplantes e timidez, que são contrastes fragorosos. Um dia, obriga a imperatriz a nomear dona Domitila sua dama de honor, mas, na hora da apresentação da comborça á dona Leopoldina, envergonha-se, e faz com que outra pessoa se encarregue da cerimonia.

Nele tudo é uma sucessão de surpresas e incongruências.

No começo da propaganda separatista é francamente hostile ao elemento brasileiro. Depois tem o movimento do "fico", depois é ele proprio a soltar o grito do Ipiranga.

Nos primeiros dias, está com José Bonifacio, no Apostolado. Em seguida, é o maior amigo de Gonçalves Ledo, no Grande Oriente e, mais tarde, persegue e deporta Ledo, por instigação de José Bonifacio. E, não se passam muitos meses, atira-se contra o patriarca, põe-no fora do país, para, em 1831, chamá-lo à tutela dos filhos.

E' sinuoso, irregular, imprevisto e surpreendente. Os seus atos como que não têm sequencia. Ora pede conselhos, força-os, exige-os e chega mesmo a segui-los no começo, mas, de um momento para outro, quando menos se espera, sem motivo nenhum, mete os pés pelas mãos e desembesta nos erros, desprezando os conselhos. E, uma vez desembestado, ninguém mais o detem.

Ao proclamar-se a Independencia, é o maior e o mais intolerante dos jacobinos, mostrando-se mais brasileiro, que os proprios brasileiros. Faz questão fechada de hostilizar os portugueses, e combate-os e castiga-os e persegue-os. Mas, no melhor da festa, quando o país inteiro confia nele, eis que chama os portugueses para o seu lado, forma como eles a sua "panelinha", dá-lhes braço forte e ajuda-os contra os nacionais.

Nunca ninguém lhe negou valentia e destimidez. E' voluntarioso como jumento e faz o que lhe vem à cabeça. Parece não ter a menor sombra de temor. Mas, mesmo nisso, encontramos as duas arestas antagonicas do seu temperamento. Quando José Bonifacio, magoado com a politica de Ledo no Grande Oriente, abandona o ministerio, ha, na cidade, uma ruidosa manifestação popular. O povo exige a volta do seu primeiro ministro. Ninguém espera que d. Pedro transija, que d. Pedro ceda. Teve sempre um gostinho especial de afrontar as iras da multidão. Mas, no dia em que o povo, nas ruas, vai fazer uma manifestação de agrado ao patriarca, o principe, que nunca transigia, corre ao encontro do populacho, defronta José Bonifacio, abraça-o no meio da rua, chora de comoção e trá-lo, de braço dado, entregando-lhe de novo a pasta, como a cidade exigia.

Nunca se soube o que lhe ia agradar, o que o ia aborrecer. As menores coisas desencadeiam-lhe zangas

subitas; coisas graves, às vezes, provocam-lhe gargalhadas.

Era um epilético. As crônicas do tempo registam as crises agudas da molestia. E, todos os seus atos inconsequentes nada mais foram do que uma consequência natural da enfermidade.

Como marido foi detestável. Poucas mulheres sofreram tantas humilhações como dona Leopoldina, tão resignada e tão boa. O amor próprio da Imperatriz, o seu pundonor de esposa, eram constantemente feridos, no próprio lar, pelas saias farfalhantes e escandalosas da marquesa de Santos. Ao que contam os cronistas do tempo, a imperatriz morreu de um pontapé que o esposo, num acesso de brutalidade, lhe deu no ventre em gestação. E, coisa singular! ao morrer dona Leopoldina, d. Pedro chorou-a sinceramente, sem ostentação, no recesso do seu palácio, como se a tivesse amado toda a vida.

Ha ocasiões em que se nos apresenta com a feição literal de um louco. Aquele fato, que Bosche conta nos **Quadros Alternados**, convence-nos do desequilíbrio do imperador. D. Pedro, de tempos em tempos, ia tomar banho em uma chácara no Cattete, fronteira à residência do consul geral da Prússia. Em certo dia, as janelas do consul estavam cheias de moças. De que pilheria se lembrou o monarca? Despiu-se e veio para a janela, nu como na hora em que nasceu. As raparigas correram espavoridas. O príncipe gosou desabaladamente o susto com uma das suas melhores gargalhadas.

Aquele outro episódio, contado também por Bosche, é ainda mais frisante. De uma vez, no quartel da Praia Vermelha, o imperador passava revista a um batalhão, quando sentiu a premência de satisfazer a uma necessidade fisiológica. Outro qualquer se recolheria

aos aposentos privados da fortaleza. Ele não. Galgou o largo muro, como qualquer garoto e, naquela posição ridícula, mandou que os soldados desfilassem diante dos seus olhos.

Não se lhe podem negar dotes excelentes de inteligência. Era um espirito arguto, relampejante, de uma penetração imediata. Até qualidades artísticas encontram-se entre as suas virtudes. Era musico e poeta. O hino que, na noite de 7 de setembro de 1822, se cantou no teatro da Opera, em S. Paulo, é obra sua. Compô-lo, adoidadamente, entre as seis da tarde e as oito da noite, para ser cantado pelas familias paulistas, no espetaculo de gala.

De violão ao peito compunha modinhas, que gorgeara aos intimos, na Boa Vista, ou nas "farras" com o Miquelina.

O poeta foi certamente inferior ao musico. Artisticamente os seus versos são ignobeis, mas não se lhe pode negar um grande sopro de sentimento.

Era realmente uma criatura complexa. E tudo nele influiu para maior complexidade: a falta de educação, a epilepsia, as heranças de sangue e as heranças politicas.

Nascido de uma familia de autócratas pretendeu ser monarca constitucional. Passou, porém, toda a vida sem compreender o que era constituição. Não tinha educação politica para ascender tão alto, não tinha, na sua familia, tradições de liberdade que auxillassem os seus impulsos. Resultado: foi um monarca constitucional que outra coisa não fez, durante a existencia, senão espezinhar a constituição.

Mesmo que não tivesse sido epiletico, nunca poderia ser equilibrado. Sua mãe era Carlota Joaquina, uma das criaturas mais malucas do mundo e, com certeza, ninguem poderia ser impunemente filho de seme-

lhante mãe. E' bem possivel que fôsse filho de seu pai, o senhor d. João VI, um dos caracteres mais indefinidos da historia luso-brasileira.

Com tais progenitores ninguem seria criatura normal.

*
**

Pois, com todos esses defeitos, com todos esses claros escuros desnorteantes, o grande maluco que foi Pedro I teve uma virtude comovedora — soube ser pai e o foi como pouca gente tem sido na vida.

Rarissimos os principes que tiveram aos filhos a afeição extremosa, o grande amor e o grande carinho que ele teve aos seus.

E essa aresta luminosa do seu coração é completa: d. Pedro não distingue os filhos naturais dos filhos legitimos. E' pai em toda a plenitude da paternidade.

Ha um momento, na sua vida, em que parece não ter ainda a verdadeira consciência do seu papel de progenitor. E' em 1824, quando nasceu Izabel Maria, a sua primogenita com a marquesa de Santos. O principe manda registrar a bastardinha como filha de pais incognitos.

Fraqueza. Transigencia com a sociedade do tempo, talvez uma satisfação aos melindres da imperatriz. Mas, dois anos depois, vemo-lo revoltado contra a sua propria covardia, forçando os assentamentos ecclesiasticos, para registrar a pequenina como sua filha. Vemo-lo legitimando a criança, dando-lhe o titulo de duqueza de Goyaz, com moradia no paço e tratamento de alteza, imposto por um decreto imperial.

Ninguem foi mais amigo dos filhos. Não ha uma só testemunha da época que lhe não afirme essa virtude. Dona Leopoldina, que dele devia ter magoas cruciantes, diz numa carta intima: ... "il est le meilleur

des pères, toujours occupé avec elle (Maria da Gloria), il la porte toute la promenade dans ses bras et lui prodigue mille caresses”...

Conta Maréschal que, um dia entrando inesperadamente nos aposentos do paço, encontrou d. Pedro, de cócoras, em mangas de camisa, brincando com os filhos.

Aquela cena, que Alberto Rangel narra no seu livro sobre os amores do monarca com a marquesa de Santos, caracteriza admiravelmente os sentimentos paternais do proclamador da Independencia. Uma das princesinhas estava doente. Havia uma caçada para o dia seguinte, e dona Leopoldina, perdida pelos desportos cinegeticos, perguntou ao medico se a enfermiçade da filha poderia impedi-la de ir à caça. D. Pedro zanga-se: — “Vá, imperatriz! Mais vale uma caçada que a filha! Receio que não tenha coração de mãe!”

Estava isso bem na sua maneira de ser. Um filho doente era a absorção completa dos seus cuidados. Quando qualquer dos pequenos adoecia, não deixava a cabeceira do leito. Era ele proprio quem ia tomar o pulso do enfermo, quem o purgava, quem o lancetava, quem applicava os sinapismos, as sanguesugas, as lavagens intestinais.

Percorrendo-se a correspondencia intima de d. Pedro, encontra-se o testemunho da sua imensa dedicação paternal. Numa carta à marquesa de Santos, data de dezembro de 1827, diz: “Maria Izabel foi ontem vacinada por mim”. Noutra, de 1828: “Maria Izabel não tem nada, dormiu, e está dormindo, e às 8 horas que estava acordada estava muito esperta, só o que tem he o que sempre teve que he dificuldade de obrar; mas vou dar-lhe Agua Vienense que hade fazer-lhe bem”...

Não se esquece dos filhos um segundo. “Neste

momento que são cinco horas chego, e imediatamente pego na pena para te participar que nossas filhas estão de mui boa saúde”, escreve em setembro de 1827 a dona Domitila.

Ao adoecer a princesa dona Paula Mariana, d. Pedro torna-se de uma inquietação que causa pena. Não dorme, não come, sempre junto da enferma, velando-a. Afinal, carrega-a em pessoa para a serra da Estrela, à procura de melhores ares.

Quando a pequenina princesa caiu com um ataque, ficou mais alarmado e apreensivo que a própria imperatriz.

Se alguém lhe vinha contar mexericos sobre a marquessa de Santos, fazia-o calar imediatamente. Nada! não queria ouvir. A marquesa, dizia, era a “mãe” de seus filhos.

No paço, viam-no muitas vezes com a duquesa de Goyaz nos braços, a perguntar a todos se já tinham beijado a mão da bastardinha.

Ao aproximar-se o nascimento de um príncipe, d. Pedro era de um desvelo impressionante. Cuidava de tudo; ele proprio era quem escolhia as amas para amamentar os pimpolhos.

Quando d. Pedro II estava para nascer, a sua solicitude redobrou. Palpitava-lhe que ia ter um filho varão. Para amamentar o pequeno escolheu Marie Catharine Equey, suíça, de boa saúde e de bom leite. Catharine, desde novembro de 1825, foi instalada no paço. Calculava-se que ela tivesse a sua **delivrance** antes da imperatriz e, como tardasse, o imperador andava inquieto, a perguntar-lhe: — “Nada de novo?”

Catharine só teve o seu parto dois dias depois do de dona Leopoldina. D. Pedro foi obrigado a mandar vir de Nova Friburgo uma tal mme. Prottet, a primeira a amamentar o príncipe herdeiro.

A suíça teve de Pedro I as mais altas provas de consideração e respeito. No mesmo dia do batizado do príncipe, batizou-se o pequerrucho da ama, e o padrinho foi o próprio imperador, que espontaneamente se ofereceu a distinguir o irmão de leite de seu filho.

Os cuidados que sua majestade tinha com a educação dos príncipes é um fato que impressiona admiravelmente. A escolha de dona Mariana Carlota de Ver-na Magalhães, para governante do príncipe herdeiro, mostra até onde ia o escrupulo do monarca. Dona Mariana, além de ser modelar em virtude, era um excelente coração de mãe.

— Você entende disto melhor do que eu, disse d. Pedro, ao entregar-lhe o menino.

E sempre a respeitou. Ele, que era desatado de linguagem, nunca, diante dela e dos filhos, teve um leve deslize de palavras.

Em tudo d. Pedro mostra a preocupação dos filhos. Na mensagem aos representantes da nação, quando abdicou, fala comovidamente: “resta-me agora como pai”... “motivado pela separação dos meus caros filhos”...

Na “Carta aos amigos” declara que parte “saudo-so dos filhos”. Na carta ao marquez de Caravelas, falando sobre negócios particulares, diz que não é capaz de dispôr “do que he de meus filhos”.

As crônicas da época pintam, de maneira emocionante, o momento em que Pedro I, depois da abdicação, se foi despedir do filho imperador. E’ noite. O monarca menino dorme tranquilamente no seu leito de criança. D. Pedro entra no quarto e pára junto do menino. Não tem coragem de acordá-lo. Fita-o demoradamente. As lágrimas ensopam-lhe os olhos; os soluços vão sufocar-lhe a garganta e ele, temendo aquela fraqueza, sai do aposento, enxugando os olhos.

Não havia um instante em que se descuidasse da educação da prole. Vigia-a desveladamente. Se os pequenos lhe escrevem com erros, censura-os. "Mas si tu em lugar de passares na cama as segundas-feiras, tu estudasses (escreve da Europa à filha Maria da Gloria) então ela (a carta) não traria erros alguns".

De bordo da *Warspite*, a 12 de abril de 31, aconselha a d. Pedro II: "Lembre-se sempre de seu pai, ame a sua e minha patria, siga os conselhos que lhe derem aqueles que cuidarem da sua educação e conte que o mundo o ha de admirar, e que eu me hei de encher de ufania por ter um filho digno da patria".

A dona Mariana recomenda numa carta: "Peço-lhe com toda efficacia, faça guardar o decoro devido a meus filhos, e não permita de maneira alguma que pessoas desconhecidas, mal educadas, ou de conduta equivoca tenham trato ou conversação com eles". E conclue: "Confio que terá todo o cuidado e que dirigirá meus filhos pelo caminho da virtude com a lição e os bons exemplos".

Noutra carta, datada de Paris a 10 de janeiro de 1834, e dirigida a dona Mariana, escreve: "Muito prazer me tem causado os pequenos desenhos do menino (d. Pedro II) e meninas, e posto que eu esteja quasi certo que Simplicio teve neles grandes parte, contudo um só risco que cada um tenha feito por meus filhos he mui bastante para que eu os estime como se todos fossem feitos por eles".

O amor de Pedro I aos filhos dá-lhe, às vezes, um tom de grandeza augusta.

E surpreende quando a gente considera que Pedro I não teve, por bem dizer, educação nenhuma.

O seu coração paterno é tão grande que consegue suprir até a falta de instrução. Ha momentos em que tem, para os principes, conceitos que só um grande

homem podia ditar. Tudo e tudo — a majestade do seu imenso coração de pai. O coração, às vezes, pensa e fala melhor que a intelligencia e a cultura.

Esta carta, que ele enviou ao filho, em 1832, é admiravel de nobreza e de equilibrio moral: “Muito estimarei que esta te ache de saude e adeantado nos teus estudos; sim, meu Amado Filho, é mui necessario para que possas fazer a felicidade do Brasil, tua Patria de nascimento, a minha de adoção, que tu te faças digno da Nação, sobre que imperas, pelos teus conhecimentos, maneiras, etc., etc., pois meu adorado Filho, o tempo em que se respeitavam os Principes, por serem **Principes** unicamente, acabou-se; no século em que estamos, em que os povos se acham assaz instruidos de seus direitos, he mistér que os Principes egualmente estejam e conheçam que são homens e não divindades, e que lhes é indispensavel terem muitos conhecimentos e bôa opinião, para que possam ser mais depressa amados do que mesmo respeitados — o respeito de um povo livre para seu chefe deve nascer da convicção, que aquele tem, de que seu Chefe he capaz de o fazer chegar áquele gráo de felicidade a que ele aspira, e assim não sendo, desgraçado Chefe, desgraçado Povo!”

D. Pedro teve erros, inumeros, clamorosos, como homem e como politico. Como pai, nenhum pai foi mais amoroso, mais devotado e até mais sensato e equilibrado do que ele. O coração até aos doidos transforma.

OS EMBAIXADORES DE DAGOMÉ'

Uma das embaixadas mais estranhas, de que ha noticia na nossa historia diplomatica, é aquella que Dagomé, rei de Ajudá, enviou ao Brasil, em fins do século XVIII.

Ajudá é um reino de negros, na Costa da Mina, no continente africano. Foi antigamente um dos emporios mais importantes da venda de escravos para o Brasil.

O forte de S. João Batista de Ajudá, na povoação de Gregué, no fundo do golfo de Benin, por extravagancia ou conveniencia administrativa, em vez de viver na direta dependencia de Portugal, subordinava-se á capitania da Baía.

Era guarnecido por 53 soldados portuguezes, sob o comando de um capitão que se entendia directamente com o governador baiano.

A embaixada de Dagomé chegou à Baía a 26 de maio de 1795, na corveta **Santisso Sacramento e S. Francisco das Chagas**, capitaneada por Manoel Jorge Martins. Compunha-se de dois embaixadores, de que a historia não conserva os nomes, e de um intérprete, negro fugido da casa de Francisco Antonio da Fonseca de Aragão, o diretor do forte de Ajudá, naquella época.

Era no governo de d. Fernando José de Portugal. Embora fosse d. Fernando grande conhecedor dos

rituais palacianos sentiu-se seriamente embaraçado para receber e hospedar os diplomatas negros. Embaixadas daquela ordem não se viam com frequencia. A nudez do protocolo era desorientadora.

Afinal, revolvendo-se e folheando-se os livros da secretaria do paço, descobriu-se que, quarenta e cinco anos atrás, no vice-reinado do conde de Atouguia, chegara à Baía uma embaixada de Ajudá, que o vice-rei recebera com distinção, hospedando-a no Colegio da Companhia e custeando a hospedagem por conta do Estado.

D. Fernando resolveu seguir as lições do antecessor. Os emissarios foram metidos no convento dos franciscanos.

Houve, nos primeiros dias, embaraços em se lhes marcar a recepção no palacio do governo.

As razões eram duas. A primeira, quanto ao traje. Os enviados do régulo de Ajudá estavam num estado de nudez inconveniente. Não tinham roupa nenhuma, a não ser um manto da Costa que lhes cobria mal o corpo. Resolveu-se o caso da melhor maneira. Mandaram-se talhar umas roupas de sêda, muito compridas, para os selvagens se apresentarem com decencia diante do representante do trono portugêes.

A segunda dificuldade era maior. Quais as distinções protocolares que se deviam prestar aos embaixadores? Formar os batalhões para as continencias do estilo?

Foram ainda os velhos livros da secretaria que serviram para aplainar o embaraço. O conde de Atouguia escolhera o dia da festa natalicia de el-rei d. João V, em que a tropa estava formada, para receber os enviados de Ajudá. D. Fernando esperou o dia da procissão do Corpo de Deus, em que os batalhões se achavam postados diante do palacio do governo, para ter

com os emissarios de Dagomé o seu primeiro encontro official.

Dagomé era, ao que dizem os documentos do tempo, um potentado ambicioso e soberbo, de maneiras irritantes.

Os fins da embaixada foram considerados, na época, arreganhos de ambição sem freio e de alta impertinencia.

O régulo africano queria, apesar de negro, que Ajudá fôsse o unico porto da Africa a fazer, com o Brasil, o commercio de escravos. Queria ser ele, como rei de grande tribu, o unico fornecedor de cativos para o continente brasileiro.

Era o monopolio franco, exclusivo, que pedia na carta pelos seus diplomatas a d. Fernando José de Portugal, carta que, segundo os emissarios declararam, foi escrita, a pedido do rei, por um tenente da guarnição portugueza do forte de Ajudá.

Não ficava nisso, apenas, a pretensão do potentado africano. Protestava contra os rolos de tabaco, de que os negreiros se serviam para comprar escravos. Os rolos tinham apenas duas arrobas e vinte e quatro libras, quando devia ter três arrobas cada uma.

D. Fernando mostrou desde o primeiro momento a mais forte hostilidade aos desejos da embaixada. Ele proprio representou, ao governo de dona Maria I, contra as ambições de Dagomé.

Não convinha, por muitas razões, tornar o porto de Ajudá privativo do resgate de escravos. O commercio era intensissimo. Muitas vezes, reuniam-se, na-quele porto, cinco a seis embarcações negreiras, que teriam de sofrer demora, devida à lentidão das medidas tomadas pelas autoridades do reino negro. Dagomé era conhecido pela sua ambição: e, tendo o monopolio da venda de cativos, aumentaria o preço, pedin-

do, por escravo, quatorze rolos de fumo, em vez de doze.

Havia outras inconveniências: os mestres das embarcações não teriam a liberdade de escolher os pretos para o seu commercio, vendo-se na triste situação de aceitar tudo que o régulo lhes quisesse impingir.

Nos outros portos da Costa da Mina, resgatavam-se negros por muito menos rolos de fumo, que no porto de Ajudá, e não era licito nem politico privar os commerciantes das vantagens de um negocio "de tanto risco e despesa", e "a lavoura da utilidade de comprar, a melhor preço, os escravos resgatados nos outros portos".

Havia ainda outra consideração importantissima. Dando-se, a um ponto, o commercio exclusivo de negros, nesse ponto se reuniriam centenas deles, de uma só nação e, daí, poderiam resultar levantes perniciosos à paz e aos interesses da coroa portugueza.



Os embaixadores de Dagomé deram um trabalho a d. Fernando. Eram criaturas incultas, grosseiras, de costumes extravagantes. Nenhum tinha a circumspecção do papel que representava. Ao pisarem na Baía, pintaram o caneco. Supunham, certamente, que aquilo não era mais que um pedaço do reino natal.

Guiados pelo intérprete, o negro Luiz Caetano de Assunção, patife de primeira agua, caíram na pandega pelos arredores da cidade, varejando senzalas, à conquista de negras. Rara era a noite em que as autoridades não tivessem de afastá-los das tascas, onde, bebidos e quasi nus, provocavam chinfrins ruidosos.

Confessa D. Fernando que, só pela violencia, se

podiam castigar as desordens dos tais diplomatas africanos.

E não ficava somente nisso. Dias havia em que, logo pela manhã, entendiam de meter-se no palacio do governo, e lá ficavam até a noite, remexendo tudo, cuspindo no assoalho e nos moveis. Mais tarde deram para fazer exigencias impertinentes. Queriam dinheiro para presentear as negras e as mulatas das suas simpatias, dinheiro para as pandegas nas tascas e nas baiúcas.

O governo andava louco para se ver livre deles. Na primeira ocasião que se ofereceu, d. Fernando os enviou a Lisboa. Tinham eles uma carta para ser entregue, pessoalmente, à rainha.

Em Lisboa, um deles morreu e, nos ultimos momentos de vida, foi pelo governo batizado com o nome de Manoel Constantino Carlos Luiz.

Ao que parece, na côrte, os embaixadores não tiveram civilidade maior que na Baía. A rainha apressou-se em mandá-los embora.

Em maio de 1796, o diplomata sobrevivente, em companhia do intérprete, chegava de novo à Baía, recomendado a d. Fernando, pelo governo português. Vinha agora acompanhado de dois padres — Cipriano Paes Sardinha e Vicente Ferreira Pinto, que, por ordem da rainha, iam à Africa, com a missão de chamar Dagomé ao catolicismo.

Para d. Fernando aquilo foi realmente uma maçada. Ter que lidar de novo com aqueles tipos!

E fez tudo para enviar o diplomata negro a Ajudá.

Mas as dificuldades surgiam a cada passo. As embarcações, despachadas para a Africa, iam imensamente carregadas de fumo e não havia lugar para passageiros. Os mestres dos navios excusavam-se. Sabiam

dos maus costumes do embaixador e do seu intérprete, dos motins que eles tinham provocado na cidade, e temiam desordens na viagem.

O governador estava pelos cabelos. Queria ver-se livre daqueles sujeitos.

Afinal, resolveu enviá-los na corveta **Nossa Senhora da Gloria e Sant'Ana**, que partia para a Costa da Mina.

Mas, nas vespervas da partida, aconteceu um desastre. O intérprete, debruçando-se à varanda de um sobrado, caiu à rua e quebrou as duas pernas. Não podia seguir viagem.

D. Fernando é que não tinha mais paciência para aturá-los. Pôs o "língua" no hospital e ordenou que o embaixador embarcasse na corveta prestes a partir.

No dia seguinte, deu-se uma cena de pura opereta. À hora do navio levantar ferros procura-se o diplomata negro. Desaparecera. O comandante manda avisar as autoridades de terra.

Indaga-se do homem por toda a cidade, por todas as tascas, por tudo quanto era senzala de escravas.

Afinal, vão encontrá-lo de cócoras, escondido no porão de um barco, entre rolos de tabaco. O maroto não queria voltar ao seu país. Havia gostado da Baía, dos amores da Baía, das negras e mulatas baianas.

Ha uma nota que mostra, francamente, o carater dos homens que Dagomé escolheu para a sua embaixada. D. Maria I recomendou a d. Fernando que fizesse meios de casar o embaixador africano com alguma preta ou parda das boas casas da Baía.

O fidalgo português falou nisso ao diplomata.

— Vou escolher, disse ele alegremente. Tinha escolhido a negra tal. Mas, no outro dia, entrava de novo no palacio. Ficava o dito por não dito. Agora queria a

mulata tal. E levou nisso um tempo enorme. Ora esta, ora aquela, ora aquela outra.

Escolheu todas as pardas e pretas da cidade. O que ele queria, de verdade, eram todas elas juntas.

Voltou solteiro para Ajudá.

O PRIMEIRO TRAIADOR

O meu amigo Lima Belo veio ontem, à noite, ler-me um drama historico que acabou de escrever. A figura central da obra é Calabar.

E' um Calabar fantasiado, um Calabar brunido pelas côres da imaginação e da teatralidade. Lima Belo guinda-o às honras de grande patriota. Foi por patriotismo, conclue-se do drama, que Calabar se passou para os holandeses!

A colonização flamenga traria um grande surto de avanço para o Brasil; o Brasil só tinha a ganhar com a Holanda, e, patriotas eram aqueles que, naquela imensa luta do século XVII, se collocassem ao lado dos batavos, contra os portuguezes rotineiros e ambiciosos.

Essa noção da personalidade de Calabar não é nova. Muita tinta e muito papel se tem gasto para provar que o gesto do mulato alagoano, ao collocar-se ao serviço dos holandeses, foi um rasgo de intelligente patriotismo.

Está tudo errado.

Em primeiro lugar, porque será muito difficil provar que a colonização flamenga era mais util ao Brasil que a portuguesa.

Pernambuco só teve, durante a occupação batava, um periodo de fulgor — o do governo de Nassau. Não deveu aquelle fulgor a um povo, mas a um homem.

Em segundo lugar, porque a guerra contra os flamengos não era uma questão portuguesa. Era uma questão brasileira.

Portugal, naquela fase impressionante da nossa historia, bem pouco podia fazer. Sob o jugo da Espanha, minado pelo sentimento de independencia, só cuidava de si.

A resistencia, contra os usurpadores do nosso territorio, teve que ser feita pelos filhos da terra.

Não se diga que, pelo fato de o Brasil ter menos de seculo e meio de descoberto, não estivessem o caracter nacional e o sentimento de nacionalismo perfeitamente firmados. O Brasil foi um dos países onde aquele carater e aquele sentimento se firmaram mais rapidamente. Já em 1566, quando foi da expulsão dos franceses das aguas da Guanabara, o maior numero de heróis contou-se entre os mamelucos.

Na guerra contra a Holanda já o sentimento de nacionalismo está perfeitamente delineado.

Na resistencia e na expulsão aparecem as figuras maximas do patriotismo brasileiro: os Henrique Dias, os Camarões, os Vidal de Negreiros, os Matias e Antonio de Albuquerque Maranhão, etc., todos filhos da terra, todos pelejando em prol da suprema defesa do solo nativo.

Calabar não preferiu a Holanda a Portugal: — traíu os seus companheiros de armas, os seus irmãos de ideais, brasileiros como ele, todos unidos contra a usurpação.

Os fatos são claros.

Quando, em fevereiro de 1630, a esquadra holandesa surgiu diante de Olinda, a cidade inteira tremeu apavorada. Não foram só os portugueses que se viram na iminencia de perder o dominio de tão vastas terras e de tão rica capitania. Foram os brasileiros que se sen-

tiram ameaçados na propria casa, e ameaçados por intrusos, que já se tinham mostrado nada menos que piratas no ataque à Baía.

Passado o primeiro momento de panico, entregue Olinda às forças de Weerdengurb, todos se unem. A indignação inflama os peitos. A surpresa do ataque, a desigualdade da luta, o saque furioso da soldadesca flamenga, fazem congregar a população expulsa.

O espirito era, no momento, profundamente catolico. E os holandeses eram hereges. As cenas, que se produzem na cidade saqueada, são as mais chocantes para o sentimento religioso do povo. Os flamengos transformam as igrejas em quarteis, quebram os santos, profanam as reliquias sagradas. Em plena embriaguez, os invasores andam pelas ruas, em chuchadeira, vestidos de batinas e sobrepelizes que roubam das sacristias dos templos. As casas ricas, as grandes lojas, as adegas, tudo é varejado. Dos soldados, uns vestem-se com as roupas das damas, outros empunham a vara das autoridades de justiça e saem pelas ruas em grossa pandega, macaqueando gestos e atitudes.

Tudo isso devia ter abalado profundamente o coração dos habitantes. A revolta era natural.

Não era o sentimento português que estava offendido: eram os brios dos filhos da terra. Aquilo os feria mais de perto.

Matias de Albuquerque, o governador português, incita os animos e organiza a defesa.

Não se pode dizer que, por ter sido Matias o grande chefe da reacção, a questão fosse portuguesa. O que se precisava era de um chefe. Matias era o governador; nada mais natural que caber-lhe a chefia.

O grito de resistencia é levado para o interior da capitania. Não ha um peito que não vibre, não ha um brio que se não acenda.

Em derredor de Matias de Albuquerque congregam-se todos os braços brasileiros.

Organiza-se o arraial de Bom Jesús, aquele estuendo baluarte do heroísmo épico que, durante cinco anos, sitiado, sitiando, sem roupa, sem viveres, quasi sem armas, resiste aos embates do formidável poder de Holanda.

No Arraial de Bom Jesús juntam-se todos aqueles que têm traços de amor à terra brasileira: Camarão, com os seus indios; Henrique Dias, com os seus negros; padre Manoel Morais, paulista, com os seus fiéis; Matias e Antonio de Albuquerque Maranhão, com os seus paraibanos; familias das fazendas dos engenhos em redor; quasi toda a população expulsa de Olinda: homens, mulheres, crianças, tudo a trabalhar pelo ideal comum — o da defesa do solo e o da expulsão dos intrusos.

E, entre essas criaturas que se reuniam no Arraial, estava Calabar.

Os seus primeiros dias de combate foram brilhantes. Teve, por duas vezes, dois ferimentos na peleja.

Era valente, sagaz, empreendedor e habil. Bem pouca gente conhecia, como ele, os sertões e a costa. O valor de soldado, a pratica de caminhos, deram-lhe certo destaque entre os companheiros de luta.

De um momento para outro, quando menos se espera, ei-lo que desaparece do Arraial de Bom Jesús, e surge lá no Recife, ao lado dos holandeses.

As causas da defecção variam em muitos escriptores. Uns affirmam que o mulato alagoano se passou para os flamengos afim de fugir às penas dos grandes furtos que fez no Arraial. Não está apurado isto.

Ha quem diga que o traidor se deixou seduzir pelo ouro e pelas honras que os holandeses lhe offereciam.

Este é que deve ter sido o motivo predominante.

O do patriotismo, como muitos querem, é que não pode ser. Não foi por julgar a Holanda mais prospera, mais culta e menos tiranica que Portugal, que ele se passou para o lado dos flamengos.

E a razão é simples.

Até o momento da defecção de Calabar, a Holanda não tinha dado ao Brasil nenhum influxo progressista.

Até 1632, a situação dos ocupadores de Pernambuco era a mais triste e a mais desesperada. Viviam na faixa de terra do Recife: — de um lado, o mar, que varejavam em desenfreada pirataria, e do outro, as emboscadas e as surpresas do Arraial do Bom Jesús. Não passaram daí. Para o interior não avançaram um passo, sequer. As tropas do Arraial perseguíam-nos noite e dia, não lhes consentindo, ao menos, a agua para beber. Sitiantes, viveram como sitiados. Durante dois anos não puderam comer uma fruta dos pomares vizinhos, não puderam encher um pucaro na corrente dos rios. Alimentavam-se de fiambre importado da Holanda e bebiam a agua salobra das cacimbas à beira-mar. Até a lenha para queimar lhes vinha da patria.

Tinham tentado a conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte, com insucesso total. No Rio Formoso e no cabo de Santo Agostinho, os defensores não lhes consentiam um palmo da terra.

Até 1632 eram simples presidiarios, numa estreita fita de terra, perseguidos, atenazados pelos pernambucanos, que os iam combater até nas proprias ruas de Olinda e do Recife.

Nem um prego tinham conseguido pôr no Brasil.

Não se podia prever que fossem bons colonizadores.

Esse sentimento de patriotismo, que muitos dizem

ter levado Calabar aos holandeses, é um erro flagrante diante da historia. Se a passagem do traidor se tivesse dado já no começo do governo de Nassau, quando Pernambuco iniciou o seu periodo de esplendor, havia, para ela, um milhão de defesas.

Naquele momento, ela não foi mais do que uma traição, e traição infamissima.

Só o movel do ouro ou das honrarias o arrastou.

De um homem, da ordem de Calabar, estavam os holandeses à procura. Era evidente a desigualdade entre as forças batavas e as pernambucanas. Todos os dias a Holanda despejava no Recife navios cheios de tropas e armas. No Arraial de Bom Jesus escasseavam os braços, escasseavam as armas, escasseava tudo. A Holanda só não tinha vencido porque não conhecia aquele genero de guerra, feito por meio de emboscadas e surpresas, no fundo dos grotões e na ramada das arvores. Só não tinha vencido por desconhecer a topografia do interior, os caminhos que levassem, com exito, aos inimigos. Daria tudo ao homem que lhe apparecesse com aqueles conhecimentos.

Calabar era sagaz. Percebeu tudo, e aproveitou-se do momento.

Os seus planos não falharam. Os holandeses receberam-no como se recebe um salvador.

Deram-lhe distinções como a ninguem mais. Elevaram-no até ao posto de major, e, para cumulo do escandalo, sentavam-no nas reuniões do Conselho, como a maior autoridade em assuntos guerreiros.

E, daí partiram os sucessos flamengos. Com Calabar tiveram eles as suas primeiras vitorias. O traidor conhecia os mais escusos e os mais remotos caminhos, sabia da situação dos exercitos da resistencia, e guiou os usurpadores a todos os triunfos.

Os endeusadores do traidor negam o movel do di-

nheiro e das honras, afirmando que, honras e dinheiro, Matias de Albuquerque ofereceu a Calabar e ele os recusou.

E' verdade: isso se deu. Ao verificar-se o primeiro sucesso das armas contrarias, Matias de Albuquerque, que viu ali o dedo de Calabar, mandou-lhe oferecer dinheiro e mercês valiosas, para que voltasse ao Arraial. Mas Calabar era esperto e previdente. Matias cumpriria a palavra, as mercês ser-lhe-iam dadas, mas o que ninguem podia conter era o ambiente de odio que, contra ele, existia em Bom Jesús, em qualquer outro lugar onde houvesse um inimigo dos holandeses.

Já se tinham dado os ataques de Iguarussú e do Rio Formoso. Os flamengos saíram vencedores, e as atrocidades cometidas indignaram Pernambuco e as capitancias em redor. Não havia quem não soubesse que a causa da vitoria fôra o traidor alagoano. Em cada familia brasileira teria uma indignação acesa. E não atendeu ao chamado do comandante do arraial.

Era natural que assim procedesse. E, para isso, não se fazia necessaria uma intelligencia excepcional, nem sentimentos de patriotismo. Bastava o instinto de conservação.

Calabar, é, cronologicamente, o primeiro traidor da historia patria. E traidor dos mais infames. Não se satisfez em passar-se do lado dos seus irmãos para o lado dos inimigos. Foi o guia, o conselheiro, a causa unica das vitorias destes contra aqueles.

LAÇOS DE FITAS

— Fitas, arranje-me fitas verdes para toda esta gente, disse d. Pedro, jovialmente, tocando no ombro de dona Leopoldina.

— Vou buscá-las.

E, risonha, a princesa deixou o grande salão borborinhante, em caminho da alcova.

Naquela noite, a 14 de setembro de 1822, o palacio de São Cristovão estava num prurido febril de festa e novidade.

Ao escurecer, d. Pedro havia voltado de São Paulo, e, como por milagre, a cidade inteira soube que, nas colinas do Ipiranga, dera o grito da Independencia.

Aquilo estalara na cidade como uma bomba. Os salões da Boa Vista encheram-se num momento. Os grandes vultos da propaganda correram a ouvir, do proprio principe, os pormenores do gesto emancipador.

D. Pedro, com uma alegria de rapaz e aquelas maneiras democratizadas dos seus momentos de jubilo, contava a sua grande revolta ao receber, de Paulo Bregaro, o correio que José Bonifacio lhe enviara com as noticias das côrtes de Lisboa; o seu movimento immediato ao arrancar do chapéu o tope português, gritando "Independencia ou morte"; os transportes da comitiva ao ouvir o brado libertador; a marcha galopante para São Paulo; os delirios do povo paulista, naquela mesma noite, no teatro da Opera; o hino escrito por

ele próprio e entusiasticamente cantado pela platéia; os vivas do padre Ildefonso Xavier, aclamando-o rei do Brasil, enfim, a sua viagem para o Rio, vitoriado por toda a parte.

A fisionomia dos patriotas fulgurava.

José Bonifácio envolvia-o num olhar de ternura emocionada. Gonçalves Lêdo, nervoso, agitado, movia eloquentemente o braço, a cada passagem vibrante da narrativa. Frei Sampaio devorava-o, com o olhar em fogo. Cunha Barbosa esticava-se nas pontas dos pés, a mão ao pavilhão da orelha, para ouvir melhor. Nobrega veio colocar-se mais perto para não perder uma palavra da narrativa. José Clemente, calmo, com aquele ar de serenidade inalterável, de quando em quando traía-se por um fulgor mais vivo dos olhos. Não havia quem não sentisse, naquele instante, um grande fogo na alma.

A princesa voltou com as mãos cheias de fitas verdes.

D. Pedro tomou um dos laços da mão da esposa, oferecendo-o a José Bonifácio.

— Foi a côr que escolhi para a nossa bandeira, — o verde. Ponha o laço no braço.

Dona Leopoldina começou a distribuir fitas. Todos se curvaram respeitosamente.

Entre a figura serena da princesa e a figura vibrante do príncipe, havia uma diferença profunda no desenrolar daquele movimento político de emancipação. Dona Leopoldina era a amiga incondicional do Brasil. Desde o primeiro momento da propaganda se colocara espontaneamente a favor da independência. Enquanto d. Pedro, aquele cabeça de vento, ora bandeirava para um lado, ora para outro, ora cedendo às exigências de Avilez e da divisão portuguesa, ora tendo gestos imprevistos de simpatia pelos brasileiros, ela,

com uma ternura religiosa pelo país em que lhe nasceram os filhos, esteve sempre ao lado da grande aspiração política do Brasil.

A vitória dos campos do Ipiranga era principalmente dela, da sua habilidade, da sua candura, do seu coração arrastando o príncipe leviano e estouvado, para feito tão alto.

Todos, que ali estavam, sabiam do papel que ela tivera.

A cena de quatorze dias atrás era conhecida nas suas minúcias. O ministério de José Bonifácio tinha-se reunido para conhecer das exigências das Côrtes de Lisboa. Essas exigências eram tão prementes, que só um golpe de independência poderia resolvê-las. O velho Andrada conclue pela separação definitiva do Brasil e todos, inclusive a princesa, aplaudem a decisão. E' preciso mandar um emissário a d. Pedro, em S. Paulo. Paulo Bregário é chamado. José Bonifácio entrega-lhe os papéis, recomendando:

— Se não arrebentar uma duzia de cavalos, no caminho, nunca mais será correio; veja o que faz!

E, quando o oficial vai montando para partir, dona Leopoldina assoma às escadas de pedra do placio, detendo-o com um gesto:

— Falta ainda isto.

E' a sua carta, carta escrita pela sua própria mão, dirigida ao marido, pedindo-lhe que fizesse imediatamente a Independência do Brasil.

Os salões continuavam a encher. A todo momento carros paravam no patio do palacio.

A noite estava fria. Choviscava. Pelas janelas via-se o clarão longínquo da cidade que começava a iluminar-se festivamente.

D. Pedro passeava pelo salão. Estava de uma alegria esvoaçante. Ora passava o braço aos ombros de

José Bonifacio, ora aos de Gonçalves Lêdo, ora ia conversar com frei Sampaio, ora atender à reverencia de um patriota que entrava. Não parecia um príncipe que havia acabado de fundar um imperio, mas um homem como outro qualquer, um excelente camarada, que se democratizava em abraços e rompantes festivos.

Nas salas, agora, quasi que ninguem se podia mover. D. Pedro lançou os olhos pelo salão em que se reuniam os vultos da propaganda e exclamou:

— Mas nem todos têm o distintivo da Independencia!

E, com a jovialidade dos seus vinte e quatro anos, voltou-se para a esposa, num movimento de intimidade encantadora:

— Os laços foram poucos. Não haverá mais fitas verdes no palacio?!

Dona Leopoldina sorriu. Chegou-se-lhe até perto e disse-lhe baixinho, aos ouvidos:

— Não ha.

Mas segue imediatamente em rumo da alcova. Abre as gavetas do primeiro movel, remexe-as. Não ha fitas. Abre outras gavetas, e mais outras, e mais outras. As fitas que encontra não são da côr do distintivo.

E vai sair e fechar a porta, quando os seus olhos se voltam para a sua larga cama estendida no quarto. Os grandes travesseiros de cambraia estão enfeitados de fitas verdes. Aproxima-se e, nervosamente, arranca as fitas, uma por uma, pedaço a pedaço, sem deixar um só.

E entra no salão com uma alegria de criança, segurando a mão do marido:

— Arranjei as fitas.

Há uma exclamação de contentamento em toda a

sala. Com um leve tom de rosa no rosto a princesa murmura:

— Tirei-as dos travesseiros de minha cama.

Num movimento instintivo toda a gente baixa respeitosamente a cabeça, numa reverência de profunda emoção. Que alma maravilhosa a daquela que amava tanto o Brasil, a ponto de o ligar candidamente à intimidade recatada dos travesseiros da sua cama!

Ninguém se sente com animo de merecer tão alta honra. Há um ligeiro silencio, uma ligeira indecisão.

Antonio Menezes de Vasconcelos Drummond avança um passo. Dona Leopoldina oferece-lhe um laço de fita. Ele beija-o, num respeito comovedor:

— Obrigado, majestade!

Era verdade. Ninguém se havia lembrado que já não mais estava ali a arquiduqueza d'Austria, e sim a soberana do Brasil.

E todos avançam. Dona Leopoldina distribue as fitas. A cada laço que entrega um beijo estala, o beijo da ternura, o beijo da gratidão, a única e a mais bela homenagem que os patriotas podiam, naquele momento, prestar áquele imenso coração de mulher.

O CABRINHA

Dom Francisco de Melo Manoel da Camara, dentre os birrentos governadores, que Portugal muitas vezes nos deu nos tempos coloniais, foi um dos mais birrentos e extravagantes.

Governou o Maranhão de 1806 a 1809.

Governou, é, aqui, nada mais nada menos, que um eufemismo. O que o capitão general do Maranhão e Grão-Pará fez, no seu curto periodo administrativo, foi desgovernar.

A sua passagem pelo norte é um rapido tufão de violencias e despotismos.

D. Francisco era um tipo agitado, nervoso, neurastenico e brigão. Uma dessas criaturas que, quando não têm brigas para se distrairem, vão comprá-las ao vizinho.

Quando d. Francisco chegou ao Maranhão trazia, além dos titulos de governador e capitão general, a patente de tenente-coronel de cavalaria e a comenda da Ordem de Cristo.

A sua figura desagradou no proprio dia da chegada. O Maranhão foi sempre dado a apuros de côr. Talvez tivesse sido, em tempos que passaram, a região brasileira onde o preconceito de sangue mais subiu ao exagero. E d. Francisco, apesar de português e de se dizer fidalgo de sangue azul, era de um moreno carre-

gado. O espirito caustico da terra apelidou-o, imediatamente, — o **Cabrinha**.

Não se passavam vinte e quatro horas, depois da sua entrada no palacio governamental, já o **Cabrinha** agitava murmurios em roda da sua pessoa. O seu antecessor fôra d. Antonio Saldanha da Gama, que tinha amigos, mas que tambem formara uma onda ululante de adversários.

D. Francisco começou dando braço forte a estes ultimos.

O céu carregou-se então para os primeiros tufões. Elias Aniceto Martins Vidigal, escrivão da fazenda real, era o pior inimigo de d. Antonio. O **Cabrinha** fez do escrivão o seu maior valido.

Mas as predileções de d. Francisco tinham a duração das rosas do poeta. Com a mesma rapidez com que se dedicava, atirava o pontapé. A gente do Elias, um mês depois, valia tanto como a parte contraria. O governador, em alto e bom som, chamava o escrivão de gatuno e de corja de ladrões o partido que lhe obedecia.

As suas exquisites chegavam, às vezes, a ter um traço de opereta. E' nos despachos, escritos em varios requerimentos que lhe chegavam às mãos, despachos colecionados por Cesar Marques, que vamos encontrar, as linhas visiveis do seu carater.

A sua nota predominante é a do louco perigoso, mas, dentro disso, salta, de quanto em quando, um ou outro lampejo de clarividencia admiravel.

Um dia, alguém levou-lhe uma queixa contra um tambor do regimento. O tambor tinha recebido certa fazenda, para talhar uma roupa e vendera a fazenda, não indenizando o dono.

O despacho de d. Francisco é interessante: "Se o supplicante confiasse a roupa a um alfaiate, eu saberia

dar providencias, mas, como a confiou a um tambor, que não deve usar de outro officio que o de seu emprego, lá com ele se avenha como puder”.

Todo o mundo conhece, no Brasil, o costume das festas do Divino Espirito Santo. O dinheiro, para o custeio das solenidades, é adquirido por esmolas, entre o povo.

Um dia, sobe a palacio um “imperador do Divino”, pedindo licença para esmolar na cidade as esportulas necessarias à festividade. D. Francisco nega o seu consentimento, e nega porque “não é compativel com a dignidade de um imperador pedir esmolas”.

Alguem lhe mandou um requerimento, invocando o nome de Nossa Senhora dos Remedios, para o impressionar. O despacho é incisivo: — “Eu não governo pela devoção da santa, mas sim pelos deveres da justiça”.

D. Francisco era cioso das suas prerrogativas e dos seus titulos. Requerimento, que chegasse às suas mãos, sem a enumeração daqueles ultimos, era requerimento perdido. Na coleção de Cesar Marques ha um testemunho disso. “Escreva-me como deve (isto no papel de um ajudante de linha), pondo, no alto da escrita, o distintivo que me compete”.

Os despachos do **Cabrinha** são, às vezes, de uma concisão e de uma mordacidade crueis.

Ha coizas como esta: — “Requeira em forma de suplicante, e não de apologista”. Ou então: — “Acha-se o suplicante preso injustamente, porque já deveria ter acabado num patibulo”. E ainda: — “Por muito occupado, não posso deferir o suplicante: — “Não ha tempo para ler requerimentos deste tamanho”. — “Seja solto, e cuidado para o futuro”.

A linha do carater de d. Fernando era difficil de

conhecer. Era um desigual. Hoje morria de amores por isto, para amanhã apaixonar-se por aquilo.

Atrevido — é que ele era, e a valer. Este despacho é um atestado da sua grosseria: — “Só o suplicante e o seu procurador poderiam animar-se a fabricar este requerimento. Gabo a abundancia do primeiro e a negligencia do segundo”.

E ainda em outro: — “Só a vaidade do suplicante ou a sua má educação poderia sugerir-lhe a triste idéia de que ha pessoas que se ocupam em ter-lhe inimizade”.

E a grosseria culmina no seguinte despacho: — “Não tenha a demencia de introduzir-se a meu conselheiro em interesse da fazenda real”.

Neste outro é liquidante: — “Antes de requerer, aconselhe-se com quem tiver juizo, para saber o que pede”.

Ha momentos em que é de um bom humor irresistivel: — “O requerente que deixe de supplicas desta natureza e peça à Nossa Senhora e às Almas, de quem tanto fala, que o favoreçam”.

Quanto ao direito, tinha d. Francisco uma noção que não parece de todo extravagante. Chega-se às mãos um requerimento tardio, provando um certo e determinado direito. O despacho é o seguinte: — “O direito não socorre senão aos que se conservam vigilantes e que não dormem”.

Certa vez, teve que decidir de uma questão complicada, entre pai e filho. Precisa de tempo e vagar, mas, as partes, exigem urgencia. Zanga-se e lança o seguinte despacho: — “Não se decide da propriedade de um filho a respeito de seus pais, com a mesma brevidade com que estes o geram”.

D. Francisco de Melo causou no Maranhão uma impressão desagradavel. Em tudo concorreu para isso,

O **Cabrinha** era, realmente, um homem diabolico. Tinha a mania da briga e a mania de ver toda a gente brigando.

Durante os tres anos do seu governo, a população maranhense viveu numa constante efervescencia de mexericos e numa horrivel sucessão de choques. Era o proprio governador quem semeava intrigas.

Um dos seus primeiros atos, ao chegar a S. Luiz, foi obrigar toda a gente a tirar o chapéu, quando passasse defronte do seu palacio. Havia um soldado de guarda para o serviço. Aquele, que tivesse a ousadia de desobedecer à ordem, era imediatamente vergalhado.

Até a respeito de atitudes patrioticas a cronica não é lisonjeira para d. Francisco.

Conta-se que, ao chegar ao Maranhão a noticia da invasão francesa em Portugal e da fuga de d. João VI e de outros episodios ruidosos, quem menos se incomodou foi o **Cabrinha**. Dizem até que ficou satisfeito, afirmando, sem a menor compostura, que a invasão tinha sido para ele um bom negocio, pois Junot era amigo do seu sogro, o general João Forbes, e havia de dar-lhe muito dinheiro a ganhar.

Uma das acentuadas manias de d. Francisco era a de viver em luta aberta com a magistratura. Brigou com todos os juizes do seu periodo governamental.

O ouvidor José Patricio Diniz da Silva Seixas foi tirado à força do convento do Carmo, em que residia, e deportado para S. Bernardo do Paraíba, no fundo da capitania. O substituto, o dr. José Francisco da Silva Costa Furtado, esse foi atirado para Alcantara.

A luta com o juiz de fôra, o integro dr. Luiz de Almeida Oliveira Figueiredo, é que se tornou terrivel.

De muito o **Cabrinha** andava de turra com Luiz Figueiredo. No dia 10 de março de 1809, chega, a S.

Luiz, a sumaca **Mendengue**, trazendo a noticia da demissão de d. Francisco. O governador fica como louco. Imagina ter sido o juiz de fora quem o intrigára na côrte.

E, como era ainda governador, pois o substituto não havia chegado, entende ter poderes para perseguir o magistrado. E resolve mandar prendê-lo, sem mais nem menos.

São encarregados da prisão o procurador da Camara, Sebastião da Silva Belfort e o capitão Manoel do Nascimento de Almeida Silva, que a cidade conhecia pela alcunha de **Café**.

Ao chegar à porta do juiz, Belfort intima-lhe a suspensão dos cargos. O magistrado desdenha da intimação. Não havia ordem expressa do principe regente.

Manoel do Nascimento zanga-se e dá ordem de prisão ao juiz. O dr. Luiz de Figueiredo responde-lhe por cima dos ombros.

— Diga ao governador que, se ele não tem poderes para me suspender, muito menos para meter-me na prisão.

Nascimento era mais louco que o governador. Grita pela soldadesca e manda cercar a casa do magistrado.

Luiz de Figueiredo prende Manoel do Nascimento, em nome do principe regente. Qual principe, qual potocas!

Ele tem a força à sua disposição e levará o juiz vivo ou morto, para a cadeia.

O momento é de absoluta gravidade. O magistrado dá-lhe um tom solene. Entra para o seu gabinete, veste a toga, empunha a vara de juiz e vem para a porta da rua.

Duvida que alguém tenha a coragem de tocar-lhe nas insignias da justiça.

Manoel do Nascimento tinha perdido completamente a cabeça. Não quer saber de toga, nem de vara.

E manda que os soldados avancem para prender o magistrado.

Luiz de Figueiredo vê as coisas mal paradas e recolhe-se ao gabinete. Oficia ao governador, dizendo que, só à força, se despirá das insignias do fôro, para ser conduzido à prisão.

D. Francisco era um louco irremediavel. Responde que se cumpra a sua ordem, seja como fôr, "ainda que se faça necessario arrastar, enforcar e despedaçar o juiz".

E não ficou aí. Não havendo, naqueles dias, viagem direta para o sul, envia o magistrado para Londres e de lá para o Rio.

Custou-lhe cara a pilheria. Condenado, perdeu todos os seus bens.

O NOIVO DE MARILIA

Não pude perceber, até hoje, os motivos da escandalosa benevolencia da historia para com a figura de Tomás Antonio Gonzaga.

Em todos os livros que contam da grande tragedia da Inconfidencia mineira, o cantor de **Marilia** apparece com a feição de um vulto altamente simpatico, numa aureola de apostolo da liberdade, num halo de martir civico.

A historia guindou-o à posteridade gloriosa, o sentimentalismo nacional sagrou-o na emotividade gongorica do poema de Castro Alves.

Nunca pude saber a razão. Um simples e rapido olhar pelos papeis da desgraçada conjuração de Minas, convence-nos immediatamente de que a figura de Gonzaga foi uma das mais antipaticas e das mais covardes de todo o movimento de 1789.

O processo da conspiração mineira é um imenso entulho de miserias. Miséria dos governantes e dos juizes, na ansia estupenda de vingar a corôa. Miséria dos conjurados, que não tiveram a grandeza moral de compreender os seus papeis. E, no rol destes ultimos, o vulto de Gonzaga ressaltava como um dos mais refletidamente infames.

O desembargador Tomás Antonio Gonzaga era, quando se deu a rebelião mineira, uma das criaturas mais eminentes de Vila Rica. A situação de ouvidor da comarca, já nomeado desembargador na Baía, de noi-

vo de dona Maria Joaquina Dorotéia de Seixas Brândão, a **Marilia**, umas das mais lindas moças do escol da cidade, o renome de poeta dos mais afamados, a cultura, o brilho de **causeur**, davam-lhe um relêvo invejável.

Podia-se-lhe chamar o Petronio da capitania. Talvez não houvesse naquela época quem mais tivesse gosto para coisas de elegancia.

Passando-se os olhos pela relação dos objetos sequestrados em sua residencia, por ocasião da devassa, verifica-se que o poeta se tratava e sabia tratar-se.

Aqueles objetos, ora revelam o fino gosto do dono, ora denunciavam as suas tendencias requintadas de efeminação. No processo, lá estão todos eles. São bacias, bules, cafeteiras, castiçais e espadim, tudo de prata; relógio de ouro, esmaltado nas costas; papeis com diamantes, topázios e aguas marinhas; lençóis com babados; colchas de damasco carmezim; toalhas de rosto, com babados, e de mão, de tecido de bretanha lisa; punhos de cambraia, para camisa; penteadores lisos, também de bretanha; ceroulas da mesma fazenda; calções de seda amarela bordada; véstia de sêda "côr de flor de pessegueiro" etc.

As tendencias efeminadas do magistrado-poeta eram as mais acentuadas. Póde-se mesmo dizer ter sido o precursor dos "almofadinhas" de hoje.

Metido no seu penteador de fina cambraia, ele proprio bordava, no bastidor, as peças do seu enxoval de noivo. Na relação dos objetos, sequestrados em sua casa, lá está o dedal de seus misteres femininos.

A natureza não lhe deu físico rigorosamente talhado para moço de salão. Era de estatura pequena, cheio de corpo (1).

(1) Pereira da Silva — *Varões ilustres do Brasil*.

Mas a vivacidade de seus olhos azuis, a expressão simpática e risonha do seu rosto, o trato delicado, a palestra sempre brilhante, espirituosa e fresca, supriam-lhe as deficiências. Queriam-no as moças, estimavam-no os homens mais influentes da capitania.

A sua casa era o cenaculo da nata intelectual da época. Alvarenga Peixoto, Cláudio Manoel da Costa, tudo que era fino e culto lá se reunia de dia e de noite para falar de arte.

Foi, no terraço da sua vivenda, que brotou o primeiro germe da inspiração republicana. Gonzaga, durante o processo, negou isto rigorosamente, obstinadamente. Mas Cláudio Manoel da Costa, o seu maior amigo, afirmou este particular com toda a precisão.

E' verdade que, no processo, Gonzaga negou tudo. Ninguém teve mais coragem e mais teimosia em negar do que ele. Não sabia de nada, em nada se envolvera.

No entanto, a sua coparticipação, na Inconfidência, é incontestável e de maior realce. As leis constitutivas da república que se ia fazer, era ele quem as redigia. Isso foi confessado pelo seu grande amigo o poeta Alvarenga Peixoto e pelo padre Carlos Corrêa de Toledo e Melo, seu íntimo.

Nenhum passo se dava sem que o consultassem. A sua predominância era tanta, na conjuração, que foi a ele que o governo cuidou de prender em primeiro lugar.

Ha um episodio revelador da importancia do poeta na urdidura da trama revolucionaria. Os conspiradores estão à espera que o governo lance a "derrama" para se dar inicio à revolta. Toda a gente vibra de ansiedade por esse ato administrativo que de alguma maneira está tardando. Gonzaga, íntimo do intendente de Vila-Rica, o dr. Francisco Gregorio Pires Bandeira, que exercia tambem o cargo de procurador da fazenda

real, encarrega-se de insinuar, ao amigo, a necessidade urgente da medida. O intendente não se convence. O desembargador vai então ao proprio governador, o visconde de Barbacena, no retiro de Cachoeira do Campo. Barbacena já tem noticias da conjura. Ouve-o com atenção e dissimula.

Até no lema da bandeira republicana — **libertas quae sera tamen** — influiu poderosamente com o seu apoio. Ha quem diga que o lema é seu.

A sua centelha de revolucionário havia muito que se inflamava. Antes de Barbacena, no tempo de d. Luiz da Cunha, as satiras corrosivas das **Cartas Chilenas** tiveram evidentemente a sua colaboração.

A historia, até hoje, não pode precisar, com rigor, os autores de tais **Cartas**, que arrastaram Luiz da Cunha pela rua da amargura. Mas não é absurdo afirmar que o pseudonimo **Critilo** era o disfarce da pena de Gonzaga.

O seu papel na Inconfidencia não foi nulo como quis fazer acreditar aos juizes, e sim, dos mais importantes do movimento.



Notam-se, em Gonzaga, duas individualidades absolutamente distintas. Uma anterior e durante a organização da conjura. Outra depois de fracassado o levante e no decorrer do grande drama do processo.

A primeira individualidade é brilhante. Queima-o a mesma chama de liberdade que incendeia todos os conjurados. Está pronto a todos os sacrificios. Não se lembra de ter nascido em Portugal: é tão brasileiro como os mais brasileiros. Os seus versos palpitam de entusiasmo por tudo que é nosso.

Falando das terras mineiras, diz que elas são os

seus "patrios lares". Tudo do Brasil lhe faz estremecer o coração. Em nossas plagas floresceu a sua adolescência.

Os sonhos
Pintam que os mares sulco da Baía
Onde passei a flôr da minha idade.

A sua patria é a nossa patria.

A outra personalidade, a do correr do processo, é simplesmente infame. Lá, quanto a negar a sua cumplicidade na revolução, não tem importancia, pois era um plano de defesa e nada mais.

Não é nisso que revela a sua fraqueza e o seu caráter pusilanime. E' em tudo mais.

A primeira coisa que lhe vem á cabeça afirmar é que não é brasileiro. Nega o Brasil muito mais vezes do que S. Pedro negou a Cristo.

A cena mostra de quanto era capaz. Está diante das autoridades, apertado pelos interrogatorios. As provas são terríveis. Cláudio Manoel da Costa já confessou, já disse onde surgiu a primeira idéia de república. Alvarenga e o padre Corrêa de Toledo já revelaram quem era o organizador das leis republicanas.

Negar parece inutil. O juiz ataranta-o de perguntas. Ele está numa situação difficil. Mas tem um rasgo que lhe parece salvador.

Ergue-se e exclama:

— Mas, senhores, eu sou português! Nasci em Portugal! Não podia entrar numa conspiração contra a minha patria. Nem os conspiradores teriam em mim confiança para convidar-me a meter-me no movimento.

As palavras são de alta teatralidade mas os juizes não se impressionam. Ponderam-lhe que o pai, dr. Francisco Bernardo Gonzaga, nascera no Rio de Janeiro e que ele, réu, passára a maior parte da sua vida no Brasil.

Não se perturba. Confirma ser o pai brasileiro. Isso, porém, não tem importancia alguma. Nasceu no Brasil, sim, mas é desembargador de agravos em Portugal, lá viveu a maior parte da existencia e lá se casou.

E vendo que mesmo assim não impressionava os juizes, solta uma frase de cfeito. Levanta-se, bate no peito e diz:

— Além disso, a razão do amor que tenho à terra em que nasci, é mais forte que o nascimento de meu pai.

Não fica aí o antipatico papel de Gonzaga. Ao ser acareado com **Tiradentes**, insulta, amesquinha e acusa o grande inconfidente. Carrega toda a culpa para os ombros do alferes revoltoso.

Nesse momento, o contraste entre os dois caracteres, é impressionante.

Enquanto Gonzaga, o homem educado, o espirito de escól, o poeta sentimental, assim se conduz, **Tiradentes**, que toda a gente julga o rude, o letras grossas, o maluco, o inimigo pessoal do poeta, afirma e jura não ter o cantor de **Marilia** nenhuma coparticipação na Inconfidencia. Somente ele, **Tiradentes**, ele unicamente, conspirara.

Nem mesmo diante desse gesto de alta dignidade do alferes mineiro, o poeta se contém. Voltando ao carcere, escreve estes versos miseraveis, visando **Tiradentes**:

Ama a gente asisada
A honra, a vida, o cabedal tão pouco
Que ponha uma ação destas
Nas mãos de um pobre, sem respeito e louco?

Era natural que a longa vida do carcere abalasse profundamente o estado moral dos conjurados. Três

imensos anos de enxovia, e naquela situação de terror, degradam o espirito de um homem.

Mas o carater do noivo de **Marilia** aviltou-se de mais. Sem pena e sem tinta para escrever, servindo-se da ponta de um galho de laranjeira e da fuligem da candeia, na parede da prisão, escreve. Não é mais o poeta bucolico dos rebanhos e da **Marilia** querida. E' o bajulador desprezivel. Quer tocar o coração dos juizes ao som de rimas.

Ajoelha a sua lira vergonhosamente aos pés dos seus proprios juizes. O visconde de Barbacena, o seu principal perseguidor, pode muito; curva-se às plantas de Barbacena.

Leva o seu aviltamento a ponto de dizer que é uma honra, a sua, estar sofrendo o castigo do governador de Minas!

Vale a pena conhecer os versos. Têm a grande virtude de mostrar a quanto pode cair, a quanto póde descer, um carater sem solidez moral e sem fortaleza de principios:

Se à inocencia denigre a vil calunia
Que culpa aquele tem que aplica a pena?
Não é o julgador, é o processo,
E' a lei quem nos condena.

Eu tambem inda adoro o grande chefe,
Bem que a prisão me dá que eu não mereço:
Qual eu sou, minha bela, não me trata,
Trata-me qual pareço.

Tu vences, Barbacena, aos mesmos Titos
Nas sãs virtudes que no peito abrigas,
Não honras tão sómente a quem premeias,
Honras a quem castigas.

E' espantoso. E' inacreditavel.

Não pude saber até hoje por que o desembargador Tomás Antonio Gonzaga não atravessa a historia com o feio papel que lhe compete.

E' possivel que o sentimentalismo brasileiro lhe perdoe tudo, por só ver, no conspirador pusilanime, o Gonzaga da **Marilia**, o Gonzaga dos doces versos magoados e do bucolismo sentimental e ingenuo.

E' possivel.

Mas, mesmo o Gonzaga da **Marilia**, não é nada lisonjeiro.

Quando o poeta foi preso, estava por dias o seu casamento com a linda dona Maria Joaquina Dorotéa de Seixas Brandão, o idolo da sua lira. Pouco tempo depois de chegar ao degredo, em Moçambique, casa-se com uma mulata rica (1), dona Juliana de Souza Mascarenhas, mulher grosseira, sem instrução, sem beleza e sem graça (2).



A Inconfidencia mineira é, no fundo, uma derrocada de caracteres.

Só uma figura é grande, só uma figura tem o fogo dos ideais — a mais humilde, justamente aquela que é apontada como a mais rude de todas: **Tiradentes**.

Durante os longos três anos de prisão, toda sas

(1) Ibidem.

(2) O casamento de Tomás Antonio Gonzaga com dona Juliana de Souza Mascarenhas realizou-se aos 9 de maio de 1793 na igreja da Sé, matriz de Moçambique. O poeta tinha 38 anos de idade e a noiva 19. Dona Juliana assinou em cruz por não saber escrever. — *Revista do Instituto Historico* — vol. 55.

almas se abatem, se humilham e se degradam. Só a de Tiradentes se conserva de pé, imaculada.

Enquanto, nos interrogatorios, rebelados negam os seus papeis e accusam uns aos outros, esquecendo até os deveres rudimentares de amizade, ele, incendiado pelo clarão do grande sonho, confessa tudo, chama para si toda a responsabilidade do movimento, não accusa ninguem, nem mesmo os inimigos que o comprometem.

Não se lhe nota no espirito, em instante nenhum, um traço de oscilação. E' o apostolo, é o inspirado em todos os momentos.

Nos três primeiros interrogatorios nega, como para salvar a conspiração; mas, desde que percebe ser inutil negar, confessa, e tem a grandeza moral de chamar todas as culpas para si.

Até aos ultimos lances da tragedia é o vulto predominante de beleza e fortaleza de animo.

A cena do dia 20 de abril de 1792 é de uma dignidade augusta. Os juizes acabam de ler o "acórdão" que comuta em degredo as penas capitais.

Só **Tiradentes** morrerá.

Os réus perdem a compostura, desrespeitam as conveniencias, e prorrompem numa algazarra louca de alegria, aos gritos, aos pulos e aos vivas à rainha.

No fundo da sala está **Tiradentes**, condenado a morrer no dia seguinte.

O contentamento dos companheiros não lhe magoa o coração.

Ninguem, naquele instante de delirio, se lembra dele. Ele, então, pede a um soldado que ali se encontra, o favor de levar, de sua parte, aos comutados, as expressões dos seus cumprimentos.

Não sei se houve entre eles, quem se envergonhasse daquela explosão de jubilo, quando um compânheiro estava condenado à morte.

E' possível que não. E' possível que não, porque, na imensa derrocada da inconfidencia mineira, só um vulto é grande, extraordinario e nobre — **Tiradentes.**

FORMIGAS HISTORICAS

Naquele primeiro decenio do século XVIII, os frades capuchinhos do Convento de Santo Antonio, de São Luiz do Maranhão, estavam de um azar horrivel.

A horta, a linda horta que cultivavam na gorda e vasta terra do quintal do convento, não dava positivamente nada. A couve era pouca para a sopa e os cozidos; o repolho não chegava sequer a arredondar; o cebolinho não medrava; a alface, o nabo, a bertalha — uma miseria.

E por que? Porque as malditas saúvas, as infernais formigas, proliferavam assustadoramente, devastadoramente, por todos os cantos do terreno dos frades.

Era uma canseira aquilo. Quando a plantinha ia começando a viçar, quando os tomates, os pepinos, a alface, o cumentro, a celga, iam dando os primeiros sinais de vida, zás! Lá vinham as formigas e, numa noite, inutilizavam o trabalho de um mês inteiro. Um inferno!

O superior dos capuchinhos fez o que era humanamente possível fazer contra a praga: rêgos em roda dos canteiros de plantas, fogo à boca dos buracos, água abundante na “panela mestra” dos formigueiros, mas tudo foi inutil. Os insetos desapareciam por uns dias, por semanas, mas voltavam, voltavam sempre, cada vez mais numerosos e cada vez mais daninhos.

Da horta passavam para o pomar. As laranjeiras ficavam peladas dia a dia, os tamarindeiros não tinham mais folhas, as jaqueiras já não vingavam uma carga. Um pavor!

Os frades reuniam-se, conferenciavam, tramavam, rezavam à beira dos formigueiros, mas tudo baldadamente. Os demonios voltavam, voltavam sempre, às feiras, aos milhões, destruindo e devastando.

Uma manhã o irmão despenseiro acordou alarmando o convento. Tudo perdido para a comunidade capucha de S. Luiz do Maranhão! As formigas agora já se não satisfaziam com o pomar e a horta: tinham invadido (parecia incrível, mas tinham!) a despensa da horta e estavam (que raios de bichos!) a furtar, rigorosamente a furtar, a farinha com que os frades faziam os seus ricos pirões!

A fradalhada pôs as mãos à cabeça. A perseguição dos diabolicos himenopteros iria até á destruição total da Ordem no Maranhão. Era o cerco com todos os caracteristicos, era o assedio da fome.

E os frades vieram à despensa verificar o estrago. Um deles solta um grito aterrador. A desgraça não estava sómente no furto da farinha. Era mais grave e alarmadora: as formigas cavavam os seus buracos, afundavam as suas "panelas" debaixo dos alicerces do convento, e as paredes abaladas nos fundamentos, acabariam por vir abaixo, mais tempo menos tempo.

Era uma invasão de propriedade! aquilo era o esbulho de um direito! Para as situações extremas as extremas medidas.

O remedio? Processar as formigas, e processá-las judicialmente. Talvez a autoridade do juiz desse um remedio ao abuso.

E os frades capuchos propuseram a ação no fôro eclesiastico de S. Luiz. Quanto à data da propositura

da demanda não ha nenhuma segurança historica. João Francisco Lisboa (1), que teve o processo nas mãos e dele tirou uma copia, não lhe encontrou as primeiras folhas.

O processo segue a marcha regular dos processos comuns. Os frades oferecem a acusação e testemunham-na. São pobres, vivem de esmolas e estão sendo insistente e irremediavelmente lesados pelas formigas "animais de espirito contrario ao Evangelho". Os bichinhos não só os roubavam, tirando-lhes o pão da boca, com a destruição da horta e do pomar e subtração da "farinha de pau guardada para o quotidiano abasto da Comunidade" (2), como também os queriam expulsar de casa. E terminavam pedindo que fossem mortas as formigas.

Recebida a acusação, o juiz nomeia um curador para as rés. Este, a 17 de janeiro de 1713, contradiz as testemunhas apresentadas pelos frades. As testemunhas são irmãos terceiros da Ordem de S. Francisco, ligados intimamente aos capuchinhos e, portanto, suspeitas de parcialidade.

A 24 do mesmo mês e do mesmo ano, o juiz, que era o vigario geral José Teixeira de Moraes, despreza os embargos de contradita oferecidos pelo procurador das formigas.

Antes, em dezembro do ano anterior, fizera-se a inquirição das rés. Cinco testemunhas foram por elas apresentadas. De uma delas conserva-se o nome — o capitão Urbano Rodrigues — que, no tempo, dizia ter 94 anos de idade. E' uma testemunha a valer. Afirma que as formigas não podem ter malicia nenhuma no

(1) João Lisboa — *Jornal de Timon*.

(2) Padre Manoel Bernardes — *Nova Floresta*.

prejuízo dado aos frades, pois não ha nelas o uso da razão, visto serem irracionais, e os irracionais, segundo ouve dizer, não conhecem a diferença do bem e do mal. Afirmam ainda que as rés eram naturais da terra: sempre ali viveram, sempre se espalharam por todos aqueles lugares da cidade e dos matos e que, (aí é que, segundo a giria moderna, "matou os frades na cabeça"), quando os religiosos ali chegaram, já ali estavam as formigas.

Começaram os debates escritos, nos autos. O procurador dos capuchos faz carga sobre as destruidoras dos haveres do convento; o procurador das rés defende-as vigorosamente.

A defesa citada pelo padre Manoel Bernardes é interessante. O Criador dera às formigas o beneficio da vida; elas tinham portanto o direito de conservá-lo por aqueles meios que Deus lhes ensinara. Que na praxe e execução destes meios serviam ao Criador, dando aos homens os exemplos das virtudes, em acautelar os futuros, e guardando para o tempo de necessidade: "*Formicae populus infirmus qui praeparat in messe cibum sibi*".

E mais: que o trabalho posto por elas na obra, era muito maior que o dos frades em ajuntar, porque a carga excedia muitas vezes ao tamanho das forças. Que, apesar de os frades serem mais nobres e dignos do que as rés, (para os autores da ação este argumento devia ter sido decisivo) diante de Deus não passavam eles de miseráveis formigas. As rés não estavam a usurpar direitos. Quando os capuchinhos ali chegaram, já elas ali viviam e, portanto, não deviam ser esbulhadas, e, se isso fosse tentado, "apelariam para a corôa da regalia do Criador, que tanto fez os pequenos como os grandes, e a cada especie deputou seu anjo conservador".

E finalmente: a terra era de Deus e não deles, os frades.

Passam-se seis meses. Ha como que uma pedra em cima da demanda.

As formigas, ao que parece, teimam em destruir os cebolinhos, os nabos e os repolhos dos frades. Eles continuam a ação. Recomeçam-na requerendo a reinstauração da instancia perempta. O vigario foraneo, o licenciado Manoel Homem, defere-lhes o pedido. Procede-se à diligencia. A certidão, João Lisboa fez conhecida: "Eu, escrivão do eclesiastico, abaixo assinado, fui ao Convento de Santo Antonio dos Capuchos, e sendo lá na sua cerca, citei as formigas em sua propria pessoa por todo o conteúdo da petição e despacho acima, lendo-lhes tudo **verbum ad verbum**, havendo-lhes nesta forma a citação por feita, em fé do que passei a presente em S. Luiz 19 de junho de 1716 — Joseph Guntardo de Beckmannz".

Afirma o padre Manoel Bernardes ter ido a demanda até a sentença final. O juiz determinou que os frades sinalassem, dentro da cerca do quintal do convento, um lugar para as formigas viverem, e que estas, sob pena de excomunhão, mudassem de vivenda, "visto que ambas as partes podiam ficar acomodadas sem mutuo prejuizo".

"Lançada a sentença, é o autor da **Nova Floresta** quem escreve, foi outro religioso, de mandado do juiz, intimá-la, em nome do Criador, áquele povo, em voz sensível, nas bocas dos formigueiros. Caso maravilhoso, e que mostra como se agradou deste requerimento aquele Supremo Senhor, de quem está escrito, que brinca com as suas criaturas: **Ludens in orbe terrarum!** Imediatamente: **It nigrum campie agmen**, saíram a toda a pressa milhares daqueles animalejos, que formando longas e grossas fileiras, demandaram em direi-

tura o sinalado campo, deixando as antigas moradas; e livres de sua molestissima opressão, aqueles santos religiosos, que renderam a Deus as graças por tão admiravel manifestação do seu poder e providencia”.

Nada disso é verdade. Fantasia do padre. A demanda das formigas não foi até a sentença final.

João Lisboa, que estudou o processo, conta, no **Jornal de Timon**, ter a questão parado a 20 de junho de 1714, quando é nomeado o novo curador *ad litem* para as formigas. Parou no termo de vista dado ao procurador dos frades.

E ha uma circumstancia interessante para mostrar a falsidade das afirmações do grande estilista português.

Em 1714, nos autos da demanda das formigas, ainda se escreviam termos de vista às partes, e a **Nova Floresta**, onde vem a narração do feito, impressa em Lisboa em 1706, já conta da sentença final.

A demanda das formigas existiu. João Lisboa teve-lhe os papeis nas mãos cento e cinquenta anos depois.

Por onde eles andam agora é o que ninguém sabe.

Em 1860, mais ou menos, frei Vicente de Jesús deu-os de mimo a um particular (1).

(1) João Lisboa — Obra citada.

PODER DE AMANTE

Quando Pedro I appareceu na varanda florida do camarote imperial, a sala de espetaculos percebeu que ele ainda não sabia do escandalo.

Era no teatrinho Constitucional de S. Pedro, em setembro de 1824. Naquella época era ali a platéia chic do Rio. Não havia, por bem dizer, teatros na cidade. O São João, que Fernando José de Almeida erguera no tempo de d. João VI, fôra lambido pelas chamas, a 25 de março daquelle mesmo ano, na noite em que se festejava o juramento da Constituição.

O teatrinho Constitucional, construido no largo do Rocio, entre as ruas do Piolho e do Cano, erguera-se por meio de subscrição, entre a gente endinheirada. Só os subscritores e os convidados da diretoria podiam ali penetrar em noite de espetaculo. Não se vendiam entradas; os convites andavam por empenhos.

Realizava-se naquela noite uma recita quinzenal. E dez minutos antes de o Imperador chegar, estalara o escandalo que enchia toda a gente de apreensões.

Começavam as familias a entrar quando, à porta do teatrinho, parou um carro. Era dona Domitila de Castro, na sua desenvoltura de amante imperial.

Correu, pelo teatro, um rumor de desgredo. Dona Domitila estava na fase culminante da antipatia popular. O seu nome andava atassalhado pela lingua da cidade.

O concubinato de d. Pedro scandalizava a vida austera do Rio. O Imperador galgava o período mais intenso de sua paixão pela paulista.

Ao que se dizia, a imperatriz era ela; só se cumpriam as ordens de seus caprichos. O pai, os irmãos e parentes da comborça, todos os dias, subiam de postos e arranjavam gratificações que o Tesouro religiosamente pagava.

A cegueira de d. Pedro ia a ponto de instalar a amante a dois passos da Quinta da Boa-Vista, quasi diante dos olhos da Imperatriz. Murmuravam-se as coisas mais arripiantes. Contava-se que o proprio marido de D. Domitila se aproveitára da situação da mulher para arranjar a administração da feitoria de Peripêri.

Garantira-se já não reinar a bôa paz na Bôa-Vista; d. Pedro não tinha mais recato com a Imperatriz: a qualquer hora, do dia ou da noite, ia meter-se em casa da concubina, sem se doer das lagrimas da esposa.

Comentava-se ainda o caso que, no ano anterior, assanhou as linguas maldizentes da cidade: dona Domitila tivera o desplante de meter-se na Quinta, no quarto do Imperador, quando este quebrara as costelas naquela celebre queda que a cronica mexeriqueira até hoje afirma ter sido uma "sóva".

Tudo e tudo daqueles amores arranhava as sensibilidades dos cariocas: a falta de recato nas visitas de d. Pedro à amante; a demissão de José Bonifacio, obra da paulista; as festas pelo nascimento de Maria Isabel, a futura duquesa de Goiás, a que assistiu pessoalmente o Imperador; o processo de divorcio de dona Domitila, começado naquele ano; a afronta por ela feita à sociedade, aparecendo nas festas da nobreza escrúpulosa.

A cidade inteira odiava-a. As familias traziam-na

atravessada na garganta, repelindo-a como se repele a uma mulher atôa.

Para a sociedade do teatrinho Constitucional a presença da amante do Imperador era um insulto. Se chegasse a entrar na sala de espetáculos, muita gente seria capaz de retirar-se.

A diretoria teve um gesto de perigosa coragem. Despediu dona Domitila á porta do teatro. A desculpa foi seca e sumaria: só ali se entrava por meio de convites e ela não fôra convidada. A mulher meteu-se novamente no carro, transida de vergonha.

A sala do teatrinho fervia, comentando o caso, quando a figura altiva de d. Pedro surgiu na varanda engalanada do camarote imperial.

— Não sabe ainda.

— E, se sabe, conforma-se, murmurou-se aqui e ali.

Mas, ao lado de sua majestade, appareceu o **Chalaça**. D. Pedro voltou-se para falar ao valido. Aquilo foi tudo muito rapido. Às primeiras palavras do **Chalaça**, a fisionomia do Imperador mudou, de risonha, a aspera. Um arrepio passou-lhe pelo corpo, todo ele se empinou nervosamente, batendo com os pés no taboado.

— Mas por que não me preveniram disso á entrada?

O **Chalaça** continuou a contar. Parecia estar descrevendo a cena que humilhara a futura marquesa de Santos.

Os espectadores não despregavam os olhos da figura de d. Pedro. Agora, sua majestade gesticulava, como num acesso de raiva. Saiu do camarote, foi até ao corredor, tornou a voltar, com a fisionomia perturbada, gesticulando sempre. Parecia ter perdido as estribeiras.

A um gesto seu, o Chalaça entrega-lhe o chapéu e, sem olhar o publico que o devora com os olhos, d. Pedro sai violentamente, acompanhado do valido.

Os diretores, ao vê-lo seguir para a porta, querem-lhe ir ao encontro. E' impossivel. Já estava na rua e alcançava o carro que rodou, apressadamente, em rumo da Boa Vista.

Na sala houve, ao começo, um estatelamento, mas, aos poucos, aquilo se foi mexendo como um formigueiro que se assanhasse. As damas não tinham sossego. Com a chispa do escandalo nos olhos, erguiam-se a falar umas às outras, cruzando-se entre as cadeiras enfileiradas. Grupos formavam-se e desmanchavam-se num momento.

A diretoria, reunida no corredor, tentava deliberar. Todo o mundo sabia do genio impulsivo de d. Pedro. Moço, na embriaguez da paixão empolgadora, era capaz de uma estralada violenta e de uma vingança infernal. Seria conveniente ir-se, no dia seguinte, á Boa Vista, dar-lhe uma satisfação qualquer. Uma mentira que fosse: poder-se-ia dizer que os diretores, por um engano lamentavel, não tinham reconhecido a preferida imperial.

Na sala de espetaculos continuava o borborinho das saias. Havia um zumbido de cochichos. O nome da amante imperial andava aos trapos, tesourada, de grupo em grupo.

Em que ia acabar aquilo? Dona Domitila, poderosa como era, certamente não suportaria, resignada, uma humilhação daquela ordem. D. Pedro, apaixonado, como vivia, não ia deixar a criatura dos seus amores exposta às risotas publicas.

A coisa seria no dia seguinte...

Nesse momento a campanha retiniu. Ia começar o espetaculo. Os grupos desmancharam-se; toda gente

correu para as cadeiras. A orquestra lançou os compassos de uma polca da moda.

Espera-se a subida do pano. Passam-se dois minutos, três, cinco, dez. Um sopro de inquietação agita aquelas cabeças. A sala entreolha-se, com uma interrogação suspensa. Que é? Que não é?

Torna a campainha a retinir lá dentro.

O pano sobe. No palco está a figura contrariada de um dos diretores. Desce até ao proscenio e fala:

— A diretoria manda pedir desculpas ao publico. Por proibição do intendente geral da policia não pode haver espetáculo.

No dia seguinte, o teatrinho Constitucional de S. Pedro era fechado, por ordem do governo. Em menos de uma semana o predio foi comprado e os moveis atirados ostensivamente à rua.

A PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA

Teria Deodoro proclamado a Republica na manhã de 15 de novembro de 89?

Por mais impertinente que pareça a pergunta, a verdade é que, até este momento, os proprios autores do novo regimen, as proprias testemunhas do dia memoravel, não nos puderam dizer, com exatidão, aquella minucia predominante. Não se sabe, até hoje, como e quando — o instante exato — se deu a proclamação da Republica.

E são passados apenas trinta anos. E estão vivos ainda os principais chefes do movimento revolucionario!

Em historia, trinta anos representam quasi um nada. E' quasi o presente aberto diante dos nossos olhos.

Do papel de Deodoro, a 15 de novembro de 89, conhece-se tudo e tudo, com exceção justamente do momento em que ele derribou o trono.

A conspiração republicana, que Benjamin, Quintino, Solon, Trovão, Glicério e outros preparavam, no dia 14 de novembro estava no seu ponto culminante.

Ao anoitecer daquelle dia corria na rua do Ouvidor, a noticia da prisão de Deodoro e Benjamin. O boato era falso. Tinha-o espalhado o major Solon, para precipitar os acontecimentos. A coletividade republicana ferveu nas ruas, nas redações dos jornais e nos quarteis. Os batalhões sublevaram-se. Pela madrugada

os chefes da propaganda foram acordados em suas casas para vir à rua, comandar o movimento. Ao amanhecer de 15, a coluna revolucionaria, tendo Benjamin à frente, descia a rua Visconde de Itauna, em direção ao campo de Sant'Ana. Nas proximidades do gazômetro, Deodoro, que passava de carro, uniu-se à tropa. O velho marechal voltava do quartel do 1.º regimento de cavalaria, onde não mais encontrara a força para comandar. Ao dobrar a rua Visconde de Itauna para o campo de Sant'Ana, Deodoro salta do carro e monta o cavalo do alferes Eduardo Barbosa. Era já dia claro. À frente da coluna vai entrando no campo. No angulo da estação da estrada de ferro estão colocados batalhões dos imperiais marinheiros e da policia da côrte, que o governo ali mandara estacionar para repelir a força revoltosa. O chefe revolucionario vem passando. Quer a policia, quer os marinheiros, não sabem o que fazer. Ele interpela-os violentamente:

— Então, não me fazem continencia?

O major Valadão, que comandava a policia, grita um viva ao levante. O batalhão inteiro correspondeu-lhe.

O visconde de Ouro Preto, chefe do gabinete, havia reunido no quartel do campo d Sant'Ana os generais do estado-maior do ministro da Guerra. Sabia da marcha das forças revoltosas e era urgente uma medida, urgentissima movimentação de tropas para bater os rebeldes, em caminho. Floriano Peixoto, o barão do Rio Apa, o visconde de Maracajú, todos generais, dissuadiram-no disso. As forças do quartel não podiam mover-se de maneira tão rapida.

E, quando Deodoro se postou com os seus batalhões defronte da fachada do quartel, o visconde, nervoso, tornou a reunir os generais. Não se tomava me-

didá alguma? Não se desalojavam aqueles homens dali? Não havia meios e forças para os pôr fora?

— Não, respondeu Floriano.

— Não, respondeu Maracajú.

— Não, foi também a resposta do barão.

Ouro-Preto percebeu tudo. A revolta estava ramificada pelo quartel a dentro, pelo exército inteiro. Não podia confiar numa só farda. Não havia resistencia possível.

E sentou-se para redigir o telegrama em que depunha nas mãos do Imperador, em Petrópolis, o pedido de demissão do gabinete.

A's 8 horas da manhã, Deodoro, terminando de dispôr a tropa, vai colocar-se, com Benjamin e com o seu estado-maior, em frente ao portão do centro do quartel general. Quintino Bocaiuva chega, a cavalo, para unir-se às forças da revolução. Dentre a soldadesca, ao aparecer o jornalista, há brados vivando a Republica. Deodoro, contrariado com os vivas, agita o braço e ordena silencio.

Lá de dentro do quartel mandam-lhe dizer que a metralhadora colocada ali, pelo governo, para combater a sublevação, está às suas ordens. Pouco depois, o chefe do movimento conferencia com o brigadeiro Almeida Barreto, que voltava a colocar-se à frente das forças do governo. Ordena ao tenente-coronel Silva Teles que suba ao quartel e intime o ministério, lá dentro reunido, a abandonar o posto. Minutos mais tarde, Floriano Peixoto vem conferenciar com o marechal revolucionario.

São 9 horas da manhã. O governo, lá em cima, parece não se decidir a deixar o poder. Deodoro está impaciente, todos estão agitados. O velho soldado tem um gesto resolutivo. Com o seu estado-maior e um piquete aproxima-se do portão fechado até aquele mo-

mento. O capitão Pedro Paulo abre as duas imensas portas de ferro. Deodoro entra a galope quartel a dentro. Ao passar pela metralhadora que lhe tinham mandado oferecer, ordena ao oficial que a comanda:

— Tirem daqui este trambolho.

Dirige-se ao 7.º batalhão de infantaria, ali em forma para combatê-lo, e manda tocar a musica. Um capitão do 7.º grita um viva ao velho marechal, e a tropa inteira o aclama. Todas as forças de dentro do quartel vivam o chefe revoltoso. Ha um ruido ensurdecedor de musicas e brados festivos.

Na sala em que está reunido o ministerio, ouve-se tudo aquilo silenciosamente, trocando olhares. Ouro Preto acaba de verificar, com mais segurança, não ter ninguem ao lado do governo. O proprio Floriano, com quem o ministerio tanto contava, revelava-se um conspirador.

Passam-se alguns minutos dilaceradores.

No pé da escada aparece Deodoro, com o seu cortejo. Os ministros esperaram-no. Ao entrar na sala, o velho soldado saúda Maracajú, ligeiramente, com a cabeça:

— Adeus, primo Rufino!

Num segundo tinha-se enchido a sala: militares, titulares, politicos, homens do povo e um unico jornalista, o reporter da **Gazeta de Noticias**.

Deodoro encaminha-se para o presidente do gabinete. Um silencio de esfriar. O chefe revolucionario, com uma eloquencia inesperada, começa a falar. Ali estava à frente do exercito, para vingar as injustiças inexplicaveis que o governo vinha fazendo ao soldado brasileiro.

— À armada tambem, acrescenta Benjamin Constant, ao lado.

— À armada tambem, repete Deodoro.

E continuou. Estava doente, de cama, mas ao receber dos seus camaradas a delegação para dirigir aquele movimento, teve forças para levantar-se do leito. Não era homem temeroso de perigos, pois só temia a Deus. As afrontas que o exercito e tambem a armada — acrescenta ao novo aparte de Benjamin — vinham sofrendo do governo, chegavam ao seu têrmo. Estava alí para não mais consentir nelas. Não se comprehendia que homens politicos, cheios de interesses pessoais, maltratassem os soldados, — os verdadeiros, os unicos defensores da patria. Ele, que alí estava falando, crescera e se fizera, não pisando as pedras da rua do Ouvidor, mas no campo de batalha, ao zunir das balas e ao troar dos canhões. Os seus serviços, o visconde, como simples politico, nunca os podia avaliar. Durante três dias e três noites, para aludir, ao acaso, a uma passagem da sua vida militar, combatera no Paraguai, no meio de um lodaçal, com agua pelos joelhos. Esses serviços davam-lhe direito a chefiar o levante que tinha por fim acabar com as diminuições impostas à honra do exercito.

— O ministerio está deposto, conclue. Vamos organizar outro, de acôrdo com as indicações que vou levar ao Imperador. Os ministros podem retirar-se:

E, apontando o visconde:

— Menos o senhor e menos o ministro da Justiça, que ficarão presos e depois serão deportados para a Europa.

E passeando pela sala, no meio do silencio.

— O visconde é teimoso, mas eu sou muito mais teimoso que o visconde.

Ouro-Preto ouve tudo silenciosamente, sem um gesto, numa impassibilidade de nobreza ofendida, agitando o trancelim do pince-nez. E, quando Deodoro não tem mais nada a dizer, fala:

— Não é só no campo da batalha que se serve a patria e por ela se fazem sacrificios. Estar aqui ouvindo as suas palavras, neste momento, não é menos penoso do que passar alguns dias e noites num pantanal.

E antes que o outro retruque:

— Fico ciente do que resolveu a meu respeito. E' o vencedor e pode fazer o que lhe aprouver. Submeto-me à força.

Até aí nem uma palavra, nem a mais vaga alusão à Republica. O que ha é justamente o contrario, é a declaração de Deodoro de que levará ao Imperador as indicações para o novo ministerio a ser organizado com os revolucionarios.



As eruditas paredes do Instituto Historico fizeram de Max Fleiuss um grande sabedor e um grande escavador do nosso passado.

O livro **Páginas Brasileiras**, que acaba de publicar, com a unica preocupação de reviver saudades da sua vida boêmia, é uma linda coleção de documentos novos sobre assuntos do segundo Imperio e tambem de um pedaço da Republica.

A documentação em derredor da primeira manhã republicana, é de palpitante curiosidade, para verificar-se como se deu a queda do regime monarchico.

Resumamos as notas do livro de Max Fleiuss:

Deodoro não pôde demorar muito tempo no quartel-general, após a deposição do ministerio.

Estava seriamente doente. Ao chegar à porta de casa, ali mesmo no campo da Aclamação n.º 99, fraguejavam-lhe as pernas e doia-lhe o corpo. Aquilo fôra uma imprudencia para a sua saude.

Para subir as escadas de sua casa necessitou apoiar-se aos ombros de dois homens.

Dona Marianinha veio recebê-lo à porta do quarto e, vendo-o naquele abatimento, alarmou-se e mandou fechar imediatamente a cancela da rua. Ali não lhe entrava ninguém, para visitar o marido!

Nas rodas republicanas a decepção era horrível. O movimento tinha sido feito com o fim unico de derribar o trono e, em momento nenhum, Deodoro falara em Republica. Sempre aquela historia da deposição do ministerio!

Que se devia fazer? Aproveitar o levante para dar a Republica como proclamada? Não seria perigoso? Não seria impossivel?

As ligações de Deodoro com o Imperador eram as mais estreitas, e o monarca talvez tivesse meios de dominar o velho soldado, invocando a sua antiga fidelidade.

Naquella situação de mãe de S. Pedro não se podia ficar. Seria o ridiculo estrondoso, a vergonha irremediavel.

Estavam os republicanos reunidos no campo da Aclamação n.º 17, no Instituto dos Cegos, dirigido por Benjamin Constant.

Para muitos deles, o trono estava logicamente derubado. Que importava não ter o chefe da insurreição aludido à Republica, se a insurreição fôra um movimento de republicanos?!

Havia necessidade de tomar-se uma medida pronta e decisiva. E que medida seria essa? O manifesto da Republica, a unica.

Mas ninguém se decidia. Os propagandistas olhavam-se, entreolhavam-se, aos grupos, cochichando. Ao cair da tarde a sala ia-se enchendo de sombras.

Benjamin levantou-se. Estava visivelmente fati-

gado das vigílias da noite anterior e das impressões violentas daquele dia. Levantou-se e, encaminhando-se para uma das portas, disse com um bocejo:

— Estou muito cansado, vou tomar um banho morno.

O coronel Jaime Benevolo, sentado a dois passos, ergueu-se de subito, atravessando-se-lhe à frente e tomando-lhe a passagem, exclama com energia:

— Não! O senhor não toma banho nenhum. Vamos mas é redigir o manifesto da Republica e organizar o ministerio.

Benjamin cai em si. Realmente é preciso fazer-se alguma coisa. E' quasi noite e nada se fez para firmar o carater do movimento.

E vem sentar-se à mesa. Os camaradas de propaganda cercam-no. Redige-se o manifesto, lavram-se as nomeações.

Aquilo devia ser levado a Deodoro para ser assinado. Com os papeis na mão, Benjamin pergunta no meio da sala:

— Quem leva isto ao velho?

Jaime Benevolo adianta-se:

— Eu!

E parte. E' já noite fechada.

A' porta do chefe revolucionario a luta foi tremenda. Ninguém podia transpôr a cancela fechada. Eram ordens de dona Marianinha. Benevolo emprega violencia para chegar ao quarto do enfermo. Deodoro, numa crise de dispnéia, sofre horivelmente, com a esposa ao lado, a agitar-lhe uma ventarola.

Jaime Benevolo expõe-lhe a situação. O velho soldado repele o manifesto e os decretos de nomeação dos ministros. Não, não, não fará aquilo!

O emissario não é homem de esmorecer.

Pinta impressionantemente o ridiculo que cairá so-

bre a cabeça dos militares e sobre toda a propaganda republicana. Embora ele, Deodoro, não tenha falado em Republica, todo o mundo considera o levante uma vitória dos republicanos. Já corria pela cidade que a Republica estava proclamada..

— Não, não, repete o velho. O ministerio já não existe, amanhã vou falar ao Imperador.

Benevolo não se dá por vencido. Amanhã, quando se souber que a revolta conseguira apenas derribar o ministerio, e não o trono, como era o desejo de todos, ninguém levaria a serio o exercito. E o ridiculo maior cairá sobre ele, Deodoro, como chefe da tropa. Ninguém conseguirá convencer o país de que o movimento não se fizera para proclamar a Republica...

Ou por se ter convencido, ou por se ter cansado, Deodoro começa a amolecer. Benevolo insiste. Mostra a necessidade de aproveitar-se a vitória para um feito grandioso, mostra o glorioso papel do velho militar na historia do futuro. Àquella hora, no paço, estava o Imperador cercado dos seus, a organizar o ministerio sob a indicação de Ouro-Preto.

— Mas é o Ouro-Preto quem vai indicar o seu substituto? pergunta o marechal, scandalizado.

— E'. Já indicou Silveira Martins.

Deodoro ergue-se. O ministerio de Silveira Martins seria a mesma coisa que o de Ouro-Preto! O soldado, o verdadeiro defensor da patria, continuaria diminuido, humilhado... Não era possivel! Um abuso! E fala, fala. E quando, com um novo acesso de dispnéia, acaba de falar, Benevolo passa-lhe às mãos os papeis.

— Uma pena, pede o velho, para dentro.

Trazem-lhe a pena e o tinteiro. Assina a proclamação da Republica e a nomeação dos primeiros ministros do novo regimen.

Nas rodas monarchicas (ainda pelas notas de Max

Fleiss) o desnorreamento não era menor. Chamado, com urgencia, de Petropolis, d. Pedro II desceu para o paço, cercado das figuras eminentes da monarquia.

Ouro-Preto apresentou-lhe a demissão do ministerio. E como o Imperador lhe pedisse a indicação do seu substituto, o visconde lembrou o nome de Silveira Martins. Assentou-se chamar-se Silveira Martins para chefiar o novo gabinete.

Era já noite e ninguém, no paço, imaginava que o golpe daquela manhã tivesse fins republicanos. Unicamente a deposição do ministerio.

A não ser a entrada e a saída dos grandes vultos da monarquia, nada de anormal nas vizinhanças do paço. A's 9 da noite, entrou o conselheiro Saraiva, para falar ao Imperador, e só saiu ás 11. Até essa hora não se tinha podido reunir o Conselho de Estado. Só depois das 11 o Conselho se reuniu. D. Pedro nada sabia ainda do manifesto de Deodoro. O conselheiro Andrade Figueira pô-lo então a par de tudo. Acabava de saber pelo seu genro, o major engenheiro Roberto Trompowsky, que os propagandistas conseguiram de Deodoro a transformação da revolta numa vitória da Republica. Estava o novo regime proclamado.

Aquella noticia faz prolongar a reunião. O Imperador parece não acreditar na queda de seu trono. Em vez de Silveira Martins, resolve confiar a chefia do gabinete ao conselheiro Saraiva. São quasi duas da madrugada. Saraiva, chamado com urgencia, vem immediatamente. Aceita o gabinete, mas em primeiro lugar, precisa sondar as intenções de Deodoro. Vai escrever-lhe uma carta e, pela resposta, saberá se é verdade ou não que ele proclamou a Republica.

Senta-se e escreve ao marechal, comunicando-lhe estar encarregado de organizar o novo ministerio, mas

nada faria sem primeiro entender-se com ele. E conclue convidando-o a vir ao paço, no dia seguinte.

O major Trompowsky, a pedido do sogro, vai levar a carta a Deodoro, no campo da Aclamação. São três da manhã. À porta do proclamador há guardas. O major consegue ser levado ao quarto do novo chefe de Estado. Deodoro lê a carta. Não tem resposta. Já havia proclamado a Republica.

— Proclamei-a sem sangue, sem desacato à família imperial, para evitar que, mais tarde, ela fosse feita de modo contrario.

*
**

A afirmação de que, na manhã de 15 de novembro, ao defrontar o ministerio, o marechal Deodoro nem de leve aludira à Republica, fê-la o visconde de Ouro-Preto, na **Ditadura militar no Brasil**, publicada em 1890.

Poderia parecer a muita gente que as palavras do chefe do ultimo gabinete monarchico tivessem a intenção de torcer a verdade. As contestações surgidas foram de fato inumeras, mas, nenhuma delas, teve a força de destruir as afirmações do visconde.

Hoje, amainadas as paixões, podemos verificar da segurança das palavras de Ouro Preto. O primeiro ministro do ultimo gabinete da monarchia conta que, entre as pessoas presentes na sala do ministerio reunido, estava o reporter da **Gazeta de Noticias**.

A **Gazeta de Noticias** tinha a primazia de jornal mais interessante e mais noticioso da época. A preocupação da reportagem, a preocupação da minucia, eram as suas características de maior vulto. Um acontecimento, da ordem do de 15 de novembro, devia merecer-lhe cuidados excepcionais.

Nada lhe podia escapar, principalmente a minucia da proclamação.

Folheemos a **Gazeta**. Não há uma palavra pela qual se adivinhe a intenção de Deodoro em proclamar a Republica, diante do ministerio Ouro Preto.

A descrição do movimento, feita no antigo matutino, é minudente. Conta a mobilização de tropas, as medidas do governo, os ferimentos de Ladario, a agitação das ruas, tudo, tudo.

Só não conta que Deodoro, na sala dos ministros, declarara derribado o trono.

A descrição, feita pela **Gazeta**, da cena do marechal revoltoso diante do ministerio é eloquente. "Apenas ali chegados (os revolucionarios), o sr. general Deodoro intimou o governo, em nome do exercito, a depor o poder, e, ainda em nome do exercito, deu voz de prisão aos srs. presidente do conselho e ministro da Justiça que, por algum tempo, ocupara a pasta de ministro da Guerra. Declarou o sr. general Deodoro que exigia o exercito que escolhessem eles, os dois ministros presos, país na Europa e para lá se retirassem, porquanto essa era a satisfação reclamada daqueles que só haviam usado do poder para perseguir, deportar e desprestigiar o exercito".

E nada em que transpareça uma revolução republicana.

Na **Gazeta de Noticias**, de 16 de novembro, há um trecho em que se fala em Republica, mas esse mesmo, para mostrar que ela não tinha sido ainda proclamada até certa hora da tarde de 15.

E' a narração dos fatos desenrolados na Camara Municipal.

Vejamo-la. Patrocinio, João Clapp, Anibal Falcão, Luiz Murat, Campos da Paz, Olavo Bilac e Pardal Malet (o jornal não diz a hora, mas foi muito depois

do meio-dia) invadiram o edificio do paço municipal, aos vivas à Republica, hasteando a bandeira republicana. E, diante do povo, redigiram aquella celebre moção que começa assim: "Os abaixo assinados, órgãos espontaneos do povo do Rio de Janeiro, representam ao governo provisório, instituido após a gloriosa revolução que **ipso facto** extinguiu a monarquia no Brasil, a necessidade urgente da Proclamação da Republica".

A propria moção é um atestado de que a Republica, até áquele momento, não tinha sido feita. Os representantes espontaneos do povo do Rio de Janeiro lembravam "a necessidade urgente" de proclamá-la.



Tinha Deodoro, ao tomar a direção das tropas revolucionadas, o intuito de derribar apenas o ministerio, ou de ir além, derribando o regime?

Até agora não se pôde apurar esse ponto com exactidão. De que o velho soldado na manhã de 15, apenas pôs abaixo o ministerio, parece não haver duvidas.

Nas **Pesquisas e depoimentos**, de Tobias Monteiro, há, sobre o assunto, um testemunho valiosissimo. E' o do general Glicerio, conspirador e figura da intimidade mais estreita do movimento.

Conta Glicerio que, à tardinha de 15 de novembro, os republicanos estavam inquietissimos por nada sabermos de seguro, sobre a proclamação da Republica. Então ele, reunindo varios propagandistas na rua do Ouvidor, seguiu para a casa de Deodoro, no campo de Sant'Ana, afim de conhecer o que havia de verdadeiro. À janela do marechal, aparece Benjamin declarando que o novo governo consultaria em tempo a nação para decidir dos seus destinos". Sinal de que nada se tinha feito até aquella hora vespertina.

Aquele episodio da interpelação do major Solon a Deodoro fala muito alto. Como Solon nada ouvisse que se parecesse com uma declaração de derribada do trono, vai a Deodoro e quer saber o que há. O marechal dá-lhe resposta que lhe não satisfaz. Solon tem então um gesto exaltado, exclamando:

— Não embainharei a minha espada antes de proclamada a Republica.

O episodio é verdadeiro. Quintino, numa carta à viuva do major republicano, confirma-o...



Diante de todas essas coisas fica-se sem saber o papel de Deodoro em toda a conspiração da Republica. Ao chefiar o levante de 15 de novembro teria tido algumas intenções republicanas?

Até agora não há quem possa aclarar a duvida.

Aquela cena com Jaime Benevolo, descrita por Max Fleiuss, é de uma grande eloquencia.

Aquela outra em que Deodoro, defronte do quartel general, se mostra contrariado porque os soldados dão vivas à Republica, parece tambem definir os intuitos do velho soldado.

Mas há quem afirme o contrario. Há quem afirme que, no dia 15, já ele era republicano. No livro **Deodoro, subsidios para a historia**, Ernesto Sena conta que, na noite de 30 de outubro de 89, o capitão Mena Barreto, o tenente Sebastião Bandeira, o alferes Joaquim Inácio e o alferes-aluno Tasso Fragoso, foram a casa de Deodoro, que estava doente, conversar sobre o boato de pretender o governo a dissolução do exercito para garantir o terceiro reinado. Nessa ocasião, Deodoro falou na necessidade da mudança de regime.

— Enuncie v. ex. a manobra, que ela será executada, disse Mena Barreto.

Despedindo-se, Mena perguntou ao marechal se convinha arregimentar elementos para empreender a mudança da forma de governo.

— Sim! foi a resposta de Deodoro.

No livro de Tobias Monteiro — **Pesquisas e depoimentos**, Glicerio conta uma passagem entre os chefes da propaganda e o chefe do movimento militar. A passagem é realmente interessante.

E' no dia 10 ou 11 de novembro. Em casa de Deodoro, estão reunidos Benjamin, Quintino, Aristides, Solon, Cantuaria, Rui e ele, Glicerio. Querem todos que Deodoro tome a frente da revolução e que a revolução seja republicana. O velho soldado, doente, atacado de dispnéia, resiste. Benjamin toma a palavra e exorta os brios de Deodoro, concitando-o a ser o proclamador da Republica.

Deodoro pensa silenciosamente e depois fala.

— Eu queria acompanhar o caixão do Imperador. Está velho, respeito-o muito...

E fez de novo uma pausa e, com aquele gesto que lhe era habitual, de passar e repassar o dorso de uma das mãos contra a palma da outra, prosseguiu:

— Mas ele assim o quer: façamos a Republica. Benjamin e eu cuidaremos da ação militar; o sr. Quintino e seus amigos organizarão o resto.

E depois de outra pausa:

— Eu quero para mim o ministerio da Guerra; o Benjamin será o chefe do governo.

Protestaram todos. Ele é quem devia ser o chefe. Deodoro lembra ainda outro nome — o de Quintino. Afinal aceita a chefia.



Quando e como foi proclamada a Republica? E' o que se não sabe até hoje. Nem ao menos as intenções do proclamador são conhecidas na sua exatidão.

E por longos anos flutuaremos na duvida e na incerteza.

Ainda é cedo para a verdade transparecer.

A historia tem alguma coisa dos bons vinhos — quanto mais velha mais purificada.

GRANDES INDIOS

O século XVI, como nenhum outro da nossa historia, foi o século dos grandes indios.

Naquele primeiro embate da civilização européia, as figuras dos chefes caboclos tomam, às vezes, uma preeminencia que surpreende e comove. Fica-se, de alguma forma, a duvidar que, num periodo tão remoto, numa quadra de plena selvageria, pudesse haver os vultos indigenas que a historia nos apresenta com fóros de verdade.

Quem quiser estudar os traços reais dos indios dos primeiros dias da nossa vida terá muito que fazer. A legenda desfigurou-os completamente, envolvendo-os num halo, ora de esplendor tragico, ora de uma nobreza transportadora e grande.

Catar a exatidão, no meio de tudo isso, é trabalho que não paga o esforço e que pouco adianta à historia. O melhor é deixá-los tal qual chegaram a nós, esplendidos, heroicos, com certo tom de elevação que, se choça a verdade, enobrece a raça.

Um dos primeiros chefes selvagens apresentados nas crônicas do tempo, é aquele indio formidável de Pernambuco, conhecido pelo nome de Tabira. Dão-nos noticias do seu valor o padre Loreto Couto e Simão de Vasconcelos.

Tabira é o patriarca dos Tabajaras. Dom Duarte Coelho, ao chegar a Pernambuco, consegue-lhe a aliança

ça. O indio coloca-se francamente ao lado dos colonizadores. As outras tribus levantam-se revoltadas, e são guerras sucedendo a guerras.

A figura de Tabira assume então um relevo aterrador. Não ha, nem para o norte nem para o sul, um braço guerreiro de mais valor. E' o ciclone em figura humana. Basta que, no meio do combate, os inimigos lhe ouçam a voz, para que abandonem o campo e as armas.

Mas, um dia, as nações indigenas se coligam. E' necessario destruir, para a paz de todos, a vida do indio famoso. Um imenso exercito de selvagens marcha para as aldeias tabajaras, a provocar Tabira. Ele recebe o desafio junto à paliçada da sua taba. O exercito contrario é dez ou doze vezes maior que o seu, mas, o nome de Tabira não pode ser incluído no rol dos covardes. Aceita a luta. Esta começa ao amanhecer e dura até à tarde.

Como a descrevem os cronistas da época é de uma violencia homérica, que só a pôde comportar um vasto circulo de lenda.

Tabira atira-se à sanha dos atacantes.

E' o Atila caboclo.

Onde passa, os caminhos se abrem aos golpes do seu tacape, e é sobre cadaveres, pisando-os, que avança contra os inimigos. O combate está no seu momento culminante. Uma flexa voa, sibilando, e vem cravar-se em um dos olhos de Tabira. O grande chefe selvagem vai tombar. Mas não. Segura a flexa, arranca-a da orbita com olho e tudo, atira-a ao longe, e grita para os guerreiros da sua tribu:

— Para vencer os inimigos, Tabira ainda tem um olho.

E continua a lutar. E vence.

A historia do Brasil, daquela quadra, está cheia de

lances dessa ordem. As figuras de Piragibe, Pinda-guassú, Tapiroaba, Ibitinga, Potiguassú, Arunaré e outros representam o heroismo tragico das tribus nortistas.

No sul, o vulto de Tibiriçá enche o cenário dos primeiros dramas da colonização paulista. E' no ataque de Piratininga. Uma manhã, a aldeia portuguesa acorda inesperadamente invadida pelos tamoios aguerridos. Os jesuitas vão ser trucidados. Alí há apenas uma salvação — Tibiriçá com a sua gente.

Tibiriçá é o tipo modelar da lealdade. Está aliado aos colonizadores e não vacila um momento em defendê-los. Mas, a chefiar os exercitos contrarios, está o valente Jagoanharo, sobrinho do herói selvagem. Nem mesmo assim Tibiriçá se nega a defender a aldeia atacada. O seu papel na luta é de um destaque arripiante. A Jagoanharo, ele o mata, quando o jovem guerreiro tenta escalar a trincheira de uma igreja.

Figura maior que a de Tibiriçá, é a de Ararigbóia, nas aguas e nas terras do Rio de Janeiro. Era capitão dos tupinimós do Espírito Santo. Quando Mem de Sá partiu da Baía, para expulsar os franceses do Rio, colocou, ao lado do grande chefe portuguez, nada menos de quatro mil arcos da sua tribu.

Durante a campanha da expulsão dos franceses, ninguem mostrou valor mais brilhante. A sua destemidez aparece naquela noite tragica da escalada da ilha de Villegaignon. E' quem primeiro sobe os penhascos da ilha, quem primeiro põe o pé no baluarte do almirante bretão, quem com um facho aceso, faz explodir o paiol de pólvora. Mais tarde, é à sua tatica guerreira que se deve não ter o Rio caído novamente em poder dos franceses.

A respeito do chefe tupinimó, frei Vicente do Salvador conta uma anedota que o eleva a uma dignidade

impressionante. Em 1575 chegou ao Rio de Janeiro o governador do sul, dr. Antonio Salema. As tribus amigas, das redondezas, vieram prestar-lhe homenagens e votos de lealdade.

Ararigbóia, da sua aldeia em S. Lourenço, atravessa a baía, para cumprimentar o governador. Por aquele tempo o capitão selvagem estava velho e coberto de serviços aos portugueses. Era comendador da Ordem de Cristo e d. Sebastião já lhe havia mandado, mercê excepcional, uma roupa do seu proprio uso.

Antonio Salema devia ser uma criatura rigorosissima em coisas protocolares. Ao saber que Ararigbóia se encontrava no salão da casa governamental, convidou-o, como honraria rara, a sentar-se ao seu lado. O indio senta-se. Lá pelo meio da conversa cruza as pernas sobre a cadeira. O governador não se lembra que ali está um selvagem ignorante das exigencias da cortesania. Chama um interprete e manda censurar a Ararigbóia pela incorrecção daquelas maneiras, pois ali está um representante de el-rei, e, diante de el-rei, ninguém cruza as pernas sobre uma cadeira.

A resposta de Ararigbóia para o interprete é maravilhosa:

— Diga ao governador que, se ele soubesse como as minhas pernas de velho estão cansadas de guerrear em favor de el-rei, não estranharia que elas merecessem este pequeno repouso.

E levanta-se, dizendo:

— Fiz mal em vir cá. Não sou cortesão. Devia ter ficado na minha aldeia. Mas aqui não volto mais. Quando precisarem de mim, lá estou.

Evidentemente a fantasia do cronista iluminou o episodio. Hoje, é quasi impossivel restabelecê-lo, dentro da rigorosa exatidão. E' melhor deixá-lo assim: a veracidade crua talvez lhe viesse empanar a beleza.

Durante aquele periodo fremente da confederação dos tamoios, varios maiorais indigenas aparecem com grandes clarões.

No armistício de Iperoig, destacam-se as figuras de Coaquira e Pindobussú — o Grão Palmeira, encarando a prudencia e deveres da hospitalidade. Abrem as portas de suas ocas para hospedar a diplomacia piedosa de Nobrega e Anchieta.

Ao mesmo tempo salta a ferocidade incrivel de Cunhambebe e Aimbire. Eram os dois maiores inimigos dos portugueses. Aimbire teve um episodio que o celebrizou entre os conquistadores. Preso a ferros, no convés de um navio luso, rebenta as cadeias e atira-se ao mar, nadando para terra, onde levanta em guerra os seus irmãos tamoios. Cunhambebe é o flagelo da floresta. Gaba-se de que tudo treme ao peso de seus pés. O seu maior orgulho é contar o número de inimigos que comêra. O número sóbe a centenas. O seu odio aos colonizadores ia tão alto, que o chefe indigena chegava a passar fome durante uma semana, quando não tinha, à mesa, para comer, a carne de um portuguez.

Lá no norte, um vulto de nobreza ressalta, durante a conquista da Paraíba. E' o de Iniguassú, chefe dos potiguaras.

Iniguassú encarna a dignidade paterna. Um dia, na sua aldeia de Capahôba, um civilizado rouba-lhe a filha. Chama dois filhos e manda-os levar a queixa ao dr. Antonio Salema, governador. Salema ordena que a moça cabocla seja entregue aos emissarios do capitão tabajara. A ordem é cumprida, mas um tal Diogo Dias, morador no caminho que leva à aldeia de Iniguassú, toma a rapariga das mãos dos dois indios e recolhe-a ao seu serralho.

O velho maioral selvagem recorre ao capitão de Itamaracá, mas a autoridade é amiga de Diogo Dias.

Todos os recursos são esgotados baldadamente. Iniguassú desespera-se, levanta a sua tribo, une-se às nações amigas, e começa daí a grande guerra dos tabajaras, que tantas vidas tirou aos portugueses.

No meio de todas as figuras de realce, ora nobre, ora feroz, havia de existir quem predominasse pelo ridículo. E existiu. Chamava-se Sorobabé, e era chefe dos potiguaras, como Iniguassú.

Quando os portugueses se chocaram com os Aimorés, veio Sorobabé, com as suas tribus, auxiliá-los. Acabada a guerra, voltou com a sua gente para a Paraíba. Os petrechos bélicos dos civilizados tinham-no impressionado fortemente. No caminho comprou um tambor, um cavalo, uma farda e uma bandeira. Julgou-se um grão-senhor, um esplendido general. Enviava emissários às tribus, para que lhe viessem prestar homenagens, no caminho. Ao nobre Piragibe, tabajara como ele, mandou avisar que o esperasse na estrada com festas e honrarias. A resposta de Piragibe, conforme conta frei Vicente do Salvador, é achatante:

— Diga a Sorobabé que, a não ser a inimigos, só a damas vou esperar no meio da estrada, e, como ele não é dama nem inimigo, não me levanto da minha rede de centenário.

Sorobabé achou mais prudente passar ao largo. Ao aproximar-se da sua aldeia, comunicou aos padres portugueses que lhe preparassem uma dança de meninos catecúmenos e que abrissem e enramassem a igreja, em sua honra.

Mandaram-lhe os padres dizer que os meninos, de tanta alegria pela chegada do chefe indígena, se tinham espalhado pelo mato e que a igreja só se enramava nas festas religiosas, mas que a porta estava sempre aberta para quem quisesse curvar-se diante de Deus.

O capitão selvagem, ao que parece, não compreendeu a ironia. Não se incomodou com ela. À tarde, entrou triunfalmente na aldeia. Vinha a cavalo, fardado, à frente dos índios, com o tambor a rufar adiante, a bandeira desfraldada, e um guerreiro esgrimindo grotescamente uma espada nua. Passou pela igreja e não entrou. Poucos minutos depois enviou um parlamentar aos padres. Que o desculpassem não ter entrado no templo. Não o fizera porque estava bebedo.

O PRETO NICOLAU

Devia ter sido uma solenissima cavalgadura aquele d. Fernando Antonio de Noronha, do conselho da rainha, tenente-coronel do regimento da côrte, governador da capitania do Maranhão nos anos de 1792 a 1798.

A sua grande celebridade é justamente essa — ter sido uma das mais chapadas e mais respeitaveis ignorancias que Portugal enviou, para o Brasil, com foros de autoridade.

A cronica de d. Fernando é hilariante.

Cesar Marques, que lhe andou remexendo o arquivo, descobriu-lhe aquele celebre despacho em que o fidalgo e militar portuguez, a proposito do pagamento de ordenados a um professor de filosofia, declarava não ser conveniente, no Maranhão, haver mais de uma cadeira de gramatica latina, isto porque “o abuso dos estudos superiores só servia para nutrir o orgulho proprio dos habitantes do meio-dia e destruir os laços da subordinação politica e civil, que devem ligar os habitantes da colonia à metropole”.

Mas, a notoriedade de d. Fernando Antonio de Noronha não está nos despachos extravagantes. Quem passar os olhos pelos arquivos do século XVII e do século XVIII verificará que muitos dos governadores portuguezes, no Brasil, não eram inferiores em rotina,

preconceito e estupidez, ao chefe do governo da capitania do Maranhão.

A ruidosa fama de d. Fernando vem daquela estu-penda jornada militar, conhecida na historia pelo nome de expedição do Axuí.

A expedição do Axuí é a pagina mais ridicula da historia colonial do norte.

O Maranhão, como S. Paulo, foi um dos pedaços brasileiros onde o regime da escravidão se tornou mais perro e mais cruel. Desde os primeiros dias encontram-se episodios de rebelião de negros fugidos, conglobados em mocambos, no meio das matas, como um protesto à deshumanidade do chicote dos senhores ferozes.

Havia muitos anos corria em toda a região maranhense que, lá para as bandas dos campos da Lagarteira, lêste da capitania, não muito longe das imensas dunas brancas dos Lençóis Grandes, existia uma república de negros quilombolas, enriquecidos nas audacias do saque. A cidade dos escravos fugidos, dizia a lenda, era a de Axuí, e ficava às margens da pequena lagoa do Caço (1).

Ninguém levava a sério a historia do quilombo afamado. Era uma das muitas fabulas que, naqueles tempos, corriam a respeito dos negros fugidos.

O tenente-coronel João Paulo Carneiro tinha um escravo, o preto Nicolau, uma das criaturas mais embusteiras e mais espertalhonas daquela época. Mentia pelos cotovelos, armava uma intriga com desfaçatez e habilidade. O senhor não lhe podia com a vida. Nicolau vivia constantemente no tronco, de lombo retalha-

(1) Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres — *Paranduba Maranhense*.

do pelo chicote. Mas não se emendava. Mal saía de um castigo, lá estava merecendo outro.

Um dia o Nicolau fugiu. Muito tempo passou sem que lhe pusessem os olhos em cima.

Numa noite do ano de 1794 entrou de novo na cidade de S. Luiz. A tunda que lhe iam dar era tremenda, mas o manhoso do preto trazia o seu plano traçado.

Na manhã seguinte, quando d. Fernando Antonio de Noronha saía dos seus aposentos no palacio do governo, o Nicolau, (não se sabe como lá entrou) com ares misteriosos ajoelhou-se-lhe aos pés, soluçando. Que o governador o salvasse da morte, que o governador o arrancasse das mãos dos inimigos!

E narrou a intriga infernal. Fugindo aos lanhos do chicote do coronel João Carneiro, disse, embrenhára-se pelas matas a dentro do rio Munim, em rumo dos quilombolas da Lagarteira. Seria mentira ou verdade o afamado mocambo dos negros? E foi andando, e foi andando. Depois de muitos dias amargos, perdido entre cerrados oh! beleza! oh! alegria! inesperadamente entrou na cidade de Axuí, escondida num bosque, às margens frescas da lagôa do Caço.

E, com a mais tranquila desfaçatez, descreveu a cidade. S. Luiz era uma pobre aldeia junto dela. Não havia alí uma rua como vira muitas em Axuí, de ponta a ponta cobertas de palacios. Não havia alí uma igreja comparavel à cidade dos campos da Lagarteira, não só pelo tamanho como pela riqueza. No altar-mor, do templo de Axuí, erguia-se uma imagem da Virgem da Conceição, toda ela de ouro massiço.

— De ouro maciço? perguntou o governador, de olhos acesos.

— De ouro maciço e do tamanho de uma mulher bem alta, confirmou o negro.

E não mais respeitou as barbas do fidalgo portu-

guês, — abriu as torneiras da mentira e despejou o reservatório inteiro. Em Axuí não havia ninguém pobre. Era prata e ouro a dar com os pés. O mais inferior dos habitantes tinha arcas e arcas peçadas de moedas. E tanta e tanta era a riqueza do quilombo da Lagarteira, que a agua da lagoa era bebida em cuias de ouro. Dirigia a religião um padre jesuita. Os negros tinham commercio oculto com muitas das figuras preeminentes de S. Luiz.

Que o governador o salvasse! As pessoas, que comerciavam com os quilombolas do Axuí, já sabiam ter ele visitado a cidade e, receosos do desvendamento do segredo, queriam matá-lo.

Devia ser clamorosamente estúpido aquele d. Fernando Antonio de Noronha, fidalgo, tenente-coronel do regimento da côrte portuguesa e membro do conselho da rainha. Ali mesmo, com o negro, traçou o plano de uma expedição aos campos da Lagarteira, para conquistar a fabulosa cidade. Até aquella data, a lenda do Eldorado fazia delirar a cabeça de todo portuguez, na America. O tesouro estonteante de Minas punha-os malucos.

E quando, naquelle dia, o Nicolau saíu do palacio, estava nomeado capitão de milicias e um dos comandantes da expedição a partir para o Axuí.

Um successo, na cidade, a subita ascensão do preto.

Muita gente correu a d. Fernando para o prevenir do embuste.

Mas o Nicolau tinha conquistado a ignorancia rasa do governador. Não acreditasse nos brancos! todos eles faziam commercio oculto com os negros da Lagarteira e desejavam que o governo não conquistasse a cidade!

Sucesso estrondoso foi quando o Nicolau se apre-

sentou nas ruas, fardado de capitão, espada à cinta, penacho, ordenança atrás, a respeitosa distancia.

S. Luiz inteiro rebentou numa gargalhada, diante da farça.

O preto, pachola, não se cansava de expor a sua importancia. Deixou de falar com os seus iguais, com os antigos companheiros de senzala e chicote. Agora, fardado, um tom de empáfia na voz e na figura, apertava a mão dos brancos na rua, abraçava as autoridades condescendentemente.

Os preparativos para a excursão faziam-se com uma celeridade espantosa. Armavam-se dois mil homens, entre tropa de linha, milicias, pedestres e índios do serviço (1).

Nicolau, dia a dia, mais entrava na confiança do governador. Era o maior trunfo para d. Fernando.

A cidade, chasqueante a principio, temeu-o depois. O demonio do preto pôs-se a prender muita gente boa, a pretexto de trato oculto com os negros do Axuí.

Foi necessario engrossar o Nicolau. E o Nicolau começou a ser convidado para festas e banquetes, nas casas ricas. E ia. Sentava-se à mesa como um figurão, bebia vinho à fôrra, ia depois para a sala conversar e namoriscar as moças brancas.

Durante alguns dias, o orgulho da gente fina do Maranhão esteve nas mãos audaciosas do embusteiro.

Das margens do Preá, chegou preso o mestiço Antonio, Tatú, que Nicolau acusára de intermediario do comercio dos negros do Axuí. Antonio Tatú sabia tanto da cidade fabulosa como da primeira camisa que vestira. Mas Nicolau insistiu na accusação, pô-lo no tronco e ferros. Tatú era mais inteligente que d. Fernando — percebeu o embuste e resolveu mentir. Sim,

(1) Ibidem.

conhecia a cidade, ficava à beira da lagoa do Caço e tinha tesouros maravilhosos!

A 1.º de agosto daquele ano de 1794, a coluna militar estava pronta para seguir. O comando das tropas foi dado ao capitão do regimento de linha Anacleto Henriques Franco, que levava, como ajudante de ordens, o capitão Carlos Antonio Marques Henriques e como ajudante de campo o riquíssimo capitão Simplício Dias da Silva, apelidado por **Simplicio Parnaíba** (1).

A tropa dividia-se em dois corpos. O maior, sob o comando de Anacleto Franco, tendo Nicolau por guia, marcharia por terra, pelas margens do Munim, até os campos da Lagarteira. O menor, comandado por Castelo Branco e guiado por Antonio Tatú, seguiria por mar, até o Alegre, caminhando pelos Lençóis Grandes, ao encontro do grosso da coluna.

No dia 3 de agosto, a cidade de S. Luiz assistiu ao espetáculo imponente, do embarque festivo das tropas.

Além de d. Fernando, ninguém mais esperava senão o ridículo final daquela pantomima grosseira. E foi mais estrondoso do que se imaginava.

Durante a travessia do Munim, Nicolau era o capitão audaz e palrador que partira de S. Luiz; mas, na vespera de se avistarem os campos da Lagarteira, ninguém mais o viu. Ia ser finalmente descoberta a trapaça, e o malandro do preto amolou a canela no mundo. Anacleto Franco, desapontado, por dever de officio, marchou até o ponto combinado para o encontro do corpo por Castelo Branco. Muitos dias o esperou. As cenas tinham sido mais ou menos as mesmas: Anto-

(1) Cesar Augusto Marques — *Expedição do Axuhy* — (Revista do Instituto Historico).

nio Tatú, nos Lençóis Grandes, fugira como Nicolau. E as tropas, penetrando nas matas, perderam-se entre os riachos e buritisais, mortas de fome e de cansaço.

Devia-se seguir para além? Seria prolongar o ridículo.

E a coluna voltou. Vinha abatida e mole, com a consciencia exata do triste papel que fizera. Frei Francisco de N. S. dos Prazeres conta o desembarque do exercito em S. Luiz. Foi feito à noite, às escondidas, nas praias mais escuras da cidade.

D. Fernando parece que morreu sem ter comprehendido a comicidade da expedição. Relatando, à côrte portuguesa, a volta das tropas, afirmou que, "depois de fazerem o seu passeio com todas as regras da táctica, se haviam recolhido por não ser propria a estação, produzindo, apesar disso, o passeio, um grande efeito moral".

O Nicolau pôde saber, em vida, a extensão e a gravidade da sua pilheria.

O coronel João Paulo Carneiro, anos depois, prendeu-o e trancou-o numa prisão perpetua.

Que respeitavel toupeira devia ter sido aquele d. Fernando Antonio de Noronha!

ENTRE O LUSO E O HOLANDÊS...

Ha, no Brasil, o velho habito de prantear-se o malogro da colonização flamenga e de atribuir ao portugûes os defeitos e os males da nossa organização.

— Se os holandeses tivessem ficado em Pernambuco, ah! outros galos nos cantariam! exclamam os nossos homens.

E, até espiritos de larga responsabilidade e de incontestaveis virtudes de análise, se têm deixado levar pela onda, afirmando que seríamos outro povo, com outro cunho moral, com outra vitalidade progressista, se a Holanda predominasse nas suas conquistas americanas.

Teria o Brasil perdido realmente com a colonização portuguesa? Teria ganho mais com o dominio holandês?

A resposta não se pode dar em duas ou três palavras.

Quando a gente, ao estender os olhos por esse imenso territorio de mais de 8 milhões de quilometros quadrados, sabe que tudo é obra rude do portugûes, parece não haver razão para maldizer a conquista lusa e para lamentar que os batavos tivessem malogrado.

Analisemos a questão com serenidade.

Diante da historia, o dominio holandês, no Brasil,

foi um desastre, ou melhor, a triste revelação da incapacidade da Holanda como país colonizador.

Entre o português e o flamengo, dos tempos coloniais, a diferença é profunda. O primeiro, ao pisar em terras brasileiras, vinha preparado para a grande missão de formador de povos; o segundo apenas ensaiava, com desassombro, os arrojados da pirataria.

Portugal veio ao Brasil para colonizar. A Holanda entrou-nos pelas terras carregando, às costas, o cofre de uma empresa mercantil.

No espírito do primeiro havia, com toda a sua rudez, o impulso de expansão; no outro, com toda a sua cultura e todos os rasgos progressistas, havia apenas a frieza do lucro.

Ha, na corrente que eleva o colonizador flamengo, um grave erro de visão. E' que se quer julgar o holandês pelo que ele é na Holanda. Na Holanda, o holandês é grande. Não foi só uma civilização que ele construiu: fez esta coisa virgem na historia do mundo — edificou um solo.

Mas, fóra de lá, é pequenino e mesquinho. Sendo, até hoje, um povo colonizador, até hoje não deu, ao mundo, uma nacionalidade formada como Portugal deu o Brasil, como a Inglaterra deu os Estados Unidos, como a Espanha deu as Republicas da America.

No ponto de vista moral, no ponto de vista politico, no ponto de vista social, as suas colonias são, hoje, o que eram nos primeiros dias do dominio — uma vasta seara que a metropole explora inteligente e tranquilamente. Não se conhece uma nação formada e educada pela Holanda.

Com Portugal é justamente o contrario. Dentro da terra natal o português não é grande. Ha nele a necessidade de alargar os braços, de desafogar o peito nas lutas heroicas do mar e dos continentes longin-

quos. Mal perde de vista os horizontes nativos transforma-se em titã: vem para a historia como o devastador de oceanos, desbravador de terras incultas e formador de povos. Com quatro ou cinco calhambeques domina a imensidade das Indias; com um punhado de homens consegue impor-se na vasta costa brasileira e em todo o perfil do litoral da Africa.

Pondo em confronto os dois povos, as qualidades inatas de cada um, parece não haver motivos para chorarmos a ruina dos flamengos.

Nada perdemos em ter perdido o holandês.

E basta lançarmos um rapido olhar sobre a dominação neerlandesa no Brasil.

Os apaixonados da Holanda trazem sempre à luz aquele maravilhoso tempo de Nassau.

E' realmente impressionante. Ninguém poderá negar a grandeza e o esplendor daquela época. Ninguém poderá afirmar que Portugal, no século XVII, tivesse conseguido, em Pernambuco ou em qualquer outra capitania, uma fase igual àquela.

Mas é preciso distinguir os fatos. Pernambuco teve sempre, com os holandeses, aquele esplendor, ou qualquer coisa que, com aquilo, se parecesse? Não.

A conquista flamenga, no Brasil, teve três periodos distintos: o anterior a Nassau, o de Nassau e o que se seguiu à retirada daquele principe.

No primeiro periodo quasi se não podem pedir contas ao holandês. Nada pôde ele fazer, porque, durante cinco anos, viveu acossado pela resistencia formidavel dos patriotas do Arraial de Bom Jesús. Dizia-se sitiante, mas, na verdade, era sitiado. Mas, mesmo nesse periodo em que não pôde mostrar qualidades, teve a pouca intelligencia de mostrar os defeitos. Apresentam-se, diante do povo brasileiro, como piratas insaciaveis; mostram-se, aos olhos de uma população

Nassau se retirou de Pernambuco, tudo que havia de grande desapareceu.

O povo holandês não teve forças para sustentar nos ombros tão largo e belo legado. Não havia nascido para missão tão alta.

E a missão do holandês, no Brasil, não foi outra senão aquela por ele mostrada, ruidosamente, depois da retirada do príncipe — mercadejar.

A companhia da Índia Ocidental nunca perdoou ao príncipe o dinheiro gasto em obras, no Recife. Muito se zombou dos palácios erguidos pelo gosto artístico de Nassau, na capital pernambucana.

O povo holandês nunca amou um só pedaço do Brasil.

Somente a intenção mercantil dominava no seu espírito.

E, afirmar-se isso, não é infamar as intenções neerlandesas. E' o proprio Nassau quem assim se exprime, no seu celebre **Testamento politico**, quando diz que os seus compatriotas "amavam os bens de fortuna mais do que a propria vida".

A colonização flamenga no Brasil falhou em todos os sentidos.



O português colonizou o Brasil com a sua proverbial rudez. Foi aspero e muitas vezes cruel. Mas o flamengo teve todas aquelas crueldades e mais a intolerância e mais o espirito do ganho que devastava tudo.

Não ha, na colonização portuguesa do Brasil, uma pagina tão negra como a da historia de Pernambuco holandês, após a retirada de Nassau. Quanto à moralidade, é confrangedora. Os empregados da Companhia vendem-se miseravelmente; a justiça anda em leilão;

os lares são profanados, sem que a gente tenha a quem se queixar.

Os sucessores do príncipe roubam tanto que são levados à Holanda sob a carga de processos.

Nem para solucionar as crises financeiras, a Holanda mostrou capacidade. Quando a situação se tornou difícil, a medida genial tomada pelo Conselho dos Dezenove não foi senão esta coisa vulgaríssima: aumentar incrivelmente os impostos e arrecadar os atrasados.

A tal liberdade do commercio que, segundo se diz, era o motivo das conquistas flamengas na America, nunca passou de uma burla. Só houve liberdade de commercio no tempo de Nassau. O que depois existiu foi o monopólio official, mais perlo e mais duro que o monopólio estabelecido pela Espanha.



O contraste entre os dois povos — o português e o flamengo — revela-se a todo o instante, na historia.

O português, ao vir para o Brasil, vinha estabelecer-se e morar. O flamengo apenas aqui esteve — para ganhar.

E daí, os movimentos expansivos de um e a ação restrita e mesquinha de outro.

Ao chegar ao Brasil, o primeiro gesto do português era estender-se pelo interior.

A linha do litoral parece pequena para o seu arrojo. E esse movimento de expansão, encontramos logo nos primeiros dias coloniais. Ao aportar ao Rio em 1531, Martim Afonso de Souza, antes de desembarcar a bagagem em São Vicente, manda quatro homens para o fundo da mata, os quais devassam mais de cem léguas. Em Cananéia, sob o comando de Pero Lôbo, en-

via 80 portugueses a transpor as muralhas da Serra do Mar, em procura de prata.

Duarte Coelho desvenda a floresta pernambucana, até quasi as nascentes do Capiberibe e do Ipojuca.

No primeiro século do descobrimento já estava desvendado o Tieté; no século seguinte alcançava-se o S. Francisco por Jacobina, e, pelo rio Pajeú, entrava-se no amago dos sertões pernambucanos até o Piauí.

Em 1638, Pedro Teixeira, partindo do Maranhão, comete aquele episodio de arrojo, que enche de assombro o segundo século da vida brasileira. — sobe o Amazonas em todo o seu curso, entra pelo Napo e vai ter a Quito, no Perú, conquistando terras para el-rei de Portugal, numa época em que a sua patria era da Espanha.

Em todos os periodos da historia americana, domina, nos portugueses, o espirito da expansão. Mesmo no primeiro século, em que as atividades se voltam todas para a linha do litoral, ei-los a perder-se no planalto brasileiro, à procura dos sertões remotos.



Com o holandês observa-se justamente o contrario. Encontrando já a linha da costa perfeitamente explorada, não dá um passo além da costa.

O sertão aterra-o; tem o pavor da floresta espessa e inculta. A sua ação restringe-se à beira das praias. O sertão é o desconhecido, é a vida asperrima e selvagem. Não ha nada que explorar, ou melhor, nada a render no sertão.

A famigerada companhia da India Ocidental só quer lucros e é no litoral que estão os engenhos e as lavouras, para sugar.

Um drama da grandeza e do desassombro das

O BOI DO MELCHIOR

O boi do Melchior Alvares foi, naqueles primeiros tempos do governo de Nassau, um dos seres mais celebres de Pernambuco.

Não houve, no mundo, um boi mais manso, mais docil, mais vagabundo e mais garoto. Por onde o dono andava, andava ele também. Se o Melchior entrava em casa, lá ficava o boi à porta, à espera, como um cachorrinho.

As crianças amavam-no, as moças davam-lhe guloseimas à janela. Um mimo! Se alguém lhe pronunciava o nome, lá ia o bicho, muito contente, a seguir quem lhe fazia agrados.

O boi do Melchior devia ter nascido boi por engano. Havia na sua maneira de ser os traços característicos de um legítimo rafeiro.

E foi realmente um escândalo, no Recife e na cidade Maurícia, quando a notícia rebentou. Anunciava-se que, na noite de inauguração da ponte que Nassau concluía, para ligar Maurícia ao Recife, haveria um número do programa absolutamente sensacional — o boi do Melchior voaria das janelas de um sobrado para outro sobrado fronteiro.

Os pernambucanos conheciam o bovino afamado como uma figura amável e boêmia. Mas todo o mundo o tinha como boi; ninguém podia acreditar que, de uma hora par outra, tivesse o bicho adquirido virtudes

de andar pelos ares, como os passaros. Seria algum milagre, algum truc, algum logro?

O principe Mauricio de Nassau foi realmente o homem mais extraordinario que pisou no Brasil.

Com uma cultura fascinadora, uma rara habilidade politica e aquele entusiasmo pelas artes e por tudo quanto era idéia avançada, nascera, evidentemente, para reformador de povos.

Ao chegar a Pernambuco, para cuidar dos negocios da Companhia das Indias Ocidentais, ferviam os odios dos brasileiros contra os holandeses. Os partidos ainda traziam as armas nas mãos.

Nassau teve a felicidade de compreender o momento. E compreendeu-o, colocando os interesses populares acima dos interesses da empresa mercantil a que servia.

Em pouco tempo Pernambuco era seu, até o fundo do coração.

Alma de artista, fibra de homem de Estado, fidalgo até o amago da alma, a sua ação, em Pernambuco, irradiou generosa e rutilante. A terra dos heróis do Arraial de Bom Jesus como que sentiu o encantamento da varinha de uma fada. Tudo se fazia como nas magicas e nos contos azuis.

Era uma febre de crescer. Nos areais e nos pantanos da ilha de Antonio Vaz, o bom gosto do principe erguera, vertiginosamente, a suntuosidade do palacio das Torres. Em pouco tempo, a ilhota até então imprestavel, cresceu e brilhou como a mais linda cidade holandesa do Brasil.

Desde os tempos de Petronio, dar festas ao povo, fôra do bom tino dos governos. Nassau era de uma suprema agudeza de espirito. O parque magnifico do palacio das Torres vivia aberto ao publico, em festas fulgurantes. Dentro daquele pomar cheiroso, com mais

setecentos coqueiros, um laranjal trescalante, romanzeiras e flores, aves vistosas, regatos e esguichos d'água, o povo esquecia-se da exploração comercial da Companhia das Índias Ocidentais, para lembrar-se apenas de que tinha a governá-lo a alma generosa e entusiasta de um grande artista.

Erguido o palacio das Torres, florescendo da noite para o dia a cidade Maurícia, era necessario uma ponte que ligasse o Recife à nova cidade. O transporte por meio de canôa era um sinal de atraso.

A ponte é orçada em 240.000 florins. O engenheiro mete mãos à obra, mas só três pilares consegue erguer. Antes de chegar ao meio do caminho desanima. Parece-lhe inexequivel a ponte, pela imensa largura do braço de mar que separa as duas cidades.

Para Nassau não há impossiveis. A engenharia fizesse-se justamente para vencer as dificuldades. E, ele proprio, toma conta dos trabalhos. Em dois meses, a armadura da ponte estende-se e avança, unindo a velha cidade à nova.

Pernambuco inteiro preparava-se para a grande festa da inauguração. O Brasil flamengo estava em paz. A habilidade do principe tinha feito o milagre de congraçar dominados e dominadores. Os mais altos vultos da resistencia pernambucana viviam já no Recife, em contato e em boa amizade com os membros do Conselho Administrativo. No palacio das Torres, Nassau recebia, à sua mesa, os mais heroicos defensores do Arraial de Bom Jesús. Já o povo bendizia a ocupação holandesa na figura fidalga e gentil do principe.

Nassau queria dar á festa um cunho de intensa popularidade. A sua maior preocupação, em Pernambuco, foi ser bem querido do povo.

Aquele anuncio de que o boi do Melchior iria voar, era justamente para interessar a multidão popular.

E interessou. O Recife encheu-se da gente dos arredores e dos engenhos longinquos.

Seria possível um boi voar?! O boi do Melchior era um boi diferente dos outros bois, e quem sabia lá se o demonio do bicho não tinha o dom das aves?!

A festa da inauguração da ponte (que ligava a cidade nova à velha) tivera o brilho caracteristico das festas de Nassau.

Tanta gente passou de uma margem à outra que, só naquela tarde, a ponte rendeu 1.800 florins, ao preço de dois soldos — ida e volta, por cabeça.

À beira da praia ergueram-se palanques para as damas e gente grada; musicas tocavam em coretos; sob toldos multicores distribuiam-se refrescos e guloseimas. O Capiberibe fulgia, refletindo as luminarias.

O vôo do boi do Melchior era o ultimo numero do programa.

Às dez horas da noite sentia-se o rumor da ansiedade da turba.

— O boi! o boi!

E o boi não aparecia.

Eram quasi onze horas quando se ouviu, na multidão, um longo clamor. Era o Melchior que aparecia seguido do bovino manso.

A onda popular deslocou-se fervilhando.

O Melchior parou à porta de um sobrado. A multidão acompanhou-o. Era dali que o boi ia voar.

O povo acotovelava-se. O Melchior entrou. O animal, a um sinal do dono, entrou tambem. A porta fechou-se.

Lá em cima, na janela do sobrado, o Melchior surgiu olhando para o alto, como a sondar os ares em que o seu boi ia voar.

E sumiu-se. Em baixo a multidão silenciosa esperava premida.

Passam-se muitos minutos. Nas varandas do sobrado ninguém mais aparece.

O povo inquieta-se.

— O boi! o boi!

O Melchior torna a vir à janela, espalmando a mão direita para baixo. Que esperassem, era um instante!

Momentos depois os chavelhos de um boi surgiram na janela, e depois dos chavelhos, o pescoço, o resto. Toda a gente reconheceu: era o bovino do Melchior. E o diabo do bicho foi subindo, subindo e caminhando devagarinho no ar, como se estivesse voando na direção do sobrado fronteiro.

A multidão, de olhos erguidos, silenciara surpresa.

Mas, de subito, uma gargalhada estalou. Outra e outra e, nu msegundo, a rua era um gargalheiro desabalado.

Todos tinham percebido o **truc**. O boi voador não era o do Melchior, era um boi empalhado, admiravelmente feito, imitando, na côr e no tamanho, o boi garoto e boêmio. Voava, mas preso por arames invisíveis à noite.

Uma pandega aquilo. Não houve um desgosto naquela noite. Nassau teve o prazer de ter dado uma festa tão ao sabor do povo, o povo a alegria de a ter gozado, o Melchior a ventura de passar à historia, com o seu boi.

Não ha nada para eternizar uma gloria como a lira popular. O boi do Melchior mereceu as honras de muitas estrofes dos rimadores da época. E ei-las com o sabor do tempo:

De Melchior o boi cruzou nos ares,
Oh! que fato estupendo!
Só acredito porque estamos vendo
Um bicho tão pesado, tão rotundo
Pelos ares cavalgar!
E' coisa que jamais se viu no mundo
Falar ou se contar!
O judeu Pitangal, o mouro hispano,
Aquele incapilato, este zarolho,
Embestigar eu vi por entre o povo
Qual gavião, uma rez!
O primeiro, o judeu, o proditor
Facultoso hoje em dia, sendo a pouco
Vendedor de carvão, de lenha e côco!
O segundo a soar como um ginete
Que parou de carreira desabrida
Eu o vi de barrete,
Gritando: leva... leva... qu'eu a soga
Vou dar ao molinete.
Da Restinga e Marim o povo inteiro,
Afora o que de mais longe viera,
O incola vermelho,
Gente do norte e sul té da Tapera
Correndo veio ver
Uns quando vinham ver, outros na volta
Milagre de Santo Estevão
Não foi de certo o que fez,
Voar a vista do povo
Qual gavião, uma rez!
Milagre de São Mauricio,
Diz o Felipe espião:
Pode ser, porém duvido,
Desse santo que é pagão.
Era a primeira vez que o povo a pé
Em sermita p'ra rua dos Judeus
Teve caminho sêco
D'avante a ré.
J... Bling e Felipe um dia inteiro,
Enquanto o povo passou colheu dinheiro,
Ad latero tendo cem lanceiros!
Alguns que bem nadavam ao largo rio
Inteiros se atiravam:

Uns quando vinham ver, outros na volta
 Esse lance inventaram,
Para a taxa fugir, a logração
Que o flamengo pregou na tal função!
Mas quantos apesar de ser nadevel,
 O rio extenso, largo
Não verteram comprido pranto amargo?
 Pois diversos morreram
E outros no Aljube se meteram!
Afora essas desgraças que não lembra
 O povo que as mirou.
Conserva o mais que viu bem na memoria
 O boi que lá voou.

OS OSSOS DE FREI SAMPAIO

Se o governo quisesse prestar uma homenagem civica ao grande vulto historico de frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, o seu primeiro cuidado seria recolher-lhe os ossos, se é que eles ainda podem ser encontrados em algum lugar.

Os ossos do frade patriota extraviaram-se de maneira absolutamente cômica e ridicula.

A personalidade de frei Sampaio é uma das mais interessantes daquele belo periodo revolucionario começado pouco antes do "Fico" e terminado com o "7 de abril". E' uma figura ainda mal conhecida, porque até hoje não teve a felicidade de merecer carinho e estudo dos cultores das tradições nacionais (1).

Frei Sampaio era daquela pleiade fulgurante de frades que o convento de Santo Antonio nos deu do começo ao meado do século XIX: Rodovalho, S. Carlos, Monte-Aíverne e tantos outros.

O convento de Santo Antonio foi, por muito tempo, um ninho ardente de patriotas. O nacionalismo sempre agitou o burel daqueles franciscanos. Já nos principios do século XVIII, ali se encontra acesa a consciencia da nacionalidade brasileira. Predominam os religiosos de Portugal, monopolizando as prelazias e os cargos superiores; mas os capuchos do Brasil, em

(1) Basilio de Magalhães.

1719, conseguem de Clemente XI um "breve de alternativa", determinando que, quando haja um noviço português para professar, espere que outro noviço brasileiro conclua o curso, e ainda, que o sucessor de um provincial luso seja, sob pena de nulidade de eleição, um provincial nascido em nossa terra.

A figura de frei Sampaio, com a sua centelha de revolucionario, a sua veia de conspirador, o seu ardor de nacionalista, não devia ser, naquele claustro, um caso exótico.

Sampaio foi, entre os religiosos do convento de Santo Antonio, o mais impressionante vulto político do seu tempo.

Assoma aos primeiros pruridos da idéia da Independencia. Quando Gonçalves Ledo organiza o Grande Oriente brasileiro, lá está ele, na maçonaria, como orador da loja Comercio e Artes, conspirando ao lado de Januario da Cunha Barbosa, Alves Branco, José Clemente e Nobrega. E' um dos braços fortes do movimento de separação do Brasil. Aproxima-se o movimento do "Fico". E' ele quem escreveu o manifesto do povo, pedindo que d. Pedro não siga para Lisboa.

Muitas vezes a noite não bastava para se assentarem os planos urdidos na maçonaria, em favor da Independencia. Frei Sampaio arrastava os companheiros para a sua cela, no primeiro andar do convento, junto do grande salão que se estende por cima da sacristia para o jardim (1).

E ali, naquele quarto de grades de ferro, agitavam-se os mais sérios problemas da nossa emancipação. Até d. Pedro, o principe regente, lá esteve, conspirando tambem.

Nos dias proximos do "Fico", foi a cela de frei

(1) Macedo.

Sampaio a fornalha da insurreição. José Clemente, França Miranda, todos os vultos predominantes do movimento, entre aquelas quatro paredes, até tarde da noite, assentaram os termos da representação popular que impediu d. Pedro de voltar a Portugal, como exigiam as côrtes em Lisboa.

O que está ainda com certa obscuridade na história é a retidão do carater de frei Sampaio. Que ele foi o nacionalista febril, o ardente propagador da Independencia, o patriota fogoso e irrequieto, não ha duvida nenhuma. Mas, quanto à politica partidaria do momento, parece manifesta a sua dutilidade.

Nas agitações de 1822 havia dois partidos definidos: o liberal, guiado por Ledo no Grande Oriente, e o conservador, de José Bonifacio. O de Ledo — o das conquistas democraticas, exigente e avançado, — era uma picada aberta para a Republica; o de José Bonifacio — o partido da estabilidade, o conservador, vivia amarrado intransigentemente às ancoras da Monarquia.

Frei Sampaio, no **Regulador**, fazia a politica de Ledo. Mas, segundo parece, José Bonifacio teve a habilidade de torcer as tendencias do frade capucho. Em julho de 1822, o **Regulador** descambava para as intenções conservadoras dos Andradas. A 2 de agosto daquele ano, em plena sessão do Grande Oriente, Sampaio é subita e violentamente interpelado pelos companheiros, no seu papel de redator principal do jornal partidario. Havia, no **Regulador**, um artigo francamente oposto à idéia republicana (1). O frade é obrigado a defender-se.

Não traçara semelhante artigo. Escrevera-o “alguem” cujo nome não podia ser declinado.

(1) Teodoro Magalhães.

Não se precisava de maiores explicações — o artigo viera de José Bonifacio.

Então ele a aceitar, na sua folha, as digressões políticas dos Andradas!

E, diante de todos, afirma e promete repelir tudo que viesse da facção contrária.

Mas, quando rompe francamente a luta entre José Bonifacio e Ledo, o carater do franciscano se mostra de uma cambiancia desoladora. Em outubro de 1822, o velho Andrada, com aquele ruidoso golpe da sua demissão do ministerio, consegue afastar d. Pedro do Grande Oriente, perseguindo rancorosamente os liberais. E' aberta a devassa contra a maçonaria. Acusa-se gremio maçónico de francas idéias demagógicas. Frei Sampaio é chamado a depor e depõe conforme os desejos e os interesses do poverno. Conta que fôra ameaçado, por ter publicado, no **Regulador**, artigos contrarios aos principios republicanos. E acaba apontando os autores das ameaças: José Clemente, Ledo, Costa Barros, Alves Branco, Tomás Tinoco, etc.

Apaga-se daí por diante a figura politica do frade de Santo Antonio. Ninguem mais o vê nos gremios e nas ruas, agitando e conspirando. Recolhe-se à sua cela, retraído, mudado, como se vivesse envergonhado do epiteto de traidor com que os liberais o apupavam.

Em frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio não ha somente o vulto politico: ha tambem o relevo intelectual.

Foi tão grande como S. Carlos, Monte-Alverne e Rodovalho, na tribuna sagrada. Era a eloquencia fumegante, o surto tropical da palavra incandescente. Talvez o mais espontaneo dos oradores do seu tempo. Poucos tiveram, lá no convento, a produção tão facil e tão exuberante. Conta Macedo que, quando queria escrever um sermão, Sampaio tomava duas, três ou cin-

co folhas de papel, dobrava-as como os estudantes as dobram em caderninhos, sentava-se à mesa e, sem emendar, sem corrigir, ia terminar justamente na ultima linha da derradeira folha.

Frade politico, devia ser diferente dos seus companheiros de confraria. Frei Sampaio sentia necessidade de dinheiro para os gastos da vida secular. E ganhava-os escrevendo sermões, por quatro mil réis, para uma clientela de padres que brilhavam à sombra do seu talento. Deixou mais de trezentos discursos manuscritos hoje completamente desaparecidos.

Com aquele arrojo de agitador, aquele mixto de mundano e religioso, com aquela cultura classica dos conventos, devia ser uma criatura encantadora e impressionante. A d. Pedro I, no viço da sua mocidade galante, não sobrava tempo para as conquistas de todos os rabos de saia que coleavam à sua sensualidade de filho de d. Carlota. No entanto, o principe, quer como regente, quer como imperador, era o mais assiduo dos hospedes da cela illustre do capuchinho. Entrava ao anoitecer e de lá só saía às dez da noite, ouvindo os artigos que o frade escrevia para o **Regulador**.

A 13 de setembro de 1830 Sampaio morreu, de um ataque de apoplexia. Enterraram-lhe o corpo no proprio convento de Santo Antonio, entre as capelas das Dores de Nossa Senhora e do Senhor da Cana Verde, ao lado da sepultura de frei S. Carlos, desaparecido um ano antes.

A morte apaga tudo e, às vezes, até os odios partidarios. Os liberaes de Ledo esqueceram a traição do redator-chefe do **Regulador**. Houve, entre eles, o gesto gentil de levantar a figura patriotica do frade. Janeiro da Cunha Barbosa encomendara-lhe o corpo, à beira da sepultura, comovidamente, chorando e, oito dias depois, o **Diario Fluminense**, esquecido dos rancores

do passado, perdoando tudo, noticiou a morte de Sampaio, dizendo que a memória do grande franciscano não podia ser equivocada ao publico, "porque nunca deixamos de recomendar ao conhecimento do mundo aqueles brasileiros que servem de honra á sua patria".

E, em derredor do nome de frei Sampaio, acendem-se então os entusiasmos. Uma figura daquela ordem pertencia ao povo, e não a um convento! Os seus restos mortais não podiam ficar na obscuridade de um claustro! Que viessem aqui para fora!

E levantou-se a idéia de uma homenagem cívica — o encerramento dos ossos do capucho patriota numa rica urna, em cemiterio publico.

E a subscrição foi aberta estrondosamente. Os promotores da homenagem correram ao entalhador Adriano, na rua Senhor dos Passos, e encomendaram a urna (1).

Os ossos de frei Sampaio não podiam, naquele momento de entusiasmo aceso, sair do tumulto. Era necessario esperar que o tempo transformasse o cadaver em esqueleto.

Mas o tempo apaga tudo facilmente, mais facilmente as patriotadas. Quando os ossos de frei Sampaio estavam no ponto de ser retirados da sepultura, a quadra era outra, outros ardores e preocupações, e ninguém mais se lembrava do compromisso cívico de poucos anos antes, nem da urna nem do frade.

Todo o mundo tem um admirador a acompanhá-lo até o outro mundo. Frei Sampaio teve-o. Esse amigo, de que a historia não conserva o nome, pediu, insistiu e retirou-lhe os ossos do convento e, sobraçando-os correu ás oficinas de entalhador do Adriano.

(1) Macedo.

Mas o Adriano era um homem rude.

Não compreendia o alcance e delicadeza morais dos preitos civicos. A urna não lhe saía de casa sem os cobres.

Uma entaladela aquilo! Onde cavar o dinheiro? Como exigir as cotas da subscrição, se o entusiasmo já havia esfriado lamentavelmente?

— Não sei. Sem os cobres é que a urna daqui não sai.

— Guarda-me os ossos por uns dias. Vou ver se consigo alguma coisa dos subscritores.

— Lá isso posso fazer.

O admirador de frei Sampaio nunca mais voltou. Nada conseguira.

O Adriano roía-se. Roubado! Tanto trabalho, tanto capricho, em fazer da urna uma obra d'arte, e por fim, ter que ficar com ela e mais o estafermo daquele esqueleto desarticulado.

E queixava-se a toda a gente. Um dia alegre-se. Contam-lhe que o dr. José Mauricio Garcia filho, procurava uma urna para encerrar os ossos de seu pai, o celebre padre José Mauricio.

Corre à casa do medico. Trá-lo à oficina e entra em ajuste.

O diabo eram aqueles ossos. E o pobre entalhador conta a historia.

O filho do padre José Mauricio estava a escrever as suas **Lições de Anthropotomia**. Que bela coisa seria um estudo do craneo do frade patriota!

— Quer você dar-me esta cabeça?

— O esqueleto todo, sr. doutor.

— Quero a cabeça apenas.

O resto dos ossos ficou com o Adriano. Anos de-

pois o entalhador morre. A oficina desaparece e os ossos de frei Sampaio extraviam-se para sempre (1).

Só resta o craneo e esse magnificamente estudado nas **Lições de Anthropotomia** do dr. José Mauricio Nunes Garcia.

(1) Macedo.

A INTELIGENCIA DO INCONFIDENTE

A natureza é inexoravel nos seus caprichos. Assim como talha criaturas para os surtos, molda outras irremediavelmente para as sensaborias da vida.

Tiradentes é uma figura nascida com pouca sorte. Vem, por mais de um século rolando na historia e, até hoje, a historia não fez justiça aos seus grandes gestos e às suas virtudes cívicas.

Há ainda hoje quem lhe negue tudo: o desassombro em tramar a conjuração mineira, a grandeza d'alma em chamar para si as responsabilidades totais do movimento, a confiança no seu papel, a coragem inflorada ao subir à forca, a resignação de martir, tudo. E, não satisfeita com isso, a historia, quasi sem dissonancia alguma, nega-lhe até as qualidades de inteligencia.

Ainda hoje, o grande sacrificado da inconfidencia de Minas é apontado como um ignorantão. E' esse o conceito geral entre quasi todos os historiadores do movimento mineiro.

A injustiça é flagrante. Tiradentes nunca foi a cavalgada que se propala.

Numa rebelião da ordem da de 1789, em que havia figuras da estatura intelectual de Alvarenga Peixoto, Claudio Manoel da Costa, Gonzaga, conego Luiz Vieira da Silva e outros, Tiradentes não podia ser uma personalidade de alta predominancia mental..

Mas, nem por isso, se lhe pode chamar a besta chapada que muita gente imagina ele ter sido.

A respeito da cultura de Tiradentes ha ainda um ponto de interrogação na historia.

Ninguém sabe as escolas que cursou quando menino e rapaz. Acostumaram-se os cronistas a julgá-lo um tipo inferior, e não mais se cuidou de apurar a verdade.

Não é, porém, provavel que o martir da Inconfidencia tivesse tido uma educação completamente descurada. Os seus pais possuiam recursos para o educar.

Ha, na **Revista do Instituto Historico**, um documento interessante a esse respeito. E' o inventario dos bens de dona Antonia da Encarnação Xavier, mãe do futuro sacrificado da conspiração de Minas.

O inventario é de 1756, data em que Tiradentes tinha apenas oito anos de idade. O inventariante é Domingos da Silva Santos, pai do futuro alferes e marido de dona Antonia.

Por aquelle documento se vê que o casal, se não é rico, é, pelo menos, remediado. E' possuidor da fazenda agricola do Pombal no Rio Abaixo, municipio de S. José d'El-Rei. Na fazenda trabalham trinta e cinco escravos. Estende-se, nos seus dominios, uma lavra de terras minerais, tudo de propriedade do casal. Entre os bens inventariados lá estão um prato e jarro de prata para lavar as mãos, galhetas e talheres tambem de prata, sinal de abastança na época.

Não ha quem não saiba como são avaliações em inventario — tudo pela metade ou pelo terço. O monte mór dos bens do casal progenitor da Silva Xavier é avaliado em mais de dez contos de réis.

Poder-se-á dizer que, apesar de remediados, os pais de Tiradentes não cuidavam da educação dos filhos. Mas Xavier da Veiga, nas **Efemerides Mineiras**,

cita outro documento em que se vê não ser isso verdade. O documento mostra que dois irmãos do sonhador da Inconfidencia eram padres. Não parece provável que o velho Domingos da Silva, tendo ordenado dois filhos, descurasse completamente da educação de um terceiro.

A historia, sobre este ponto, conserva-se muda.

Sabe-se precisamente o ano em que Tiradentes derredor de sua adolescencia. Vamos depois encontrá-nasceu — 1748. Ha, porém, uma profunda treva em lo em Minas Novas, arvorado em mascate, já homem feito, mercadejando de vila em vila.

Se, nesse tempo, tinha ou não o polimento das escolas, tudo está por apurar-se. Pereira da Silva afirma ter ele viajado pela Europa e pelos Estados Unidos, voltando ao Brasil inflamado das idéias liberais que incendiavam o mundo. A informação parece leviana, pois não ha nenhum documento que a confirme.

Na profissão de mascate, Tiradentes é homem de pouca sorte. Não progride e é preso por dividas, segundo muitos cronistas.

Parece que são os desastres de negociante a empurrá-lo para a farda. Ha quem lhe atribua essa resolução a um caso de amor (1).

Tiradentes, em S. João d'El-Rei, amou perdida-mente uma moça, filha de pais portugueses, abastados. Os preconceitos de côr e os preconceitos de fortuna, predominavam mais do que nunca. Ele era de côr morena, e pobre. A opposição dos pais da moça não pôde ser vencida. Arreliado, desiludido, corre a pôr nas costas a farda do regimento de dragões.

Onde e quando a sua alma se inflamou pelas idéas

(1) Martinho de Freitas — *Memorias Historicas*.

republicanas? No ambiente do quartel? Nas peregrinações de mascate?

Joaquim Felicio dos Santos, na Revista do Arquivo Mineiro, parece esclarecer o ponto. Quando mercador ambulante, Tiradentes foi, muitas vezes, à Baía, refazer o sortimento de mercadorias, para os seus negócios. A capital baiana, o primeiro ponto de entrada da maçonaria no Brasil era, na época, o centro de eferescencia maçônica. E, naquele tempo, as lojas da maçonaria eram verdadeiras oficinas revolucionárias, verdadeiros centros de cultura, sob a influencia das idéias reformadoras, sob o influxo novo dos enciclopedistas que transformaram o mundo.

Numa daquelas viagens, Tiradentes fez-se maçom e, na atmosfera crepitante das lojas, formou o seu espirito de revolucionario liberal.

A sua vida de militar foi amarga e dura.

No século XVIII, Portugal, insaciavelmente, explorou o Brasil. Explorou-o em tudo: no ouro, nos diamantes, na incultura imposta, nos cargos publicos. O brasileiro não tinha direito de subir. No exercito, só os portugueses conseguiam os melhores postos.

Com uma vida militar exemplarissima, Tiradentes, sofreu as mais cortantes injustiças. Não sabia pedir, não sabia adular, e o preteriam nas promoções.

Não passou de alferes. Valeriano Manso, seu furriel, tomou-lhe a frente, conquistando o posto de tenente. Antonio José de Araujo, que ele viu furriel, subiu a capitão, nas suas proprias barbas. O cadete Fernando Vasconcelos fez-se alferes da noite para o dia.

Esses dissabores constantes deviam-lhe ter arranhado fundamente a alma, acendendo-lhe os impetos de independencia, despertando-lhe o sonho de um país emancipado, onde houvesse justiça e premio às virtudes.

Nenhum estudo foi feito até hoje para se aquilatar, com precisão, dos dotes de cultura do admirável sacrificado da conjuração mineira.

E' bem possivel que esses dotes fossem poucos, mas ninguém negará que Tiradentes tivesse sido uma criatura inteligentissima, de uma intelligencia clara e avançada, superior ao meio em que viveu.

Não falemos das suas incontestaveis habilidades de dentista. Não há noticia de ter aprendido a cirurgia dentaria e, no entanto, os cronistas são unanimes em afirmar ter sido ele um habilissimo cirurgião, "que tirava os dentes com a mais sutil ligeireza e ornava a boca de novos dentes, feitos por ele mesmo, que pareciam naturais", segundo a informação dada por frei Raimundo Penaforte, aquele estranho frade que lhe assistiu aos ultimos momentos. E, naquela época, no Brasil, isso constituia um verdadeiro assombro.

Não falemos das suas qualidades de medico, das suas curas felizes entre a pobreza, fatos que ninguém contesta e todos apontam.

Falemos apenas de Tiradentes engenheiro, Tiradentes homem de larga iniciativa.

Os documentos da historia, neste particular, são positivos. Tiradentes era considerado, no seu tempo, uma competencia em assuntos mineralogicos. Em 1784, o governador Luiz da Cunha Menezes incumbiu o sargento-mór Pedro Afonso Galvão de S. Martinho de proceder a uma "exatissima averiguação" nos sertões de léste de Minas. Para acompanhar o sargento-mór escolheu-se o alferes republicano. Lá está no officio do governador ao coronel Manoel Rodrigues da Costa: "o mesmo (Pedro Afonso Galvão de S. Martinho) leva para o acompanhar o alferes Joaquim José da Silva Xavier, que se acha destacado na ronda do

Mato, visto Vmcê. também me dizer que ele tem intelligencia mineralogica”.

Esse “tambem” mostra a boa fama de Tiradentes no assunto.

Mas não é só como minerador que ele se firma um homem de intelligencia incontestavel. E’ com trabalhos mais largos, com iniciativa mais vasta.

A primeira vez que Tiradentes veio ao Rio, já militar, ficou deslumbrado pela grandeza e pela riqueza da cidade. O Rio de Janeiro, na época, tinha apenas cincoenta mil habitantes, mas era já a maior e a mais bela cidade brasileira.

Num lancear de olhos, o humilde alferes mineiro imaginou o progresso futuro da capital do Brasil. O Rio desenhou-se-lhe no espirito de super-homem com a grandeza e o vulto de hoje. Havia de ser, no correr de um século, uma das maiores e mais belas capitais do mundo.

E reparem bem isto: Tiradentes teve a visão que se não tinha ainda: uma cidade como o Rio, com o futuro do Rio, exigia, com urgencia, um perfeito abastecimento d’água e um porto onde não faltassem trapiches.

E em 1788, quando volta ao Rio, propõe, ao vice-rei Luiz de Vasconcelos, a construção de vastos trapiches na Saúde e a canalização dos riachos Maracanã e Andaraí para o abastecimento da cidade.

E’ preciso considerar, com justiça, esse fato, e pensar, no seu valor, as duas propostas. Só podem ser de um homem de intelligencia admiravel. Raros serão os engenheiros do século XX que, ao passar rapidamente por uma cidade, sem conhecimento da sua topografia, consigam perceber, de um golpe, não só as suas necessidades de abastecimento d’água como os meios de solucionar-las.

Que Tiradentes não era um visionário, que teve, em pleno século XVIII, a verdadeira visão comercial do Rio futuro, aí estão, para prova, as obras do porto, só começadas no século XX, como uma necessidade imprescindível do commercio.

E, através dos séculos futuros, só vêem as intelligencias privilegiadas...

Não se sabe bem qual foi a impressão que as propostas de Tiradentes causaram ao vice-rei. Luiz de Vasconcelos era homem de certo gosto, mas era também cortezão. Um simples alferes provinciano não lhe devia merecer grande importancia. O certo é que, por isto ou aquilo, enviou as propostas a Lisboa, ao Conselho Ultramarino. Em Portugal os planos do republicano mineiro foram levados a sério. O Conselho, tomando-os em consideração, devolveu os papéis ao vice-rei para informá-los.

Que Tiradentes foi homem de talento, não se pôde ter duvida. Os proprios historiadores que o apodam de cavalgadura, dizem-no orador vibrante, eloquente, arrebatador de multidões.

E só podia ser uma intelligencia de imenso vulto. Só uma grande intelligencia podia ser irmã daquela esplendida alma desassombrada, que, diante da morte, sorri, tranquila e, diante da miseria dos companheiros, consegue ter alento para perdoar.

BRACELETES, BRINCOS E BERENGUENDENS

— Sobe comigo e vamos ver a coleção de joias antigas do José Mariano, — dizia-me o Paulo Filho, arrastando-me pelo braço. — São mais de mil e duzentas peças, pesando mais de vinte quilos de ouro e prata. E' um caso sério.

Estavamos à larga porta envidraçada do Clube dos Diarios, onde se realizava a exposição de historia e arte das nossas épocas monarchicas.

Eu andava realmente na angustia de um instante disponivel para visitar a exposição. Subimos.

Os imensos salões do antigo Casino, naquela tarde sufocante de janeiro, estavam silenciosos e vazios. Aqui, acolá, olhando os objetos d'arte e os retratos dos grandes vultos, que pendiam das paredes — um ou outro visitante.

Paulo Filho andou por ali como se já lhe fossem habituais os escaninhos da exposição.

— As joias estão lá nos fundos.

Chegámos à vasta sala de estilo corintio, toda ornada de retratos, bustos e coisas raras.

— E' aqui.

Estavamos diante de cinco estantes de cristal, atulhadinhas de prata e ouro, refulgindo e coruscando numa fogueira de diamantes, crisólitos, safiras e rubis.

A historia das nossas riquezas do século XVII e

do século XVIII sempre tivera, dentro de mim, uma impressão de lenda. Os tesouros nababescos daquela quadra delirante da mineração de Minas, Goiás, Baía e Mato Grosso, quadra maravilhosa que estarreceu e ofuscou o mundo inteiro, pareceram-me sempre um pedaço de **Mil e uma noites**, transportado para a história patria pela imaginação tropical dos escritores.

E' que eu os tinha visto, até hoje, apenas através dos livros. A imaginação tem uma grande queda para positivar as coisas. Eu ainda não tinha tido ocasião de ver, objetivada, a fulgurante realidade da nossa grandeza passada.

Mas, diante daquele turbilhão de joias, que a paciência e o bom gosto de José Mariano colecionaram, todo o quadro das nossas éras de fastigio, de riqueza, se iluminou, claramente, aos meus olhos obumbrados.

Só aí compreendi a realidade historica das nossas maravilhas de antigamente.

Aquelas joias valiam-me mais que um milhão de monografias, que toda uma biblioteca de narrativas exatas. Ali estava o Brasil dos tesouros da fase de d. João V e da fase de Pombal.

Era tudo verdade, o que se contava dos tempos idos. E, joia por joia, ia-me acordando na memória a evocação daquelas quadras.

É uma por uma das narrativas historicas, que sempre me deram a impressão de fabulas, desdobraram-se-me aos olhos, cristalizadas e verdadeiras.

É, durante minutos, vivi no seculo XVIII. Vi as catas auríferas, o labor de milhares de escravos, de milhares de aventureiros, ansiosos, febrís, suando, cavando, a desviar os caudais dos rios para tirar, da terra maravilhosa, a maravilha dos tesouros nunca vistos. Vi os imensos palacios dos mineradores nababescos, homens que dispersavam fortunas num gesto; o fausto

das festas, o fausto da hospitalidade, a munificencia do desperdicio. Brilhrou-me aos olhos a grandeza rutilante de Felisberto Caldeira, com o seu traço de bom gosto e o seu traço de fidalguia, a andar nos salões reluzentes da Casa do Contrato, acotovelando fidalgos empoados que a noticia dos diamantes arrastava de Portugal; e vi as festas nos seus solares, as noites de bailes nos seus salões, requintadamente **chics**, tão **chics** como os mais aristocraticos salões da Lisboa da época; as moçoilas nobres da capital portuguesa, transportadas para o Brasil ao cheiro do ouro, dançando o minueto ao som do cravo, pela mão dos fidalgotes apaixonados.

Compreendí a figura de Chica da Silva, simples mulata que fôra escrava, mimada, adulada, por ser amante de João Fernandes de Oliveira, o mais rico contratador de diamantes daquelas épocas. Compreendí todo o luxo do seu viver, a sua imensa csacara, onde vogavam, em lagos rasgados, frotas de gondolas à moda de Veneza; a sua capela magnifica, o teatro construido no seu palacio; o seu poder, o seu estupendo poder de conservar, curvada a seus pés, toda uma onda de fidalgos portugueses ansiosos pela honra de lhe beijar as mãos.

Compreendí o capricho maluco de d. João V, pagando ao papa milhões e milhões de cruzados pelo titulo de rei fidelissimo. Numa colonia, em que havia tanto ouro e tantas gemas, podia um rei ter maluquices daquelas!

E, não sei quanto tempo, alí fiquei a olhar aqueles longos brinços de diamantes das damas ricas de antigamente, brinços tão longos que lhes deviam alcançar a curva das espaduas. Eram os mais caprichosos, sempre longos, sempre enormes, dos motivos mais variados, belos sempre. Uns tinham a forma vulgar dos pin-

gentes, outros — de ramos e galhos exóticos, alguns — de animais articulados da fauna dos museus.

Paulo Filho acordou-me das evocações.

— Vem ver a vitrina de joias das negras do passado.

Os meus olhos surpreenderam-se. Havia a predominância do ouro e uma certa ausência de pedras. Mas, era o ouro no seu peso e em todas as aplicações: em cordões da grossura de polegares, em elos semelhantes aos das correntes de máquinas, em argolas colossais, em braceletes cinzelados de quasi um palmo, em miudezas das figuras mais exóticas.

— Vê como foram ricas as nossas negras, disse-me Paulo Filho, diante da vitrina. Estas joias são das negras baianas e das negras mineiras. Tudo isto é maciço e solido. Sente-se o peso, a preocupação do tamanho, mas ninguém pôde negar o grande sentimento decorativo. Olha estes braceletes — parecem copos de espada; estes cordões, estas rosetas. Estou vendo a negra, de sêda, volumosa nas suas banhas, a camisa rendada, como ainda hoje se vê lá na Baía, a chinelinha na ponta do pé, o manto da Costa atravessado aos ombros, com todos estes cordões pendentes do pescoço, com todos estes copos de ouro a cobrir-lhes o braço, até as axilas. Como eram ricas as nossas negras do século XVIII!

A riqueza das negras brasileiras, no tempo de d. João V e no tempo de Pombal, foi uma das coisas que menos me podiam entrar, como verdade, na cabeça. Segundo as crônicas, essa riqueza, em Minas e na Baía, chegou a scandalizar o proprio meio que era o do fastigio delirante.

Diante daqueles cordões, braceletes e pulseiras, a realidade saltava-me aos olhos. E, só aí, percebi as medidas de Portugal para tolher o luxo dos homens e das

mulheres de côr. O desperdício, dos tempos do ouro e dos diamantes, foi tanto que sobrava até para os escravos. As negras e as mulatas, as mais belas, as de penhores amorosos, viviam cobertas de bretanhas, cambraias de Holanda e joias, andando em liteiras mimosas pelas ruas dos arraiais auríferos. Era um desembaraço que a côrte portuguesa tratou de sufocar. Fizeram-se então as leis com o rigor da quadra: prisões, confisco, degredou para a Africa e para a India. Apesar de tudo, o luxo continuou:

Em frente àquela vitrina, as evocações empolgavam-me. Tive a nítida visão do que tínhamos sido, da antiga munificencia que até chegava para os cativos. E a figura de Chico Rei despiu-se-me do seu halo de fantasia.

Vi-o humano, real, sob os coqueirais africanos, rei supremo, cercado da sua tribu de negros; depois preso, com todo o seu povo, pelos negreiros lusos, atirado no porão de um navio como escravo, em rumo do Brasil. E ei-lo entre nós, vendido para Minas, com a familia inteira, enfesado, roído no seu orgulho de monarca que, de um momento para outro, é transformado em cativo. Lá está ele em Minas, no eito, de almocafre em punho nas catas, cavando o ouro para o seu senhor, mas trabalhando mais do que lhe exigem, na ansia de economizar migalhas que, junto a outras migalhas, formarão a quantia necessaria para comprar a liberdade. Ei-lo já fôrro, trabalhando, trabalhando para libertar o filho mais velho; e eis pai e filho mourejando para alforriar outro descendente. E toda a familia está livre agora, mas trabalha para a libertação das primeiras figuras da tribu. De tempo em tempo se forra um negro. E a tribu trabalha tanto que enriquece vertiginosamente. Constrói então uma igreja, onde se fazem festas pomposas. A sorte dos negros de outras nações

comove o coração de Chico Rei. Se é rico, se a sua gente é rica, por que não ir em auxilio das criaturas de sua côr?! E, nos dias de festa da sua igreja, manda que mulheres e os homens tragam os cabelos empoados de ouro. Ha pias de agua-benta espalhadas no templo. Os fiéis lavam os cabelos nas pias, e o ouro em pó, depositado no fundo, é vendido para libertar os escravos.

Diante daqueles mostruarios atulhados de ouro dos negros, quem podia duvidar da veracidade da historia de Chico Rei, que anda em Minas como lenda?

Paulo Filho levou-me a outra estante de cristal.

— Repara. São os **berenguendens** das negras baianas.

Olhei e reolhei as joias. Os **berenguendens** constam de uma seção de arco, decorada com mascaras, estrelas e objetos exóticos, tudo pequenino e de prata. A parte inferior do arco tem uma haste, também de prata, com pequenas depressões. A cada depressão corresponde a argolinha de uma figura cinzelada — é o **berenguem**. Os motivos das figurinhas são os mais variados e estranhos. São a flora e a fauna indígenas e exóticas: maracujás, cajús, bananas, romãs, nozes, porcos carneiros, cachorros, peixes. E também os objetos do culto religioso: relicarios, crucifixos, cruzes; motivos de bruxaria: signo de Salomão, manipanços, dentes de animais, figas, etc.

— Vejo nos **berenguendens**, fala-me Paulo Filho, como que um resumo da vida das negras ricas da minha terra. Os **berenguendens**, elas os traziam pendurados a um lado da cintura. Repara bem o que representam. Parece que cada um deles é uma pagina da historia de cada negra. Cada uma destas figuras é a expressão de um sentimento. Esta figa é para afugentar maus olhados, esta ferradura para dar felicidade. Parece que não ha nada aqui que não resuma uma in-

tenção. Aqui está este pé. Naturalmente a negra torceu o pé e mandou cinzelar um pésinho de prata; este cachorro, um cachorro de estimação; este braço, um braço doente que sarou. A intenção é evidente: nós é que não compreendemos. Aqui estão os motivos de bruxarias: chaves, manipanços, dentes de animais, etc. Os negros foram sempre muito dados aos feitiços. Olha estes tambores, estas gaitas. São objetos do rito da religião dos africanos. Nós é que não podemos decifrar o que isto diz.

Ia começando a anoitecer.

Paulo Filho segurou-me pela braço, arrastando-me:

— Vamos para a rua. Isto aqui me está fazendo umas duvidas na cabeça.

Arregalei os olhos como a pedir-lhe uma explicação.

— Sim, fico vacilando se desejo ser o José Mariano que hoje possui estas joias, ou se uma das negras do passado que as possuíram.

O VALIDO D'EL-REI

Dom João VI, quando viveu no Brasil, teve duas afeições sinceras: à filha, dona Maria, e ao conde de Paratí.

A' infanta era o bom amor de pai: prole, teve-a ele não pequena, mas, só nas veias daquela filha, sabia com certeza, correr o seu bragantino.

Dona Maria era a sua confidente, a amiga e muitas vezes a conselheira ouvida e acatada.

Ao conde de Paratí, a afeição do monarca tinha também um quê de paternal.

Houve certo tempo que d. João não podia passar sem o conde. Queria-o alí, bem junto da sua real pessoa; não mexia uma palha sem ser por intermedio do seu valido. O conde dormia, comia e vivia no paço.

Até 1817, d. João não tinha bem a noção do que fôsse a maçonaria. No seu espirito existia certamente um pouco do grande horror que a côrte carola de sua mãe tivera ao "pedreiro livre".

Para o fundador do reinado brasileiro a maçonaria era apenas um ninho de herejes — criaturas confabulando com o "bode preto", e, à noite, reunidas em conferencia com o rei das trevas. Não ia além o seu conceito.

Só ao rebentar a revolução pernambucana, a maçonaria se lhe desenhou como instituição politica. A conjuração republicana de Pernambuco germinára,

crescera e estalara numa loja maçônica: eram maçons todos os seus vultos predominantes.

D. João ficou aterrado. Ah! não era só com o “bo-de-preto” que se entendiam os “pedreiros”?! Era também com os homens, com os tronos, com os reis?!

E abriu uma campanha tremenda contra as lojas. Com aquele pavor de fracalhão, que o fez o monarca mais covarde de sua raça, tomou todas as medidas de tolhimento às expansões maçônicas. Na toga do desembargador José Albano Fragoso criou o juízo da Inconfidência. A devassa, que se fez, assustou toda a cidade. José Anselmo Corrêa, espião do governo, denunciou meio mundo.

A praga dos “pedreiros livres” estava muito mais disseminada do que o soberano imaginava. Até os nobres, até os fidalgos da intimidade do paço tinham ligações com as lojas. Estava o mundo perdido!

Um dia sua majestade cai das nuvens. José Anselmo traz-lhe dois nomes da propria camara real: o marquês de Angeja e o conde de Paratí.

D. João pula da cadeira. O conde de Paratí!

— O Miguel! não é possível!

— E' verdade! insiste o espião.

— O Miguel, que vive aqui comigo, que não sai de perto de mim, que come e dorme aqui no paço — “pedreiro livre”!

— Da loja S. João de Bragança, a que estão ligados os elementos militares de Portugal.

As provas eram indiscutíveis. El-rei ficou apavorado. O Miguel!...

Ao marquês daria o castigo pronto. Angeja pagaria o desaforo bem caro, com a sua prata, que era bela e rica, transferindo-a inteirinha à coroa.

E ao conde, que não possuía prata nenhuma e que, de prata, só se servia da da casa real?!

E mandou chamar o valido a sua presença.

O conde de Paratí não pôde mentir. D. João estourou numa descompostura escachante. Ah! aquilo não ficava assim só! Não queria, ali no paço, nem sombras, nem cheiros do "bode". Ia dar ao favorito um castigo tremendo, que representasse, aos olhos dos palacianos, uma humilhação estrondosa.

Nestas coisinhas sem monta, a realza do marido de Carlota Joaquina era, às vezes, de energia heroica. Que o conde corresse imediatamente à Ordem 3.^a de S. Francisco da Penitencia e tomasse o habito da Ordem!

Dias depois era festa na Quinta da Boa Vista. No meio dos fardões de gala, por entre as saias pesadas das fidalgas, o conde de Paratí appareceu vestido com a ópa de S. Francisco. Por detrás dos leques muito sorriso se abafou. O dia inteiro, enfiado, corando a cada saudação, o valido passeou os corredores e os salões com aquella véstia.

Ordem d'el-rei, castigo de sua majestade!



Mas o conde de Paratí não se corrigiu. Da maçonaria, é verdade, ficou completamente sarado. Nunca e nunca mais quis ouvir nem noticias dela.

Mas o seu nome, anos depois, estrondou num novo escandalo.

Agora já não é mais o "bode preto" que o leva às iras do seu monarca, é o rabo de saia pecador de uma mulher airada.

D. João, ao começar a velhice, era uma criatura insuportavel de aturar-se. Quem lhe servisse de secretario tinha o dia inteiro tomado, ali junto à sua real

peessoa, ora bocejando, ora trabalhando, mas sempre ali.

Pelo conde de Paratí a sua simpatia era funda. Não lhe sabiam bem as horas sem o fidalgo; nada fazia sem que o conde estivesse ao seu lado. Um momento de ausencia, por mais insignificante, lá estava o monarca insistindo.

— Onde está o Miguel? Chamem-me o Miguel.

E ao pobre moço não sobrava tempo para nada. Um pulo à cidade, um passeio, uma palestra com um amigo, com uma dama, nada e nada disso podia fazer. Quando ia dormir estava mais cansado que um negro da escravatura e, logo bem cedo, no dia seguinte, lá despertava às pressas para seguir os passos do soberano.

Mas o conde de Paratí era moço. Um rapaz tem necessidade de arejar...

Havia, naquela época, no Rio, uma mundana que se dava ao luxo de partilhar o seu leito com os fidalgos da côrte. A cidade, não sei por que, conhecia-a pelo apelido de Lanterna.

O conde, dentro das paredes da Boa Vista, foi informado da generosidade amorosa da rapariga. Mas não podia despregar-se dali, de junto d'el-rei. Nem mesmo à noite conseguia dar a sua escapula. Se d. João acordasse e tivesse alguma ordem a dar-lhe...

E resolveu a dificuldade prontamente. Meteria a Lanterna, tarde da noite, no seu quarto, proximo ao do rei.

Inculcadores, onze letras habeis, não faltavam. Tudo se fez, tranquilamente, por meses.

Mas, um dia, a coisa estalou. D. João soube de tudo.

— Miguel! Então uma mulher publica, aqui, no paço!

O moço baixou a cabeça, mordendo os beiços.

— Fala! fala! Então não me respeitas, então não respeitas a casa! Logo aqui! logo aqui! fala!

O conde sacudiu-se numa revolta e despejou, num desabafo:

— Pois se vossa majestade não me dá tempo para nada. Não tenho um instante para sair. Eu sou moço e solteiro.

A fisionomia de d. João perdeu rapidamente o tom de colera. O rapaz tinha razão. Não se lembrava que o prendia o dia inteiro, a noite inteira.

— Pois casa-te, Miguel!

O fidalgo teve um sorriso trespassado de amargura. Aquilo era bom de dizer. Como casar, se não tinha casa, nem posses para sustentar família?

— Lembre-se vossa majestade que sou filho segundo.

Mais tarde d. João contou a cena à sua filha, dona Maria Tereza. Hein? que tal? O rapaz precisa casar!

A infanta era um espirito pratico. Não havia nenhuma dificuldade naquilo. O Miguel podia casar com a condessa de Barreiros.

— A pensão que a condessa recebe como viuva do conde de Barreiros, junta ao que Miguel ganha aqui no paço, dá muito bem para eles viverem.

Boa lembrança!

No dia seguinte, o rei mandava o seu valido ao marquês de Valada pedir a filha, a condessa, em casamento.

Oito dias depois estavam casados.

A condessa, que era linda e, já beirando a casa dos trinta, entrava nessa quadra maravilhosa em que as mulheres têm o condão de amar e de se fazerem amadas.

D. João não podia afastar-se do seu favorito. O casal veio morar nos baixos da Quinta e, até a comida, era a mesma das panelas reais.

El-rei não mais se arreceou da maçonaria nem da Lanterna. Para o “bode preto”, lá estava a ópa da Ordem de S. Francisco da Penitencia; para a mundana tentadora, lá estavam os braços amorosos da condessa de Barreiros.

SAIAS PODEROSAS

Dona Mariana de Verna Magalhães, na ponta dos pés, na meia sombra do quarto, aproximou-se do barão de Inhomerim e disse-lhe qualquer coisa aos ouvidos.

Ele teve um choque e ergueu nervosamente a voz, sem se lembrar que estava diante de um leito de enferma.

— Mas não convém! Será uma imprudencia!

Dona Mariana deixou cair os braços:

— Ela está lá em baixo, a teimar, a querer entrar.

Nesse momento a imperatriz, de olhar em febre, o rosto dolorosamente desfigurado, ergueu dos travesseiros a loira cabeça desgrenhada, interrogando:

— Que é? que foi?

Acordara às palavras bruscas do medico e ouviu-as distintamente.

Eles calaram-se. Mas o olhar da doente envolveu-os, combalidamente, numa supplica.

Dona Mariana teve um impulso de coragem.

— E' a marquesa, a dona Domitila, que quer entrar para visitar vossa majestade.

O corpo de dona Leopoldina tremeu subitamente, debaixo dos lençóis. Uma tosse seca sufocou-lhe a garganta, o sangue tingiu-lhe o rosto cadaverico, e uma exclamação de espanto saiu-lhe da boca tremula:

— Ela!

E quís erguer-se da cama. Os seus dedos ainda crispavam no colchão, mas tombou o busto sobre as almofadas, exausta, resfolegante, com duas imensas lagrimas a lhe descerem miseravelmente pelas faces.

Era no dia 9 de dezembro de 1826. No palacio da Boa Vista respirava-se um ar de dor e de tristeza. A imperatriz estava para morrer. Sentia-se como que uma asa negra em tudo; parecia que a alma de todos se tinha envolvido num sudario. Ninguém mais esperava que a enferma se salvasse.

A historia daquela doença andava pela cidade num tom de misterio e num prurido de maledicencia. Davam-na como o desenlace infeliz de um triste drama conjugal. Dizia-se nas ruas, abertamente, que d. Pedro, em novembro, dias antes de embarcar para o Rio Grande do Sul, fôra o protagonista de uma cena infame de alcova. Dona Leopoldina, abatida de humilhações, ferida profundamente pela mancebia escandalosa do marido com a marquasa de Santos, saira da sua resignação com uma palavra de revolta recriminadora. E o imperador, num daqueles impetos que tanto o celebrizaram, numa das suas tempestades epileticas de nervos, teria se botado estupidamente para a pobre senhora, espancando-a e pisando-lhe o ventre de mãe, que ia ser de novo.

Ninguém podia afirmar se era verdadeiro aquele rumor, mas toda a gente sabia que dona Leopoldina, tão boa e tão suave, tinha uma vida desgraçada, desde o dia em que a concubina imperial viera de S. Paulo. Alguma coisa de verdadeiro devia haver naquella historia. D. Pedro, na embriaguez pela marquesa, era capaz de tudo. Não podia negar era que havia partido para o sul, já deixando a esposa a gemer no leito de enferma.

O drama publico da vida conjugal da imperatriz

tinha-a feito uma figura de alta simpatia popular. Choravam-na aqui fóra como ela devia chorar lá dentro, na sua alcova de desprezada. Todo o mundo calculava a dôr formidável daquele pobre coração de mulher sofredora, dia a dia diminuida no seu amor proprio, humilhada publicamente pelo marido, tendo de sorrir a tudo e sorrindo com coragem e paciencia de uma santa.

Sabia-se, minucia por minucia, da sua grande tragedia intima. A imperatriz era uma martir. Nenhuma outra mulher por tanto tempo suportaria a infelicidade retumbante de uma vida tão amarga, obrigada a ouvir, em roda de si, o raçagar das saias preferidas pelo esposo e a estar em contato com a mulher ostentosa que lhe arrebatava o marido do lar.

A cidade inteira sabia quanto os olhos de dona Leopoldina tinham chorado na majestade da dor, e respeitava-lhe a desgraça. Quando começaram a aparecer as noticias da agravação da enfermidade da pobre senhora, o povo teve a impressão de que era uma santa que ia morrer. Os primeiros boletins, colocados à porta dos jornais, produziram o abalo de um acontecimento. Apagou-se de subito a alegria das ruas.

E dia a dia, as noticias chegavam mais assustadoras. A imperatriz piorava. Torciam-na, no leito, dores crudelissimas, perturbações gastricas, delirios de febre. Não dormia, não comia, a suar profusamente, o pulso alto, sacudida a todo instante por uma tosse seca que a matava. Já se tinham reunido, em conferencia, os grandes medicos da côrte.

Os boletins do barão de Inhomerim eram agora de uma gravidade impressionante. Dona Leopoldina soffria a marcha funesta de um aborto.

As noticias de 6 de dezembro foram mais tristes. A imperatriz ia cada vez pior, a febre crescera-lhe,

agravaram-se-lhe as perturbações dos nervos e do cerebro.

A ansiedade popular subia. Nas igrejas faziam-se rezas aflitas. De quasi todos os templos saíam procissões devotas. Levavam-se as imagens pelas ruas até a imperial capela, ao som de canticos e preces. Da Misericórdia tinham saído o Painei e o Crucifixo; de São Francisco da Penitencia — o Santo Patriarca; do Sacramento, Candelaria e Carmo — a Virgem Maria; da Conceição e Boa-Morte — o Cristo crucificado; da Sé — a Nossa Senhora do Terço.

Nas vizinhanças do portão da Boa-Vista o povo apinhava-se para ter noticias. Era a cidade inteira a fremir de interesse e solicitude.

E, no meio de tudo isso, eis que a marquesa de Santos vinha quebrar a majestade daquele respeito à imperatriz, teimando em visitá-la no seu leito de agonia. Era uma afronta, era um insulto.

O barão de Inhomerim chamou dona Mariana à parte:

— A senhora fez mal em falar na marquesa. A imperatriz vai piorar.

— Que fazer, se a mulher insiste lá em baixo!

Lá em baixo a marquesa de Santos estava como uma fêra.

Ao sair de casa para visitar dona Leopoldina, levava apenas, na sua inconciencia, o sentimento de piedade comum a toda a gente. Mas, ao chegar à escadaria da Boa-Vista, sentira a repulsa à sua figura. Acostumada a mandar, a ser obedecida naquela casa, porque mais mandava ali, aquilo abalou-a. Quando lhe disseram que não era permitido subir aos aposentos da imperatriz, nasceu-lhe o capricho feminino de contrariar.

Queria subir porque queria!

Uma dama do paço, pé ante pé, entrou no quarto da enferma, chamando dona Mariana. Era um recado de dona Domitila. A marquesa mandava dizer que havia mais de uma hora que esperava a permissão para entrar nos aposentos da imperatriz.

Dona Mariana voltou-se para o barão:

— Veja! Que se vai fazer?

— Mas isto é inqualificavel! exclamou Inhome-
rim, num impeto. Essa mulher não pôde entrar, não
consinto. Pois nem este momento ela respeita!

E saiu para o corredor. O marquês de Paranaguá
aproximava-se. O medico correu-lhe ao encontro:

— V. ex. tome conta do caso. A marquesa quer
entrar neste quarto. Não é possível. E' necessario que
alguem a dissuada energicamente disso.

— Ninguém melhor do que v. ex., que é o medico
de sua majestade, respondeu o marquês.

— Mas v. ex. é ministro. Impõe certamente mais
respeito do que eu.

O marquês ficou calado. O barão insistiu:

— Responda.

O outro pensou ligeiramente, e depois:

— Ha necessidade de impedir que ela entre?

— Ha. Seria a morte da imperatriz.

— Não ha meios suasorios de a convencer de que
aqui não venha?

— Não. Ela teima, insiste. E' um capricho.

— Bem. Pois então não entrará.

— Que vai fazer v. ex.?

— Impedir até pela violencia. Impedir, e — quem
sabe? — deixar de ser ministro.

Ouviu-se nesse momento um sussurro de saias
farfalhante. Era a marquesa que subia afogueada, agi-
tadamente.

O marquês de Paranaguá foi-lhe ao encontro, tomando-lhe o caminho.

— Que deseja v. ex., minha senhora?

— Visitar a doente.

Ele teve um sorriso de desculpa amavel:

— E' impossivel, marquesa, temos de obedecer às prescrições medicas.

— Mas eu sou dama do palacio, disse ela altivamente:

— Nem as damas do paço podem entrar.

Dona Domitila avançou. Paranaguá foi recuando, recuando como para impedir-lhe os passos, repetindo:

— Marquesa! Marquesa!

Ela avançava sempre. Ele teve um impeto, uma revolta. Atravessou-se diante da porta do quarto, abriu os braços e gritou-lhe roucamente, quasi na cara:

— Aqui não entra, não entra porque não quero!

A marquesa recuou assustada. Fuzilhou-lhe tremendamente o olhar, mediu-o dos pés à cabeça e, com os labios sem sangue, a tremer de raiva, virou-se para o corredor a caminhar e a repetir entre os dentes:

— Está bem! Está bem!

E sumiu-se escada abaixo, vibrante, a trepidar, no rumor espalhafatoso das suas saias poderosas...

NO CENARIO DO AMAZONAS

Diante dos cenarios da America os espanhois perdiam totalmente o juizo.

A conquista do Perú, a conquista do Mexico, são exemplos culminantes da avidez de um povo em pleno periodo da aventura desenfreada.

Ao defrontar com os panoramas amazonicos a avidez se transformava inteiramente em delirio.

Aquele grande drama de Lopo de Aguirre, nas margens do Amazonas, diante da natureza virgem, no ano de 1561, mostra quanto a opulencia do maior rio do mundo tinha o poder de enlouquecer as cabeças ambiciosas.

Ao pisar as terras americanas, os espanhois tiveram, a ofuscar-lhes os olhos, a lenda maravilhosa do Eldorado.

O reino fabuloso ficava não se sabia onde, com as suas estradas de areia d'ouro, os seus rios de ouro liquido, com o seu monarca Grão Moxo vestido de ouro em pó, torres e edificios de ouro maciço, tudo e tudo refulgindo deslumbradoramente.

A ambição da época não permitiu aos aventureiros compreender que o Eldorado era a propria America, e que espanhois, pisando o continente, tinham pisado na realidade da lenda.

Do Perú as expedições partiam ansiosas à procura do reino dourado. Ora internavam-se pelos sertões de

Nova Granada e Tunja, ora pelo Perú a fundo, ora pelos rincões do Orenoco, além dos picos da Parima. Era sempre para além da suspirada região do ouro...

Foi numa dessas batidas em busca do refulgente país de Grão-Perú, que a historia regista aquele drama horrível de Aguirre, nas praias do Amazonas, o primeiro drama politico desenrolado na terra virgem do grande rio.

O vice-rei do Perú, d. André Furtado de Mendonça, não perdia a esperança de encontrar o Eldorado lendario. Em 1560 organiza uma nova expedição, esta de 500 homens, sob o comando do capitão Pedro de Ursua. Ao que se dizia agora o Eldorado ficava para os lados do rio grandioso que Orelana correrá quinze anos antes.

A expedição desce o Hualaga, o Cocama e entra no Amazonas.

Nunca falta ao aventureiro a veia de bandido. Os homens da expedição de Ursua eram todos aventureiros.

O primeiro sinal de revolta deu-se ainda nas margens do Hualaga: Francisco Dias de Arles e Diogo de Frias, amigos de Ursua, mataram traiçoeiramente o capitão Pedro Ramiro. O chefe enforcou-os com uma tranquillidade inalteravel.

Adiante, depois da confluencia do Ucayale, Alonso de Montoia tenta levantar os companheiros e voltar ao Perú. Morre tambem garroteado.

Ao entrar no Amazonas, a disciplina do bando não existe mais. A flama da revolta queima todas as cabeças. Esperava-se encontrar o Eldorado nas primeiras plagas do rio.

Mas, naquele grupo de aventureiros, havia um espirito infernal: era Lopo de Aguirre.

De toda aquella gente agitada, era o unico que

conservava o equilibrio e a calma. Os painéis amazonicos, com a sua grandeza, com a sua pompa, tinham como que quebrantado as almas dos outros. Nele acenderam uma visão nova.

O Eldorado dissipou-se-lhe da cobiça. O Eldorado era ali, era aquela opulencia de natureza, era aquela vastidão de horizontes, eram aquelas planicies infinitas, aquele rio, aquele maravilhoso país tão vasto que os olhos não alcançavam. Ser senhor daquilo valia tanto ou mais que ser Grão-Moxo, com o seu ouro fabuloso!

E, à noite, nas sombras do acampamento, nas praias do imenso rio, via-se o vulto de Aguirre a rodear uma barraca e outra, furtivamente. Conspirava.

Uma manhã Pedro de Ursua appareceu morto na sua tenda de chefe. Toda a gente apontava os assassinos, mas todos sabiam que o plano tinha partido de Aguirre.

O comando foi logo entregue a Fernando de Gusmão, alferes, a maior patente que se seguia à de Ursua. Gusmão era uma criança, não tinha mais que vinte e dois anos.

Ambicioso, como todos os do bando, a ingenuidade juvenil fazia-o, porém, um titere nas mãos daqueles bandidos. Aguirre impõe-se para seu lugar-tenente. A vida da expedição muda de rumo. Aguirre revela-se um miseravel. Gusmão não tem licença de dar uma ordem. E' ele quem manda tudo, quem governa, quem castiga. Aquele rancho de homens obedece-lhe como escravo. O lugar-tenente é inexoravel: não há uma falta, por menor que seja, que não se puna com a morte.

Gusmão está aterrado. Vem-lhe o receio de uma revolta tremenda que se não possa refrear.

Mas Aguirre é uma alma diabolica. Certa noite, quando o acampamento dorme, expõe a Gusmão o fio

do seu plano. O país em que pisam vale por quantos Eldorados existam. E' necessario reinar naquele país! E' necessario emancipar o Perú do governo da metropole. Tem toda a revolução tramada, segura, para que ele, Fernando de Gusmão, seja rei daquilo.

Os olhos do moço comandante acendem-se e fuzilam numa chama de ambição. Aguirre trá-lo para fora da tenda, estende o braço pela imensidade do horizonte constelado e mostra-lhe a grandeza amazonica. Pela primeira vez Gusmão compreende os cenarios que se desenrolam diante dos seus olhos. Rei daquela vastidão, rei daqueles dominios infinitos!

Aguirre chega-se-lhe ao ouvido, sussurrando. O plano está feito; a conspiração vencerá. E' tudo questão de um golpe de audacia. Proclama-se a separação do Perú, toma-se posse do Amazonas, e está tudo feito.

O rapaz treme:

— E Castela?

— Ah! Castela está longe e não terá fôrças para resistir.

Tudo depende da resolução do primeiro momento. Audacia! Audacia! E traça o plano inteiro. A expedição descerá o Amazonas até o Atlantico e passará à ilha de Margarida. Tomada a ilha de assalto, toca-se para Nombre de Dios e, tarde da noite, quando a cidade dormir, sobre ela se cairá de surpresa, dominando-a. Essas duas conquistas trarão o aumento de fôrças e o aumento de armas e navios. Nem um minuto perdido. Seguir-se-á imediatamente para o Panamá, Nicaragua, Veragua e outros pontos. Nessa altura o exercito será poderosissimo. Só aí se tratará de invadir o Perú. As fôrças do vice-reinado não poderão enfrentar a invasão. E, quando em Castela, d. Felipe acordar, será o primeiro a reconhecer impossivel a reconquista dos seus dominios americanos.

Gusmão tem a cabeça à roda. Rei, rei do Perú, rei daquela grande terra sem fim!

— Não queres a coroa? pergunta-lhe Aguirre surdamente ao ouvido.

Não é mais senhor de si:

— Quero!

Não há tempo a perder.

No outro dia a expedição inteira é informada de tudo.

E' preciso que aquilo tome um carater solene. E no cenario virgem do Amazonas, ao sol, diante da natureza silenciosa, os expedicionarios se reúnem. Fernando de Gusmão aparece. Os bandoleiros aclamam-no rei do Perú e da Terra Firme. Um manto desce-lhe pelos ombros, o cetro rustico de um galho verde firma-se-lhe nas mãos. E' rei. E todos se ajoelham à sua passagem e beijam-lhe os dedos.

Aguirre acompanha-o e guia-o. E, agora, general, ministro, tudo. Só ele manda, só ele é senhor. O cetro de Gusmão não lhe mete medo, a autoridade do rei não o faz tremer. O rei é ele, ele que distribue os cargos e os castigos.

A atmosfera vai-se adensando. O despotismo de Aguirre transforma aquela gente numa fogueira de odios.

Gusmão vê finalmente o declive a que se entregou. Uma noite reúne os amigos na sua tenda real e conspira como qualquer vassalo. E' necessario sufocar o poder de Aguirre. Decide-se, ali mesmo, que se lhe tire a vida.

Mas os espiões de Aguirre vivem de ouvidos colados às barracas dos principais. Quando, por alta madrugada, a reunião termina, atiram-se ao monarca e aos conspiradores apunhalando-os.

Em 1561 a expedição aporta à Margarida. D. Juan

de Pillandrado, o governador, recebe Aguirre festivamente. O bandido prende-o à traição, apodera-se das autoridades da ilha e assassina a todos. Investe depois contra a Venezuela. O governador, que está prevenido, prende-o à primeira investida. As tropas reais degolam-no e esquartejam-no. A cabeça é levada para Tacuvo, a mão direita para Merida, a esquerda para Valença, os braços e pernas para as estradas da Venezuela.

E assim terminou o reinado ridículo que um grupo de bandidos, em 1561, quis implantar na terra inculta do Amazonas. Foi o primeiro drama politico das plagas virgens do norte.

BATINAS LIBERAIS

(NOTAS PARA UM LIVRO FUTURO)

Talvez não haja outro país que tenha, como o Brasil, a vida tão estreitamente ligada às batinas e aos bureis.

Portugal, a Espanha, a Italia e, aqui na America, o Paraguai, sempre tiveram os seus periodos historicos sulcados pela ação do clericalismo. Mas, naqueles países, tem ela modalidades felizes e modalidades funestas.

No Brasil a ação clerical é sempre brilhante e sempre encantadora.

A formação da nossa nacionalidade começa à sombra das virtudes cristãs do padre.

Os vultos admiraveis de Nobrega e Anchieta são os edificadores da sociedade brasileira. São os pedreiros dos primeiros fundamentos da vida nacional.

Ao chegarem ao Brasil as figuras dos grandes jesuítas coloniais, duas catequeses, como diz Rocha Pombo, se lhes apresentam diante dos olhos — a do selvagem e a do civilizado. E, nessa luta de arrancar o indigena das garras do europeu, e o europeu da mais funda degradação moral, o trabalho dos admiraveis apóstolos do século XVI é uma pagina que honra, que assombra o mundo inteiro.

Dáí por diante, a ação do padre e do frade, em terras brasileiras é imorredoura. Encontramo-los a ca-

da passo, ora metidos nos reconditos da floresta, de cruz alçada, civilizando os índios; ora de armas nas mãos combatendo os invasores; ora ao lado da aventura, desbravando sertões, em prol da expansão territorial do nosso continente.

Se, nas outras partes do mundo, o clero teve, em varias fases, influencias retrogradadas, no Brasil, a influencia do clero, foi sempre progressista.

Não há uma só das nossas revoluções politicas que não tenha, à frente, um frade ou um padre a bater-se pelo ideal da liberdade. Em todos os nossos movimentos liberais, lá está o padre e lá está o frade trabalhando e morrendo pelos principios avançados.

Aí está a inconfidencia mineira. Às primeiras agitações de rebeldia da terra que o visconde de Barbacena governava, o clero se assanha ao lado do povo. A inconfidencia conta nada menos de sete padres: Manoel Rodrigues da Costa, Oliveira Rolim, José Lopes de Oliveira, conego Luiz Vieira da Silva, Carlos Corrêa de Toledo e Melo, Manoel Eugenio da Silva Mascarenhas e Matias Alves de Oliveira. Os cinco primeiros sofreram as torturas da prisão e do degredo; os dois ultimos tiveram a felicidade de não ser alcançados pelas devassas de Barbacena.

E os padres liberais da conjuração de Minas são figuras predominantes do movimento. O conego Vieira da Silva é um dos maiores oradores sacros que o país tem tido. Deportado para os calabouços de Lisboa, depois de muitos anos de prisão, morre em um convento, sem voltar ao Brasil. Rodrigues da Costa é uma das figuras mais adiantadas do seu tempo e um dos liberais mais sinceros daquela quadra agitada. Durante treze anos, geme no carcere a culpa de pretender uma patria independente e, voltando a Minas, nas viziñhanças de Barbacena funda uma fabrica de tecidos e

atira-se corajosamente à agricultura, plantando trigo e videiras. As grades da cadeia de Lisboa não lhe sufocam os assomos de liberdade. Quando, em 1821, toda a capitania de Minas palpita em prol do movimento de independencia que se fazia aqui no Rio, lá está ele com o mesmo ardor patriótico de 1789, a dirigir a propaganda nos arredores de Barbacena. Feita a emancipação politica do Brasil, é eleito, em 1823, membro da Assembléia Constituinte e da primeira Assembléia Legislativa Nacional. É fato curioso: em 89 entrava na Cadeia Velha para expiar o crime de sonhar uma patria livre; trinta e quatro anos depois, na mesma casa entrava como legislador de um país emancipado.

Oliveira Rolim é um dos vultos de maior influencia em Minas. Além de homem de intelligencia, é uma das mais vastas fortunas da capitania. Quatorze anos e meio levou a fenecer nos carcerees. A mesma sorte tiveram Corrêa de Toledo e José Lopes de Oliveira que morreu na fortaleza de S. Julião da Barra, na capital portuguesa.

A inconfidencia mineira marca o inicio da ação dos clericais nos movimentos de independencia e de republica, no Brasil.

Nos fins do século XVIII, quasi em começos do XIX, vamos encontrar em Itambé, nas divisas de Pernambuco com a Paraíba, uns pruridos liberaes em que se deparam varias batinas. É' aquele celebre clube nacionalista, com a denominação de Areopago, fundado pelo paraibano dr. Manoel Arruda. O Areopago é o centro das idéas novas que sacodem a Europa. Não se conhece, ao certo, até onde foi a propaganda do clube em prol da independencia nacional, mas ha quem afirme que os patriotas do Itambé contavam com o apoio de Napoleão Bonaparte para emancipar o Brasil. Que houve alguma coisa em prol da separação, ninguem po-

de ter duvidas. O governo português, sabe-se, abriu devassas, e alguns membros do clube foram presos, e outros conseguiram escapar à justiça de dona Maria I. Pertenciam ao Areopago os padres João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, António Felix Velho Cardoso, José Pereira Tinoco e Antonio de Albuquerque Montenegro.

Na revolução separatista e republicana de 1817 vamos esbarrar com maior numero de padres e frades. Uma das figuras primordiais do belo movimento pernambucano é o padre João Ribeiro, aquele que, no Itambé, trabalhava no Areopago.

O padre João Ribeiro atravessa o século XIX como um vulto de primeira linha da nossa historia liberal. Poucos dos conspiradores de 1817 tiveram o seu ardor, a sua intransigencia, a sua sinceridade. Talvez seja a cabeça pensante da agitação, ao lado de Domingos José Martins e Domingos Teotonio. E' um dos mais vivos propagadores das idéias republicanas. Tem planos adiantados para a época: quer, para a capital da republica que a conspiração aspira implantar, uma cidade central distando, pelo menos, trinta ou quarenta leguas da costa. Ao organizar-se o governo provisorio revolucionario é um dos seus membros. E quando, já na malogro da revolução, no engenho Paulista, os patriotas, ouvindo os canhões legais roncarem no Recife, deliberam abandonar a resistencia e fugir, ele, com a serenidade dos convencidos, suspende o seu corpo, pelo pescoço, a uma corda. A soldadesca de d. João VI desenterra-lhe o cadaver, decepa-lhe a cabeça e passeia-a triunfalmente nas ruas de Recife.

Outra figura de relêvo é a de Miguel Joaquim de Almeida e Castro, o padre Miguelinho. Na sua casa reúnem-se os conjurados; ao estabelecer-se o governo provisorio é nomeado adjunto do secretario geral José

Carlos Mayrink da Silva Ferrão e, ao frustrar-se a república, o seu corpo tomba executado pela justiça do conde de Arcos.

O vulto do padre José Inacio Ribeiro de Abreu Lima, o celebre padre Roma, é predominante na rebelião de 1817. O governo revolucionario do Recife envia-o à Baía para propagar o movimento. O padre Roma não resiste à tentação de estacionar em Alagoas para reduzir a guarnição do porto, sob o comando de Antonio José Vitoriano. E' a sua perdição. Ao chegar à Baía é tarde: já o governo sabe de tudo e todas as medidas foram tomadas. Preso na jangada em que viaja, tem o belo gesto de atirar às ondas as cartas que comprometiam os conspiradores baianos. Levado à boca das carabinas da tremenda justiça do conde de Arcos, morre maravilhosamente, falando ao povo e jurando que em breve seria vingado.

Figura de energia moral emocionante é a do padre José Martiniano Pereira de Alencar. Talvez seja a mais arrebatada alma de toda a convulsão republicana de 1817. Ao estalar a rebeldia em Pernambuco, parte afoitamente para o Ceará, afim de levantar os conterraneos. Em casa do padre José Luiz combina o levante. Ha necessidade da adesão do capitão-mór José Pereira Filgueiras. Frei Francisco de Santa Maria Pessoa ajuda-o nesse trabalho que não vinga. Ao começar a propaganda na terra de Iracema, o governador Manuel Inacio de Sampaio toma as suas medidas. Em começo de maio pretende, à hora da missa, publicar, na matriz, um edital concitando o povo à obediência ao rei. José Martiniano tem noticias disso e corre à igreja, veste os habitos talaes, sobe ao pulpito e dirige denodadamente a palavra republicana ao povo. Festejado pela multidão, empunha a bandeira branca da república, dirige-se à Camara e proclama o regime

liberal, entre vivas e salva^{as}. Parte para a vila do Jardim, congrega a população e faz a Camara subscrever o auto de independencia. Ao tombar a revolta, é conduzido à cadeia de Fortaleza, com uma corrente ao pescoço.

Outra figura de energia impressionante é a do padre Pedro de Souza Tenorio. E' o grande agitador de Itamaracá. Ao primeiro embate revolucionario, apodera-se da fortaleza, prende o juiz de fóra que pretende resistir, e trabalha como um leão. Preso, já no insucesso da revolta, tenta na prisão o mesmo gesto glorificador de Mac Swiney — morrer pela fome. Mas é de constituição física formidável. Antes de morrer daquela maneira, conclue-se o seu processo e a justiça o executa. A sua cabeça é exposta em Itamaracá e as suas mãos levadas para Goiana.

Os vultos de padres e frades da revolução de 1817 são mais numerosos que de qualquer outra revolução brasileira. Em Goianinha, o vigario Antonio de Albuquerque Montenegro, outrora mambro do Areopago, ao estourar o levante em Pernambuco, prende o capitão-mór governador José Inacio Borges, que parece querer resistir em favor do governo legalista. Na vila do Pilar, o padre Antonio Pereira de Albuquerque é um agitador de multidões e um dos membros do governo provisório da Paraíba. No Rio Grande do Norte, quando se organizou o governo revolucionario, o padre Feliciano José Dornelas figurava como um dos membros preeminentes.

O numero é enorme: o padre Luiz José de Albuquerque, na freguezia de Santo Antonio do Recife, organizou o **Te-Deum** em ação de graças à junta governativa, e o padre Miguel Joaquim recitou o sermão de elogio à nova republica.

O movimento de 1817 teve dias horriveis. E quan-

do o Recife sitiado, bloqueado pelas forças reais, não esperava salvação nenhuma, o valente e destemido padre Antonio de Souto Maior, o padre João Gomes Lima e frei João Loureiro, guardião do convento dos Franciscanos, vêm para a rua e formam batalhões de voluntarios em defesa da junta republicana.

Frei Caneca, que vai mais tarde, na Republica do Equador, ser uma das figuras mais altas, em 1817 é preso como conspirador, metido no brigue **Mercurio** e levado para os carcereiros da Baía.

Na morte do padre Antonio Pereira de Albuquerque, aquele da vila do Pilar, há um tom de imponencia tragica que arripia os cabelos. Condenado à forca, em setembro do ano da revolução, caminha para a morte com o desassombro de um fanatico.

A praça, onde vai ser executado, está cheia de povo. Ao passar-lhe o carrasco a corda ao pescoço, faz sinal que o esperem um instante, pois quer falar à multidão.

E fala. Nunca teve eloquencia maior que naquele momento extremo. A sua voz está rouca, mas de uma rouquidão estranha que faz esfriar os ossos, suas palavras são lategos ferindo o fundo das almas. O seu discurso é uma exortação ao povo para que trabalhe em prol da liberdade. A cada periodo inflamado o carrasco entesa-lhe a corda que lhe cinge o pescoço.

Ha um instante em que não pode mais falar, impedido pelo carrasco. Volta-se para o povo tranquilamente, dizendo:

— Muito mais coisas eu tinha para vos dizer, mas esta corda já me vai sufocando.

O executor toma a posição de entesar a corda. A multidão, emocionada, sacode-se em gritos, protestando delirantemente:

— Suspende! suspende!

Mas o carrasco tem pressa em liquidar aquilo, receoso de uma manifestação da turba. Tudo se passa num segundo. O corpo do sacerdote republicano, balaouça estrebuchando e morrendo, a pender da forca.

Era de praxe, naquelas cenas tragicas, fazer com que o povo acompanhasse a tropa entoando o hino ao trono. Dessa vez o hino foi cantado apenas pela soldadesca. Foi o protesto mais pronto que a multidão encontrou para vingar a morte do herói paraibano.

Na revolução do Equador o papel dos padres e dos frades é também de pura abnegação. São eles os pioneiros dos principios liberais. O padre Luiz José Cavalcanti Lins faz parte do conselho revolucionario de Paes de Andrade.

Quando os rebeldes sentem que vão ser vencidos, e o Senado de Olinda envia emissarios ao general Lima e Silva para oferecer as clausulas da capitulação, um dos três parlamentares é frei Miguel Joaquim Pegado, dos mais ardentes cabecilhas da revolta.

A Republica do Equador tem aquele episodio doloroso do êxodo dos rebelados em rumo do Ceará e do malogro horrivel da fazenda do Juiz, em que quasi todos os chefes caem prisioneiros das tropas imperiais. Os sacerdotes presos naquele dia desastroso sobem a cinco: frei Caneca, frei Joaquim dos Santos Miquelina, frei Antonio Joaquim dos Mercês, padres Inacio Bento Avila e Inacio Avila Cavalcanti.

Ao aderir o Ceará à causa republicana envia a Pernambuco oito deputados. Quatro são padres: José Martiniano de Alencar, aquele fogoso agitador de 1817; Manoel Pacheco Pimentel, José da Costa Barros Jaguaribe e Antonio José Moreira.

O sonho liberal de 1824 levou ao patibulo duas figuras eclesiasticas: frei Caneca e o padre Mororó. Ambos tiveram a nobreza de morrer magnificamente.

Com frei Caneca ha um episodio raro na historia das nossas execuções revolucionarias — não houve quem quisesse garroteá-lo na forca.

A cena, como a descrevem as cronicas da época, é de uma beleza augusta. No largo das Cinco Pontas, no Recife, apinhado de povo, o frade republicano aparece sobranceiro e sobe tranquilamente as escadas da forca, parando no patamar, à espera que o carrasco tenha o seu papel. O chefe da execução faz o sinal para ser entesada a corda.

Mas ha, nesse momento, um ruido de vozes, uma agitação estranha que a turba não sabe o que seja. E' o carrasco negando-se, irredutivelmente, a tocar na corda. O comandante ameaça-o, os soldados apontam-lhe os sabres ao peito. E' inutil, o homem prefere morrer a cumprir o seu officio.

Chamam o ajudante para substitui-lo. Recusa-se tambem e tambem prefere morrer a matar o martir da liberdade.

Correm à cadeia, prometem tudo ao preso que tiver animo de vir auxiliar a justiça do imperador. Preferem todos as grades da prisão à liberdade por aquele preço.

Tenta-se obrigar um deles a ser carrasco. O desgraçado resiste como uma fera. Espancam-no, pisam-lhe o peito a coice de granadeiras, deixam-no atirado ao chão, ferido, ensanguentado. Matem-no, que não matará frei Caneca!

Durante todo esse tempo, o frade republicano, em pé, no ultimo patamar da forca, braços cruzados, cabelos brancos remexidos pelo vento, sorri tranquilamente, à espera da morte.

Embora condenado à forca, resolve-se, ante as aperturas imprevistas, que seja fuzilado pelos solda-

dos. Fica-se o poste. Frei Caneca desce a escada do patíbulo; o piquete avança.

O frade faz-lhe um gesto com as mãos:

— Camaradas, não me deixem padecer mais tempo.

E nada mais disse. Tombou à primeira descarga.

A ação dos sacerdotes na historia do Brasil é a mais brilhante e mais digna. Encontramos o frade e o padre sempre a sacrificar-se, sempre a morrer pelo ideal da liberdade.

Mesmo em 1822, na propaganda vitoriosa da Independencia, lá está o padre, lá está o frade.

Correndo-se a lista dos membros do Apostolado de José Bonifacio, da officina propagadora da independencia, encontramos frei Antonio de Arrabida, frei Leandro do Sacramento, frei Pedro de Santa Mariana, padres Renato Boiret, Narciso da Silva Nepomuceno, Francisco Vieira Goulart, Manuel Rodrigues da Costa.

Frei Sampaio, um dos companheiros de Ledo nos primeiros dias de conspiração separatista, redigiu a representação do Fico, que o povo entregou a Pedro I. O padre Januario da Cunha Barbosa era, em 1822, o orador do Grande Oriente, onde mais se trabalhava pela causa da Independencia.

Em S. Paulo, o movimento do clero, em favor da nossa emancipação politica, teve um calor como em poucas capitancias.

Quem primeiro aclamou o principe d. Pedro monarca do Brasil foi um padre.

A cena é conhecida. E' aquella do dia 7 de setembro, à noite, no teatro Opera, na capital paulista. D. Pedro tinha, à tarde, soltado o brado do Ipiranga. S. Paulo inteiro reunia-se ali, no teatro, para festejar o acontecimento. A platéia ressoava em vivas ao Brasil, ao principe, ao gesto emancipador, à data. O padre Il-

defonso Xavier subiu a uma cadeira, no meio da platéia e gritou três vezes, solenemente:

— Viva o primeiro rei do Brasil!

Estava ao lado de outros padres propagandistas: Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, José Antonio dos Reis e Vicente Pires Mota.

O padre tem sido, no Brasil, o grande propulsor dos princípios republicanos. No movimento constitucionalista de 1820, duas batinas aparecem em relevo, o padre Góis e o ardente e afoito Macamboa.

Na regencia não ha figura que se compare à do padre Feijó. Encheu todo um periodo com o seu valor, a sua energia, a sua imensa coragem civica.

É tão grande foi o vulto do maior estadista da regencia que, ao que parece, ofuscou as batinas do futuro. Depois de Feijó os padres retraíram-se, como se temessem não atingir a culminancia do regente.

No segundo imperio são poucos. Ha uma unica figura de relevo revolucionario — o padre João Manuel, que deu, pela primeira vez, na Camara dos Deputados, o grito de viva a Republica.

No regime republicano não ha o destaque de uma só batina.

E eles, os padres, que tanto trabalharam pelas idéas liberais, não têm tido nenhuma ação no momento historico em que o país realiza os principios em prol dos quais se bateram, morrendo.

POR UM FIO DE CABELO...

Naqueles três primeiros dias da organização da Republica há um episodio pequenino, muito pequenino, mas de tal grandeza e de tal vibração dramaticas na sua minucia culminante que, pode-se dizer, dele esteve dependendo por um momento, suspenso por um fio de cabelo, a vida do regime que se inaugurava.

E' o episodio, ou melhor, uma minucia do episodio do embarque do Imperador.

Ao cair da noite de 16 de novembro de 89, o ministerio republicano percebeu que, as vinte e quatro horas impostas a Pedro II para retirar-se do territorio brasileiro, eram um espaço de tempo muito longo, em vista das aperturas do governo provisorio.

Os horizontes anuviavam-se. Aquelas facilidades surpreendentes da manhã anterior degeneravam agora em perturbações assustadoras.

A cidade, saída do inesperado do dia 15, parece que caía em si e começava a refletir sobre o grande choque da vespera. As ruas estavam cheias de boatos. Dizia-se que os partidarios do trono, apanhados de surpresa, pensavam numa reação e numa desforra imediatas.

As coisas não iam muito sorridentes como parecera à primeira vista. Aqui, acolá, havia arruaças e agitações de rua.

Na Marinha, as nuvens eram carregadas. Em mui-

tos navios não se arriara ainda a bandeira do imperio. A maruja, que desembarcava, vinha disposta a brigar com os soldados republicanos. Murmurava-se desde o entardecer que o almirante Jaceguai coligava, entre os marinheiros, elementos para a contra-revolução.

Na Baía, o marechal Hermes, irmão mais velho de Deodoro, recebera hostilmente a Republica. Queria apenas a quêda do gabinete Ouro Preto. O ministerio, organizado na vespera, tinha insinuado a prisão do irmão do proclamador, mas Deodoro recusara-se rigorosamente a magoar a velhice do seu parente.

Se aqueles antolhos fossem aparecendo o trabalho da organização do governo seria penosissimo.

O remedio era embarcar imediatamente o Imperador, antes que as reacções se formassem, antes que explodisse a tempestade desenhada.

O embarque estava anunciado para o dia seguinte, mas, feito de dia, como no primeiro momento se determinara, era de uma inconveniencia desastrada.

Todo o mundo sabia da popularidade de Pedro II. Depois do 13 de maio a princesa Izabel era tambem um dos grandes idolos do povo. E a população, bestificada como recebera a Republica, assistiria ao embarque da familia imperial?

Podia ser que sim, podia ser que não. Era mais provavel que não.

O governo republicano seria obrigado a reagir energicamente, violentamente, se é que pudesse conter o embate de uma reacção popular em defesa do querido monarca.

E seria um desastre inaugurar-se o governo republicano a pata de cavalo e a carabina.

A unica solução ali era fazer-se o embarque pela calada da noite, quando a cidade dormisse, longe dos olhos facilmente emocionaveis do povo.

E o imperador estaria disposto a embarcar à hora incomoda que o governo provisório exigia? Depois dos boatos de que os elementos monarquistas preparavam a desforra, queria ele embarcar?

O governo temia.

Era mais de meia-noite, e o ministerio, reunido no quartel-general do Campo de Sant'Ana, não tinha encontrado ainda uma saída para a entaladela.

Um alvitre foi lembrado e aceito. Prender-se-ia o conde d'Eu.

O marido da Redentora ficaria como refem, até que a familia imperial chegasse à Europa.

Assim, temendo medidas de represalias contra seu genro, d. Pedro certamente obedeceria às determinações do governo provisório.

Mas o alvitre foi afastado minutos depois. O ministerio teve informações seguras de que os monarcas desronados não pensavam em contrariar o novo regime.

O tenente-coronel Mallet é escolhido para ir ao paço exigir da familia imperial o embarque antes do amanhecer de 17. Talvez tivesse sido a missão mais penosa e mais dolorosa daqueles primeiros dias republicanos.

A cena, como a descreve Tobias Monteiro, é de uma emoção que corta a alma. E' ali no casarão onde está hoje a diretoria dos Telegrafos. D. Pedro é acordado pouco antes das duas da madrugada. No grande salão do paço esperam-no, além do militar embaixador do governo provisório, o visconde da Penha, o general Miranda Reis, o principe d. Pedro Augusto, o conde d'Eu e a princesa Izabel.

O momento é de gelar os ossos. A Redentora soluça a saudade da patria que vai deixar. Mallet tem um nó a apertar-lhe a garganta.

Lá fora ouvem-se tropéis de cavalos, um ou outro brado das sentinelas espalhadas pela praça. A noite está negra e carregada de nuvens. Ha prenuncios de chuva proxima.

Os soluços da princeza cortam, de quando em quando, o silencio dramático do salão. Faltam apenas d. Pedro e a Imperatriz.

Ouvem-se passos. Voltam-se todos. E' a figura austera e magnífica do Imperador.

As suas barbas brancas parecem cem anos mais velhas. Vem de sobrecasaca preta e chapéu na mão.

O dialogo entre o monarca e o coronel republicano é rapido e nervoso.

Então ele será algum preto fugido, para ser obrigado a embarcar àquella hora da noite?

O militar não sabe o que responder.

Chega o momento da partida. Mallet tem as mãos geladas, uma inquietação atroz no peito. E' necessario apressar o embarque e nem o imperador, nem a imperatriz, nem a princesa, ninguém se sente com animo de fazer um movimento para deixar o palacio.

E' por interferencia do conde d'Eu, o unico calmo naquilo tudo, que se dão os primeiros passos para descer as escadas. Todos se movem como que arrastados, como que puxados por um guindaste, porque nenhum deles, no momento, tinha pernas para andar.

No cais, uma lancha do Arsenal de Guerra os espera, arfando e fumegando.

A familia imperial embarca.

Embarcam o marquês de Tamandaré, conde de Mota Maia com a familia, três damas, os camaristas José Calmont e o conde de Aljézur, Mallet e o capitão-tenente Serrano, que vai comandar o "Parnaíba".

A helice levanta uma onda de espuma que brilha à claridade da luz do cais. E a lancha, a trepidar, so-

me-se na escuridão da noite horrenda, fumegando...

Não se sabe bem onde está ancorado o "Parnaíba" que, no outro dia, levará os imperadores para bordo do "Alagoas".

A urgencia do embarque não permitiu informações seguras.

E a lancha anda pela baía aqui, acolá, à procura do navio.

A noite é cada vez mais negra e mais pesada. Chove. Quasi nada se enxerga diante dos olhos. Os farolins dos barcos parecem envoltos num véu de bruma.

Chega-se a um navio, chega-se a outro, indagando do "Parnaíba".

Só Mallet e Serrano sabem do perigo que se está correndo. Muitos dos vasos de guerra estão ainda leais ao trono... Seria com a maior facilidade que a maruja se apossaria da lancha, impedindo a partida dos monarcas.

Encosta-se afinal ao "Parnaíba". A bordo ninguém sabe das resoluções do governo republicano. Só muito tempo depois, depois de longas explicações, a escada é arriada.

A noite continua como breu. Um vento irritante sopra agora com violencia. O mar está revolto.

Ha uma dificuldade enorme em passar-se da lancha para o navio. A escada é vacilante e estreita. O unico lampeão que a alumia parece mais uma candeia de azeite.

Mallet pula para a escada afim de dar a mão ao Imperador. Começa o episodio aludido acima. A lancha espinoteia como um cabrito, ora batendo violentamente no costado do navio, ora recuando. D. Pedro tem a mão direita presa à mão de Mallet, ambos de braço estirado na meia sombra que o lampeão, em cima, consegue espalhar.

Basta um pequeno esforço, um pequeno impulso do monarca, para que galgue a escada. Mas, o pobre velho, que sofreu muito naquelas vinte e quatro horas, não pode ter agilidades varonís. As suas pernas estão tremulas e fraquíssimas.

Além disso há uma tolda no começo dos primeiros degraus. A qualquer desvio, a qualquer impulso menos calculado, terá ele a cabeça esmagada de encontro à tolda. A situação é horrível.

Mais de uma vez a mão do soberano soltou-se das mãos do coronel.

A lancha continua a pular nas vagas picadas. Agora o militar e o Imperador estão de novo de mãos seguras, apertadas. D. Pedro, já de alguma maneira acostumado àquela meia sombra, vai pular. Mas, nesse momento, a lancha, que os ganchos dos marinheiros procuram prender com desespero, afasta-se. O monarca tem um pé à borda, bem à beirinha da lancha, e outro pé no ar.

Se soltar a mão de Mallet cairá irremediavelmente nas ondas. E, apertada e comprime, com todas as forças que lhe restam, a dextra do coronel.

O instante é trágico. A lancha continua a afastar-se, a afastar-se devagarinho, pulando.

Mallet percebe, num relance, a gravidade do momento. Se aquele homem morrer, nunca, nunca jamais convencerá o país e o mundo de que não foi ele que o matou.

Toda a gente dirá que aquilo nada mais foi do que uma cilada miseravelmente preparada pela Republica.

E, morto o Imperador daquela maneira, a Republica teria prestígio para impor-se? Não seria o próprio povo a derribá-la na dor profunda da morte do mais simples e mais querido dos imperantes?

E, durante momentos, durante segundos o novo

regime esteve suspenso nas mãos de Mallet. O Imperador era, naquele instante, a propria Republica. Morto ele, estaria ela irremediavelmente perdida.

E a lancha continúa a afastar-se, a afastar-se. Mallet desce um degrau, mais outro, mais outro, sempre de braço no ar, os musculos retesos, num esforço supremo.

Vai consumir-se a tragedia. Um fio de cabelo apenas, um nada...

Mas o coronel desperta todas as energias restantes da sua vida, e vem puxando, puxando o braço do monarca devagarinho, devagarinho. A lancha, agora ajudada pelas proprias aguas, vem cedendo, aproximando-se.

Um marinheiro, que viu tudo e calculou a tragedia, desceu, juntando as suas forças às forças de Mallet.

A lancha encostou. D. Pedro teve um impulso feliz e saltou na escada.

Não estava salva apenas uma vida preciosa para o país, mas muitas vidas, muitas, que a guerra civil de certo ceifaria.

Tudo estava salvo naquele instante tragico. Até a Republica.

A MULHER DE D. JOÃO VI

Carlota Joaquina foi um cochilo da natureza. Devia ter nascido homem e nasceu mulher.

De homem tinha quasi tudo: a energia, as maneiras, a desenvoltura de gestos, a linguagem solta, a ambição, o espirito de dominio, a coragem, a turbulencia e até o rosto cabeludo e desgracioso.

De mulher, muito pouco. Apenas a faceirice, a teimosia, o fraco pelas joias e vestidos ostentosos e aquella eterna ansia de amor, que a fez uma das mulheres mais escandalosas do seu século.

Ha criaturas com as quais a natureza erra em tudo. Com Carlota Joaquina o erro foi total. Errou em produzi-la e errou em escolher-lhe o marido. Deu-lhe a triste sina de ter um esposo que evidentemente nasceria para mulher. D. João VI usava calças por outro cochilo da criação.

As saias e as calças só se entendem bem quando estão perfeitamente talhadas umas para as outras. Assim trocadas, assim contra-mão, vivem em conflito eterno. D. João VI e Carlota Joaquina nunca se harmonizaram no menor instante da vida, salvo naquella particularidade de que fala Oliveira Martins — ambos não conheciam a necessidade do banho.

Quando a natureza erra, produz sempre teratologias assustadoras. E' o caso da celebrada nora de dona Maria I. Se Carlota Joaquina tivesse nascido homem,

seria uma das individualidades mais estrondosas do mundo. Inteligencia não lhe faltava naquele momento historico em que Napoleão convulsionava a terra, e a audacia era a sua qualidade primacial.

Como mulher foi o que se póde chamar uma mulher impossivel. Aos homens desmerecia por parecer um companheiro de saias; às mulheres dava a impressão de um intruso que, de saias, se vestia, para disfarce.

A natureza impõe-se pela harmonia. O menor desvio, o menor descuido, produzem os abortos. O homem deve ser homem, a mulher deve ser mulher. Carlota Joaquina era mentalmente um aleijão. Aquele mixto de espirito masculino e feminino, que a criação lhe deu, fê-la um ser diabolico.

Era o que hoje se pode chamar uma mulherzinha de cabelo na venta, que ela realmente o tinha no buço pronunciado.

Bem poucas rainhas foram mais orgulhosas, mais ciosas das suas prerrogativas, mais agitadas e mais agitadoras. Mas poucas tambem tiveram maneiras mais plebéias, gostos mais grosseiros, educação e caprichos mais rasos.

Um inferno. Na sua vida nunca se serviu de um eufemismo, nunca escolheu um qualificativo para atenuar uma expressão escabrosa.

Dizia tudo pelos seus proprios nomes, sem rodeio, sem disfarce. Nenhuma cabeça coroada teve linguagem mais crespá. Nunca o sangue lhe subiu ao rosto ao pronunciar um palavrão, nunca respeitou as situações para desencadear o vocabulario de sargeta.

Nos momentos de raiva levava as palmas à mais infima das varinas. Na intimidade, com as amigas, desviava as palestras para a mais vermelha obscenidade.

Tem-se a impressão de que a natureza a uniu a d. João VI para gozar o espetáculo do contraste.

Dois genios opostos, de marido e mulher, comumente acabam, no fim da vida, por se equilibrarem num verdadeiro cambio de qualidades que sobram num e faltam no outro.

Mas, entre d. João VI e Carlota, não houve a mais vaga sombra de equilíbrio. Nunca se compreenderam. E' que os dois temperamentos contrastavam demais.

Era o furacão ao lado da calmaria podre.

Carlota Joaquina não era, para o marido, apenas um trambolho. Foi um perigo, a asa negra, a sombra infernal.

A primeira conspiração que houve contra d. João, fê-la sua propria mulher. Isto poucos anos depois do casamento. D. João já era regente, quando foi atacado de uma melancolia profunda, que o fez trocar Queluz pelo cantochão dos frades de Mafra e depois pelas paisagens do Alentejo. Ao abrir os olhos, estava uma conspiração formada em Lisboa. Carlota Joaquina pretendia dá-lo como doido e assumir a regencia.

Não houve realmente mulher mais perigosa. Não tinha a mais vaga noção da conveniencia, a mais leve sombra de compostura. No Brasil mostrou o que era, logo ao saltar no Rio.

Ao chegar aqui a côrte portuguesa, o povo correu festivamente a receber os monarcas. D. João mostrava uma cara alegre ante as espontaneas e sinceras manifestações populares.

A malcriada e orgulhosa Carlota Joaquina, metida num vestido liso de sêda preta, cabelo cortado muito rente (que ela cortou durante a viagem), essa chorava.

De emoção, de alegria? Não. De vergonha, dizia

ela, por se ver transformada em soberana de um país de negros.

No Brasil não houve quem mais desse trabalho ao governo.

Carlota odiava fundamente a terra brasileira. Vivia aqui de nariz torcido, como que a sentir mau cheiro em tudo, amaldiçoando as nossas coisas, o nosso clima, os nossos homens e, ao voltar a Portugal, no cais de Lisboa, descalçou os sapatos, atirando-os ao mar. Descalçou-os, para não manchar a terra dos brancos, disse, com os calçados que havia pisado na terra dos negros.

Isso, porém, era o menos. Outras impertinencias tomaram gravidade de vulto. E muitas delas puseram o governo em serios embaraços.

Ao chegar ao Rio, dona Carlota instituiu um costume novo: a obrigação de o povo descobrir-se demoradamente à passagem de qualquer pessoa da família real. Quem estivesse montado a cavalo teria que desmontar; quem estivesse em carruagem teria que descer para prestar a homenagem.

Isto provocou embaraços. — Carlota não excluía os diplomatas.

Uma das maiores complicações deu-se com Sumter, ministro americano.

Sumter vinha a cavalo e, ao ver o carro da família real, apenas se descobriu respeitosamente, não se apeando, como era a exigencia.

Dona Carlota mandou espancá-lo. O americano repeliu os lacaios com um respeitavel par de pistolas, fazendo-os recuar.

Mas a terrível mulherzinha não se emendou. Um dia mandou os seus criados apedrejarem a esposa do ministro.

Quasi todos os diplomatas acreditados junto ao

governo de d. João VI sofreram, no Brasil, as agressões malucas de Carlota Joaquina. Lord Strangford, ministro inglês, pelo mesmo motivo de recusar-se a descer do cavalo, recebeu valentes chicotadas do escudeiro da princesa, apesar de declarar, com energia, os seus títulos. Cromolin, secretario da legação holandesa, ainda pelo mesmo motivo, foi insultado.

Pelo general barão de Thuyll, ministro russo, a esposa de d. João VI criou uma antipatia furiosa. E vingou-se como se vingaria qualquer mulher do povo. Todos os dias, mandava os seus famulos apedrejarem a casa do ministro, que era vizinha da sua, e arrancalhe as plantas do jardim. O diabo em carne e osso.

A maior de todas as complicações, provocadas pelo genio turbulento de dona Carlota, foi com o comodoro Bowles, chefe da estação inglesa no Rio da Prata e no Mar do Sul. Os lacaios da rainha, por aquele motivo das homenagens, apearam-no do cavalo a paulada.

O comodoro picou-se, recolheu-se a bordo da fragata **La Créole**, a capitanea da sua esquadra, e exigiu satisfações. Viu-se o governo em brasas. D. João mandou que os proprios autores da agressão levassem as satisfações a bordo e castigou-os. Acabou tudo muito bem. Acabou com um jantar de conciliação, oferecido pelo marinheiro inglês.

A vida de d. João VI e de Carlota Joaquina talvez tivesse sido a mais desharmonica de um casal. Não era dizer que se não amavam — odiavam-se. A mulher fazia tudo para contrariar o marido; o marido tudo fazia para danar a mulher.

D. João era agarrado a d. Pedro, talvez por se julgar, de fato, pai do principe. Carlota não tinha a d. Pedro nenhum carinho materno, ou porque o não ti-

vesse de verdade, ou porque o dissimulava para hostilizar o marido.

Os seus mimos eram todos para o príncipe d. Miguel, que as más linguas sempre afirmaram não ser filho de d. João. Ela própria ensinava o filho querido a desrespeitar aquele que, pelo menos oficialmente, era o pai.

Um pavor o demonio da mulher. Todas essas coisas não a impediam de, ao necessitar do valimento do marido, escrever-lhe cartas tratando-o de "meu queridinho do coração".

Pode-se quasi dizer que as infidelidades de Carlota Joaquina nasceram na propria lua de mel.

Um dos seus primeiros amores foi o official de marinha Luiz Mota Fio, que, por desconfianças de d. João, foi mandado para Angola, como governador. Carlota mostrou-se, no caso, de uma coragem sem par — dava uma pensão à mulher do amante.

Muito cedo d. João desconfiou das leviandades da esposa; mas, certeza, só teve muito tarde, durante o tempo em que fôra concebida a princesa Maria de Assunção. E' que dona Carlota vivera quasi que um ano inteiro na quinta do Ramalhão e o marido em Queluz e em Mafra... Mas, o demonio da mulher, teve habilitade de convencer o esposo de que a princezinha era um fruto temporão.

Ao ser, no ano seguinte, concebida dona Ana de Jesús Maria, d. João não mais se deixou embair.

Ao perceber que a mulher queria passar a noite ao seu lado trancou-se no quarto. Dona Carlota fez escandalo como qualquer mulherzinha de estalagem, gritou, berrou, quis pôr a porta abaixo. Mas a porta não se abriu. D. João era tambem teimoso. Nunca mais lhe dirigiu palavra, a não ser nas cerimoniaes officiais.

E o seu desejo manifestou-se claro aos intimos do

paço: não reconhecer a princesinha como sua filha. Não foi pequeno o trabalho da côrte em o demover do capricho. Cedeu porque o escandalo faria ruido universal.

Quando a côrte portugueza se transferiu para o Brasil, a separação entre os dois consortes era total. Viviam em casas separadas — o rei na Quinta da Boa-Vista; a rainha, nas suas casas de recreio das Laranjeiras e do Rio Comprido.

Nem mesmo em caso de molestia ele entrava nos aposentos da esposa.

Se dona Carlota ia à Boa-Vista era recebida, na portaria, pelos filhos e pela nóra.

No Rio, só em 1817, pelas festas do casamento de d. Pedro, o rei e a rainha jantaram juntos.

Não há coração sem um canto azul. Com todos os seus imensos defeitos, a mulher de d. João tinha virtudes. Sabia ser amiga. Era dedicada na amizade como furiosa no odio.

Quando se resolvia a proteger uma criatura, não escolhia meios. Era o pesadelo dos ministros, aos quais atenzava com pedidos, exigindo empregos para os seus afilhados. E triste daquele que não atendesse. Não conseguia atirá-lo fóra do ministerio, porque não tinha força alguma junto ao marido, mas fazia tais coisas, tais intrigas, que punha o homem louco.

D. João, além do odio que lhe votava, tinha-lhe medo.

A vida de Carlota Joaquina fôra um inferno para ela propria. A natureza talhou-a para o dominio, e a pobre nunca pôde dominar à altura dos seus desejos. A natureza fê-la orgulhosa, e o marido caprichava em diminui-la.

Ela propria devia ter sido a maior vitima do seu temperamento.

A ansia de mandar e de mandar sozinha, sem peias nem restrições, fê-la atirar-se à aventura da regencia da America Espanhola.

Felizmente, para nós, os seus planos se malograram. Outro teria sido fatalmente o rumo da nossa historia, se uma mulher da ordem de Carlota Joaquina, tão lonca quanto ela, tão tempestuosa e tão desvairada, conseguisse, dadas as suas ligações ao trono do Brasil, dominar, como quasi dominou, nos Estados espanhois das três Americas.

A esta hora talvez não tivessemos conseguido resolver todos os embrulhos, todás as complicações, em que ela nos teria certamente envolvido.

Existem criaturas que dão, na vida, a impressão exata de borrascas. Carlota Joaquina teve tudo das tempestades.

A primeira borrasca que deflagrou foi no seu lar, e a ultima o "miguelismo", que a sua ambição e a sua turbulencia desencadearam em Portugal, à sombra da audacia saloia de d. Miguel.

A PRIMEIRA DAMA DA IMPERATRIZ

Havia já, nas salas, certo tom de impaciencia, quando um carro parou ruidosamente, lá em baixo, na larga escadaria de pedra.

— E' ela!

As varandas do palacio encheram-se de damas.

— E' ela, sim!

E todos os olhos se voltaram para Pedro I, que, no meio do salão, conversava intimamente com o **Chalça**.

Naquele momento o Imperador não parecia o mesmo homem. Tinha tambem ouvido o rodar do carro e o coração lhe batia precipitadamente. O seu rosto, sempre altivo, tomára um tom de palidez.

Era no paço de S. Cristovão, em noite de festa. Desde as primeiras horas que se sentia, ali dentro, um prurido de mexerico. Quasi ninguem conversava naturalmente: as damas, nos cantos das salas, só falavam em cochichos, por detrás dos leques.

Naquela noite, dona Domitila de Castro ia ser apresentada à Imperatriz. Era a primeira vez que a celebrada amante de d. Pedro entrava oficialmente nos salões da Boa-Vista.

O escandalo daqueles amores vinha, de muito tempo, sacudindo as cordas bisbilhoteiras da cidade, choccando e despertando a pudicicia do povo e da gente fidalga.

Desde o ano seguinte ao da Independencia que as saías daquela mulher farfalhavam no Rio, nos teatros, nas igrejas e nas festas, como uma imposição e como um insulto.

D. Pedro parecia ter perdido francamente o juízo.

Era um desses amores estuantes, perturbadores, que estonteiam e arrazam o espirito para toda a vida.

Quando, dias depois do grito do Ipiranga, nas rodas intimas do paço, se murmurou que o principe voltara de S. Paulo apaixonado por uma linda mulher, ninguém pensou que aquilo tivesse importancia maior. D. Pedro era moço, ardente, mulherengo e as suas paixões não passavam de aventuras de rapaz — fogos de palha, que flamejavam num momento para extinguir-se num sopro.

Mas quando, no ano seguinte, se tornou publico que a tal mulher, com armas e bagagens, se mudára para o Rio, ao apelo do proprio Imperador, e que este a instalára nas proximidades da Boa-Vista, num palacio luxuoso, houve, pela cidade, um fremito de escandalo e de revolta.

— Está louco!

— E' um cínico!

Por aquella época já dona Leopoldina havia entrado fundamente na simpatia nacional. Sabia-lhe o povo da bondade, da ternura e do trabalho envolvente que tivera em convencer o marido a proclamar a Independencia. Sentia-se que a alma da cidade sofria com ela a imensa desgraça daqueles amores.

O nome do Imperador andava atassalhado em toda a parte. Na cegueira de apaixonado, já não via as conveniencias. Na Boa-Vista parava apenas o tempo indispensavel para os atos officiais. Já não aparecia nas caçadas, nos passeios a cavalo pelos lugares pitorescos dos suburbios. Agora, era o dia inteiro na alcova da

amante, preso àquele amor alucinado que, dia a dia, mais o embriagava.

Vozeava-se que a vida domestica da Boa-Vista tinha mudado completamente: o Imperador não era mais o mesmo para a Imperatriz — tratava-a asperamente, desprezando-a como se despreza a um traste inutil.

Os seus mimos, os seus cuidados, a sua alma fogo-sa de moço, eram para a tal mulher. Nos teatros, diante da sociedade scandalizada, por mais de uma vez, tivera o despalnte de descer do camarote imperial para falar à amante. Nas festas publicas mandava-lhe reservar os lugares mais distintos. A parentela de dona Domitila subia vertiginosamente de postos, preterindo direitos alheios. Até na politica influia. Não era mais segredo que José Bonifacio saíra pela segunda vez, do ministerio, por exigencia dela.

D. Pedro, numa inconciencia de animal hipnotizado, ia fazendo as maiores inconveniencias, arrastando-se à impopularidade. O teatrinho Constitucional do largo do Rocio, onde se reunia a gente mais fina da cidade, fôra violentamente fechado e despejado, porque a diretoria não quisera receber dona Domitila na sua platéia.

Eram escandalos todos os dias.

O ultimo deles fôra o que provocara, naquela noite, a apresentação da concubina à Imperatriz.

Dera-se o caso na capela imperial, durante as cerimoniaes da Sexta-feira da Paixão. A tribuna das damas do paço começava a encher. Viam-se a marquesa de Aguiar, camareira-mor da Imperatriz; as damas de honor, — marquesa do Maranhão, baronesa de S. Salvador dos Campos de Goitacases, viscondessa do Rio Sêco, dona Ana Romana de Aragão Calmon, dona Mariana Laurentina da Silva Souza Gordilho, dona Maria

José de Paiva de Andrade, dona Maria de Loreto Viana de Souza de Macedo e mais a dama de camara dona Micaela Josefina de Araujo.

Não tinham ainda começado as cerimoniaes sacras, quando Joaquim de Faria de Souza Lobato entrou na tribuna acompanhando respeitosa e com borça imperial.

Foi um choque. As damas entreolharam-se, surpreendidas.

A fidalguia tinha um odio horrivel àquella que dominava o coração do Imperador...

Durante três minutos aquillo não passou de cochichos cortantes. A surpresa fazia-as apenas murmurarem, contrariadas:

— E' um desaforo.

Mas, aos poucos, o murmurio foi tomando o clamor de um protesto. Dona Domitila, esquerda, a um canto da tribuna, moida por tanta hostilidade, estava de orelhas em brasa e de cabeça zonha.

Dona Ana Francisco Maciel da Costa, baronesa dos Campos dos Goitacazes, ergueu a voz.

— Isto é um desaforo, isto é um insulto!

Era um insulto, para as damas da Imperatriz, o contato de semelhante mulher, ali na igreja, aos olhos do publico.

E o rumor foi subindo. As saias femininas agitavam-se como um formigueiro assanhado. De quando em quando, uma ou outra palavra aspera saltava mais alta.

— E' uma vergonha!

— Que despalante!

A baronesa de Goitacases, mais inflamada que as outras damas, gesticulava furiosamente.

— Nós precisamos tomar uma medida, já. Isto não pôde ser.

Souza Lobato foi chamado à tribuna. As senhoras interpelaram-no, magoadas. Que historia era aquella? Que desaforo! Como tinha coragem de trazer para a tribuna do paço a tal mulher?

O introdutor abriu os braços, num gesto profundo:

— Ordem de sua majestade!

As senhoras ficaram um momento aturdidadas.

— E' demais! exclamou a baronesa dos Goitacases, apanhando o seu grande leque. Eu é que aqui não fico. Não quero que me julguem da mesma laia.

As damas cercaram-na. Ia-se embora?

— Vou. E todas nós devemos ir! E' um insulto!

E olhando dona Domitila que, no peitoril da tribuna, de rosto em fogo, fingia nada ouvir:

— Ela que fique aí sozinha. Eu é que não quero mistura.

E palida, mordendo os beiços, saíu resolutamente portas afóra, no farfalhado das suas sedas pesadas.

As outras damas ficaram um instante atonitas, a entreolhar-se. Era um desaforo mesmo! Quem tinha razão era a baronesa!

E, num segundo, decidiram-se todas a sair.

Aquela cena machucou amargamente a alma de d. Pedro.

Quando, à tarde, na alcova da amante, ouviu dela propria, minucia por minucia, a descortesia das damas da Imperatriz, o sangue lhe subiu loucamente à cabeça. Era necessario pisar aquella gente toda!

Esteve um instante tempestuoso, com as palavras a lhe saírem da boca como ribombos. Idiotas. Malucas! Imbecis!

A sua alma estava num fremito de dór. O amor àquella mulher tinha alguma coisa de loucura e de ver-

tigem. Sentia-se inanimado nos seus braços, feliz e glorioso, como se vivesse dentro de um halo.

E por que tamanha hostilidade, tamanha repugnância, em toda a parte, contra a eleita dos seus desejos? Por que ele era monarca, por que era casado? Mas, acima de tudo, era moço, na idade alucinada em que o amor não conhecia leis.

E fitou a amante. Dona Domitila fitava-o também. Alí estava ela, chorosa e humilhada, com os dois imensos olhos a reluzir dentro de lágrimas, olhos que foram todo o seu poder, olhos de seda, languídos, quebrados, de uma ternura que mais parecia um espasmo, olhos envolventes, profundos, amorosos, dando sempre a impressão de alcovas pecadoras e a doce volúpia de leitos desmanchados.

À beira da cama, como uma ave ferida, a pobre soluçava. Havia nela um quê de amargura comovente. O roupão aberto desvendava-lhe um pedaço do colo.

D. Pedro lambeu-lhe o seio com o olhar. A sensualidade ancestral do sangue bragantino acendeu-se-lhe no peito. Os seus olhos alí ficaram demoradamente na contemplação daquela carne amorenada e fresca, no extase daquela pele côr de rosa e quente. A ternura, o desejo, a obcessão do gozo, encheram-lhe o peito como um rio que extravasa. Ah! não podia deixar o seu amor humilhação! Não podia consentir que alguém o diminuísse!

E, com um murro no ar, gritou:

— Elas não te quiseram na tribuna? Pois hão de engulir-te no paço.

Dona Domitila ergueu-se da beira da cama, com o olhar em brasa:

— Que vai fazer?

— Pedir à Imperatriz que te nomeie sua primeira dama,

Os olhos da futura marquesa de Santos faiscaram como dois fachos; um clarão de alacridade lavou-lhe subitamente o rosto anuviado. Era o seu grande sonho — o paço! Ah! viver entre as damas, entre as fidalgas, em contato com elas, conhecendo os meandros da vida **chic**, ir aos bailes, às festas, aos jantares, a ostentar gloriosamente a sua beleza e o seu poder, ah!...

E uma palavra de alegria quis sair-lhe do peito, mas lhe morreu surdamente na garganta. Ficou gaguejante, tonta, sem saber como exprimir o contentamento. Mas os seus braços de mulher abriram-se eloquentemente, os lábios palpitarão numa ansia, e ela, rolando no leito, com a cabeça de d. Pedro apertada nas mãos, envolveu-o numa sufocação e num beijo.

Dias depois publicavam os jornais a nomeação de dona Domitila para primeira dama da Imperatriz. Procurou-se espalhar pela cidade ter sido aquilo um movimento espantoso de dona Leopoldina. Sua majestade, sensibilizada com a ofensa sofrida pela amante do marido na capela imperial, como uma compensação, a chamava para o paço.

Era mentira. D. Pedro tinha a coragem indomita dos neuropatas e dos obcecados: impusera à esposa aquela humilhação horrível.

Agora, com o rodar da carruagem lá em baixo, as salas se agitavam. Queriam todos gozar aquele pratinho novo de escândalo — como o Imperador se ia haver, numa mesma festa, com a Imperatriz e a amante...

Nos cantos, nos vãos das janelas, nas varandas, nos corredores murmurava-se:

— Está palido.

— Ficou nervoso.

— E' o remorso.

Na outra sala, dona Leopoldina, que, com a sua

argucia feminil, havia pressentido e adivinhado tudo, conversava com as damas de honor, dignamente serena, na majestade imperturbavel do seu sorriso de heroína domestica.

Nas escadas, vinha subindo um leve rumor de sedas caras.

— E' ela! E' ela!

O **Chalaça** seguiu pelo corredor. D. Pedro, aparentando uma calma que não tinha, tamborilou nervosamente no espaldar de uma cadeira, naquele gesto muito seu. E, quando voltou o olhar para a porta de entrada, o coração lhe bateu subitamente. A sala inteira estava como que petrificada, silenciosa, olhos nele, como numa tourada se acompanham os menores movimentos de um toureiro.

À porta assomava o vulto magnifico de dona Domitila. Estava toda de branco, a imensa cauda do vestido arrastando, o cabelo fulgindo numa faiscação de pedras.

O Imperador quis avançar e não pôde. Chumbaram-se-lhe os pés no tapete escarlate. E ficou minutos na contemplação da amante, imovel, como imovel ela ficara ao vê-lo. Havia realmente um quê de extasiante naquela mulher. Alta, envolta nas dobras da seda branca, a epiderme mordida pela fulgor da sala, assim parada no meio da porta, tinha qualquer cousa de vaporoso, de etéreo, uma apparencia de deusa que estivesse coberta de espumas.

Olharam-se. A sala sorriu da perturbação dos dois.

D. Pedro conseguiu avançar. Risonho, entregou a mão ao beijo da amante.

E ela entrou no salão com o seu andar ondulado de mulher voluptuosa.

Algumas senhoras aproximaram-se. O Imperador

estava desajeitado como nunca. Parecia um colegial em primeira falta. Escaldava-lhe a cabeça, o sangue subira-lhe todo ao rosto.

Não teve sequer a lembrança de apresentar a amante às damas que a cercavam. E houve uns segundos esquerdos, silenciosos. Ninguém falava por não saber o que dizer. Afinal sua majestade indicou à dona Domitila o sofá, ao lado.

Ela sentou-se. No salão, os olhares das mulheres coruscavam, como que a devorá-la da cabeça aos pés, devassando-lhe, minucia a minucia: os sapatos, as meias, a curva da cintura, o talho do vestido, as fitas, as rendas, o colar de perolas, a coroa de rosas dos cabelos.

De uma e de outra sala, de quando em quando, chegava à porta um olhar perscrutador de dama, disfarçando. Era a curiosidade feminina assanhada, a bisbilhotice de mulher gozando aquela novidade picante, de sabor escandaloso.

Ninguém falava, a não ser aos cochichos. Tinha-se a impressão de um quarto de enfermo.

E o tempo ia passando. Não era possível aquilo continuar assim. Havia muito tempo que a primeira dama da Imperatriz ali estava e não tinha sido ainda levada à outra sala, para ser apresentada a dona Leopoldina. Pelas regras do protocolo devia ser o próprio d. Pedro a fazer a apresentação.

O Chalaça veio ter com o Imperador. Toda gente percebeu pelos gestos a conversa. O valido estava a lembrar ao monarca as regras protocolares.

E mais vivos, mais agudos, chispavam os olhos bisbilhoteiros.

D. Pedro caminhou para o sofá em que dona Domitila, sozinha, agitava o vasto leque de madreperola. Ia levá-la à apresentação.

Houve um prurido de curiosidade entre as damas. Muitas surdiram da sala proxima.

Dona Domitila erguera-se à aproximação do Imperador. Os dois caminharam em rumo da porta que levava à sala da Imperatriz.

As mulheres moveram-se para seguir o par. Queriam ver aquilo! Queriam ver a cara de d. Pedro ao apresentar a amante à esposa legitima! Era um pratinho raro, e valia a pena saboreá-lo.

Mas, no momento em que sua majestade ia para transpor a porta, vinha entrando dona Francisca Castelo Branco, açafata da Imperatriz. D. Pedro fez à dama um gesto, detendo-a. E, gentil e risonho:

— Quer prestar-me um obsequio?

Às ordens de vossa majestade.

— Faça à Imperatriz a apresentação de sua primeira dama, disse, indicando dona Domitila.

A açafata teve um leve rubor no rosto, mas, imediatamente, mudou de expressão, curvando-se delicadamente.

— A honra é toda minha.

Passou pela sala o choque de uma decepção. Ora!... Mas o pratinho não estava de todo perdido. Devia ser interessante ver a cara da concubina imperial diante da Imperatriz.

E a onda de fidalgas seguiu.

Quando dona Francisca Castelo Branco chegou perto de dona Leopoldina, estava ela a conversar intimamente com dona Mariana Verna de Magalhães.

Depois das palavras banais da apresentação, dona Domitila curvou-se profundamente. Fez-se silencio que a asa de uma mosca perturbaria. Ninguem falava, ninguem cochichava para não perder uma particularidade da cena.

E não houve quem não guardasse a mais pequenina minucia.

A Imperatriz, com o canto dos olhos, mediu a rival de alto a baixo, num relance. Um tração de amargura vincou-lhe o rosto palido.

Mas o seu braço se estendeu senhorilmente, augustamente, e ela foi, num momento, a soberana que entregava a mão ao beijo da vassala.

Dona Domitila beijou-lhe os dedos.

E sua majestade, voltando o rosto para o outro lado, fez à amante do marido um gesto desprezível com a mão esquerda, como a ordená-la que se retirasse, e continuou tranquilamente a conversar com dona Mariana.

Nesse momento a orquestra rompia o sinal da primeira quadrilha. D. Pedro tinha mandado tocar a musica para desmanchar as impressões.

INDICE

Terra de Santa Cruz	9
Um rei na intimidade	18
A dura vida em Santo André da Borda do Campo	29
Pedro I — Pai	37
Os embaixadores de Dagomé	49
O primeiro traidor	57
Laços de fitas	65
O Cabrinha	71
O noivo de Marília	79
Formigas históricas	89
Poder de amante	95
A proclamação da República	101
Grandes índios	117
O preto Nicolão	125
Entre o luso e o holandês	133
O boi do Melchior	141
Os ossos de Frei Sampaio	149
A inteligência do inconfidente	157
Braceletes, brincos e berenguerdens	165
O valido d'El-Rei	173
Saias poderosas	179
No cenário do Amazonas	185
Batinas liberais	191
Por um fio de cabelo	203
A mulher de D. João VI	211
A primeira dama da Imperatriz	219

45-A.601
800

MORTE,

TUA VITORIA ONDE ESTÁ?

ROMANCE

DANIEL ROPS — o grande ensaísta e roman-
cista francês escreveu a **JORGE**
DE LIMA pedindo-lhe para que traduzisse o seu celebre
romance — “MORT OU EST TA VICTOIRE”.

O escritor brasileiro terminou a tradução dessa obra em que os editores parisienses — Plon, depositam tanto carinho a ponto do proprio contrato com o editor brasileiro estipular que fosse a tradução confiada ao poeta de “Túnica Inconsútil”. — O romance de **DANIEL ROPS** é das obras primas da literatura franceza em todos os tempos, um livro de tal dramaticidade, de tal força humana, de tal beleza literaria que desde do primeiro periodo empolga o leitor, conduzindo-o através de suas quinhentas e tantas paginas num crescendo de emoções as mais chocantes e intensas. O publico brasileiro que por obra das boas traduções a que se entregaram varios escritores brasileiros nestes ultimos tempos, vae se inteirando no conhecimento dos melhores autores mundiais, recebeu com muito gosto a formidavel obra de **DANIEL ROPS**.

GRANDE VOL. BROCH. 15\$000

IDEM, ENCAD. 20\$000